



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Cátia Sofia Resendes Franco da Silva Ferreira

**Trajetórias de vida de sucesso em indivíduos
com passado de vivência prolongada em
contexto institucional**

Dissertação de Mestre em Psicologia da Educação
Ramo de Especialização em Contextos Comunitários
Realizada sob a orientação científica da
Professora Doutora Isabel Estrela Rego

Ponta Delgada

2014



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Cátia Sofia Resendes Franco da Silva Ferreira

**Trajétórias de vida de sucesso em indivíduos
com passado de vivência prolongada em
contexto institucional**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Educação, com especialização na vertente de Contextos Comunitários, sob a orientação científica da Professora Doutora Isabel Estrela Rego

Ponta Delgada

2014

“Procure ser uma pessoa de valor, em vez de
procurar ser uma pessoa de sucesso.
O sucesso é consequência.”

(Albert Einstein)

Resumo

Este estudo pretende compreender o fenómeno das atribuições de sucesso relativas a indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional. Partindo das perspetivas de Técnicos e Ajudantes de Lar ao serviço de Lares de acolhimento infantojuvenil, procurou explorar situações de trajetórias de vida de sucesso existentes em indivíduos atualmente adultos ou jovens adultos. Procurou conhecer quais as representações de sucesso nesse contexto real e muito particular, assim como identificar indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional detentores de trajetórias de vida de sucesso. Explorou, ainda, os motivos e fatores que contribuíram para o reconhecimento desses indivíduos como bem-sucedidos, procurando também identificar fatores protetores do desenvolvimento presentes e promotores das trajetórias bem-sucedidas.

O presente estudo enquadra-se no paradigma qualitativo, seguindo uma linha fenomenológica. A recolha de dados foi realizada através da realização de 13 entrevistas semiestruturadas a Psicólogos, Assistentes Sociais e Ajudantes de Lar ao serviço de Lares de Infância e Juventude (LIJ) e Casas de Transição. No tratamento dos dados optou-se pela análise de conteúdo.

Os resultados que emergiram da análise aos discursos dos Técnicos e Ajudantes de Lar sugerem que o sucesso de uma trajetória de vida em indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional passa pela realização pessoal nos domínios escolar, profissional, familiar, financeiro, relacional, emocional e ao nível da saúde física e mental. As atribuições da ocorrência de sucesso relacionam-se maioritariamente com fatores internos como o esforço e a capacidade, em detrimento de fatores externos como a sorte e as dificuldades/facilidades. As experiências de mestria, os estados fisiológicos e psicológicos, as experiências vicariantes e as persuasões/pressões sociais assumem-se como fontes de autoeficácia que transmitem confiança aos 24 indivíduos identificados como bem-sucedidos.

A existência de fatores protetores do desenvolvimento na vida dos indivíduos parece ter promovido a ocorrência das trajetórias de sucesso. Identificou-se o contributo de fatores ligados aos indivíduos (i.e. estratégias de *coping*, capacidades sociais e emocionais, temperamento fácil, otimismo, autonomia, autocontrolo, desempenhos escolares e relações de proximidade emocional), aos seus contextos familiares (i.e. aceitação e suporte, harmonia e coesão familiar, práticas parentais educativas) e ao contexto de acolhimento (i.e. apreensão de normas e valores, facilidade de acesso a serviços comunitários e relações estabelecidas com os pares e adultos). Evidenciou-se, ainda, o importante contributo do suporte social no desenvolvimento dessas trajetórias de vida bem-sucedidas.

Abstract

This study aims to understand the phenomenon of success attributions regarding individuals with a history of prolonged experience in an institutional context.

Starting from the perspectives of Technicians and Helpers of Children and Youth Foster Homes, the study pursued to explore situations of successful life paths on individuals that are currently adults.

The study sought the knowledge of which were the representations of success in this very particular and real context, identifying individuals with a prolonged experience being institutionalized, that were holders of a successful life path. It also explores the reasons and factors that contributed for the acknowledgement of these individuals as being successful, seeking the identification of protective and promotional factors in the development of such successful trajectories.

This study falls within the qualitative paradigm, following a phenomenological line. The gathering of the data was made by conducting 13 semi-structured interviews to Psychologists, Social Workers and Foster Home Helpers of Children and Youth Centers and Transition Homes. The content analysis was the procedure chosen for the data treatment.

The results that emerged from the analysis of the Technicians and Home Helpers speeches suggest that the accomplishment of a successful life path in individuals with a history of prolonged experience in an institutional context is based on the individual fulfillment in the following areas: scholar, professional, family, financial, relational, emotional and on the physical and mental health level. The attributions of the occurrence of success are related, in their majority, with internal factors such as the effort and the capacity/ability, rather than external factors such as luck or difficulties/facilities. Experiences of mastery, physiological and psychological states, vicarious experiences and social persuasions/pressures assume themselves as sources of self-efficacy that convey confidence to the 24 individuals identified as being successful.

The existence of protective factors in the development of these individual's lives seem to have promoted the occurrence of such successful paths. The contribute of factors linked to the individuals themselves were also identified (such as coping strategies, social and emotional skills, an easy temper, optimism, self-sufficiency, self-control, school performance and relationships of emotional closeness) with their family contexts (acceptance and support, harmony and family cohesion and parental educational practices) and with context of the fostering itself (appropriation of norms and values, easy access to community services and the establishment of relationships with peers and adults). Furthermore, it was evident the importance of the social support in the development of these successful life paths.

Agradecimentos

Gostaria, em primeiro lugar, de remeter este agradecimento à Professora Doutora Isabel Estrela Rego, por aceitado este desafio, pelo seu rigor científico, pela sua disponibilidade e amabilidade, pela sua orientação e pela confiança que me transmitiu.

A todos os professores do Departamento de Ciências da Educação que me direcionaram para esta trajetória através da partilha de conhecimentos e momentos que jamais esquecerei.

O meu reconhecimento à Direção, Membros da Equipa Técnica e Funcionários dos Lares, valências das Instituições participantes, pela disponibilidade, pelo tempo que me dispensaram, pela partilha de ideias e pela amabilidade com que me “acolheram”.

Um enorme obrigada à minha família, por acreditarem em mim e por todo o vosso apoio, carinho e força. O meu especial agradecimento ao meu Filho, por me fazer crescer, pela diversão, por me mimar, por todos os abraços e conforto que me transmitiu nos piores momentos e, em especial, por me amar, mesmo no tempo em não pude estar presente nas suas brincadeiras.

Ao meu Marido, por acreditar nas minhas capacidades, por toda a compreensão, companheirismo, amizade, afeto e principalmente pela paciência e amor.

Aos meus Pais, por fazerem de mim a pessoa que sou, graças ao amor incondicional, apoio, incentivo e confiança que me transmitiram. Sem eles jamais teria esta garra.

Às minhas companheiras desta longa viagem e amigas do coração. À Sara, pelo suporte, conforto, gargalhadas partilhadas e acima de tudo pela sua amizade. À Filipa, à Cristina, à Joana e à Elisabete, colegas de curso, mas amigas para a vida, pela partilha de momentos de ansiedade, pelas palavras reconfortantes, pelas fofocas e conselhos.

Ao meu Cunhado, pelos quilos de papéis que me imprimiu ao longo deste ano.

A todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho, minimizando os obstáculos e fazendo desta trajetória uma trajetória de sucesso.

Por fim, acho essencial agradecer também à minha pessoa, pela determinação, esforço, confiança e capacidade de enfrentar este desafio.

Lista de Abreviaturas

CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens)

EMAT (Equipa Multidisciplinar de Apoio ao Tribunal)

ISSA (Instituto da Segurança Social dos Açores)

IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social)

LIJ (Lar de Infância e Juventude)

LPCJP (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo)

TFM (Tribunal de Família e Menores)

ÍNDICE GERAL

Nota Prévia	II
Resumo	III
Abstract	IV
Agradecimentos	V
Lista de Abreviaturas	VI
Índice de Quadros	9
Índice de Anexo	9
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	13
1. Crianças e jovens em situação de risco/perigo	14
1.1. Fatores de risco e de proteção ao desenvolvimento	14
1.2. Maus tratos infantis: história e conceitos	21
1.3. Contexto legal das crianças e jovens em situação de risco/perigo	26
1.4. Lares de acolhimento como resposta ao perigo	29
1.4.1. O acolhimento institucional como medida de promoção e proteção ..	29
1.4.2. Riscos e potencialidades associadas ao acolhimento	31
2. Representações sociais de sucesso, atribuições causais e autoeficácia	37
2.1. Representações sociais de sucesso	37
2.2. Atribuições causais	38
2.3. Autoeficácia	41
3. Suporte Social	43
3.1. Suporte social e a Psicologia Comunitária	43
CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	50
1. Pressupostos, objetivos e questões de investigação	51
2. <i>Design</i> de estudo	53
3. Participantes	54
4. Instrumentos e procedimentos de recolha de dados	56
5. Procedimentos de análise de dados	59
6. Identificação do sistema de dimensões, categorias e subcategorias	61
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ..	77
1. Caracterização do constructo	78
2. Referências de sucesso	81
3. Motivos conducentes à perspetiva de sucesso	84

4. Identificação de fatores internos que contribuíram para o reconhecimento de sucesso.....	87
5. Identificação de fatores externos que contribuíram para o reconhecimento de sucesso.....	91
6. Identificação de fatores protetores individuais presentes no desenvolvimento das trajetórias de vida de sucesso	98
7. Identificação de fatores protetores familiares presentes no desenvolvimento das trajetórias de vida de sucesso	106
8. Identificação de fatores protetores ligados ao percurso da pessoa enquanto acolhida	110
9. Suporte social: facetas, fontes, formas e funções	113
10. Considerações finais	123
CONCLUSÕES	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Fatores de risco associados aos maus tratos	25
Quadro 2 – Caracterização sociodemográfica dos participantes	55
Quadro 3 – Distribuição dos “casos de sucesso” pelos participantes	81
Quadro 4 – Identificação sociodemográfica dos indivíduos considerados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso (“casos de sucesso”).....	82

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I – Consentimento Informado, Livre e Esclarecido	141
Anexo II – Guião de Entrevista Semiestruturada	142
Anexo III – Tabela de Especificações	144

INTRODUÇÃO

O presente estudo, alusivo à temática das perspetivas acerca de “Trajetórias de vida de sucesso em indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional”, foi concebido no âmbito do Mestrado em Psicologia da Educação, especialização em Contextos Comunitários, na Universidade dos Açores.

Considerando os ensinamentos deste Mestrado, uma junção de práticas e saberes, provenientes da Psicologia Educacional e da Psicologia Comunitária, complementares, mas independentes na sua pura ação, poder-se-á afirmar que o grande objetivo é formar os mestrandos no sentido de serem capazes de promover a qualidade do desenvolvimento de indivíduos, grupos, instituições e comunidades (Jesus, 2004), através da prevenção e promoção da saúde, da identificação de potencialidades, do fortalecimento de competências, talentos e capacidades, e da melhoria das condições de vida e do suporte social nos mais variados contextos comunitários (Ornelas, 2008).

Está consagrado no Regulamento do Mestrado da Universidade dos Açores que Dissertação se refere ao “trabalho individual original e suscetível de demonstrar capacidade de compreender, desenvolver e aprofundar conhecimentos obtidos ao nível do ciclo de estudos; (...) de integrá-los em contextos alargados e multidisciplinares; de apresentá-los de forma sistemática, com rigor metodológico e propriedade de linguagem” (alínea g, do Art.2º). Deste modo, é então relevante tornar explícita a investigação desenvolvida pela mestranda.

Portugal é um dos países da União Europeia que apresenta uma maior taxa de institucionalização como medida de promoção e proteção, pelo que, as crianças e jovens em situação de perigo e os Lares de acolhimento enquanto resposta social a este fenómeno são hoje uma realidade que não pode ser ignorada (Canha, 2003; Fonseca, 2004; Martins, 2005b; Alves, 2007).

Nota-se, porém, que investigações ligadas à temática de crianças e jovens em perigo, bem como no âmbito do acolhimento institucional como medida de promoção e proteção são, na sua maioria, de natureza quantitativa e descritiva, preocupando-se essencialmente com a descrição e caracterização de fatores de risco das populações utentes, organização e funcionamento das Instituições (Fonseca, 2004). Ademais, tal como nos elucida Alberto (2002, p.230), “a nível social são desenvolvidas imagens sociais dos indivíduos institucionalizados, que vão, por um lado, levar à construção de estereótipos e ao desenvolvimento de preconceitos por parte da sociedade face a esses mesmos indivíduos, conduzindo a uma discriminação social”. Por outro lado, “partindo

da interiorização dessas imagens sociais, os próprios indivíduos institucionalizados vão desenvolver processos de diferenciação negativa, pela auto-desvalorização e auto-discriminação (*Idem*, p.230)”.

Este estudo surge, assim, da consciência da existência de uma forte conotação negativa relativamente ao acolhimento de crianças e jovens, visível quer nas atribuições do senso comum, quer na literatura científica, sendo o nosso intuito principal contribuir para uma visão mais positiva acerca da problemática.

Esta investigação, que assenta numa metodologia qualitativa e parte das perspetivas de Técnicos e Ajudantes de Lar ao serviço de Lares de Infância e Juventude (LIJ) e Casas de Transição, tem como propósitos centrais dar a conhecer trajetórias de vida de sucesso em indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional e, ainda, identificar fatores protetores que poderão ter estado associados ao desenvolvimento de trajetórias de sucesso nestes mesmos indivíduos.

Este estudo, ao abordar a temática das crianças e jovens em perigo de uma forma distinta do que até então tem sido investigada, ao procurar estudar o fenómeno das atribuições de sucesso num contexto real muito particular e, ainda, ao identificar fatores protetores associados ao desenvolvimento das trajetórias de vida bem-sucedidas, torna-se pertinente para proporcionar um maior conhecimento do fenómeno das atribuições de sucesso num contexto real muito particular. Ademais, julgamos que resultados que emergem nesta investigação poderão ser úteis para mais fundamentadamente se delinearem intervenções de promoção do desenvolvimento de trajetórias de vida de sucesso, através da maximização do efeito dos fatores protetores.

Importa então referir que a presente Dissertação se organiza em três capítulos. No primeiro capítulo procede-se a um enquadramento teórico que engloba uma revisão de literatura sobre diferentes conceitos que se mostram relevantes para uma melhor compreensão da temática deste estudo. Primeiramente faz-se uma revisão sobre os conceitos fatores de risco e fatores protetores, apresentando-se também o panorama conceptual e legal relativo à temática do risco e do perigo e aos Lares de acolhimento infantojuvenil como resposta social. Faz-se, também, uma revisão sobre as perspetivas de sucesso existentes, apresentando-se igualmente teorias e conceitos relativos às atribuições causais e autoeficácia. Por fim, é dada atenção ao conceito de suporte social, temática muito valorizada na Psicologia Comunitária.

No segundo capítulo, dão-se a conhecer as opções metodológicas que guiaram toda a ação, definindo o *design* da investigação, os participantes e, ainda, os procedimentos de recolha e de análise dos dados.

No terceiro capítulo divulgam-se, analisam-se e discutem-se os resultados que emergiram da análise de conteúdo das entrevistas efetuadas aos participantes neste estudo, tendo em consideração os objetivos, questões e pressupostos teóricos.

Finalizamos a presente Dissertação com a exposição de algumas considerações finais, apresentando-se as conclusões gerais, as implicações e limitações do estudo, expondo-se também algumas sugestões para futuras investigações.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente capítulo pretende elucidar o leitor acerca de conceitos, principais estudos, abordagens e modelos explicativos, associados à temática das crianças e jovens em situação de risco/perigo. Em seguida, apresenta-se um panorama legal e conceitual acerca das crianças e jovens em situação de risco ou perigo, ao Lares de acolhimento como resposta ao perigo e, ainda, o estado da arte das investigações empíricas no âmbito desta temática. Posteriormente, focar-nos-emos nas representações sociais de sucesso e nos conceitos atribuições causais e autoeficácia. Por fim, daremos destaque ao suporte social, conceito de muito valor na Psicologia Comunitária.

1. Crianças e jovens em situação de risco/perigo

1.1. Fatores de risco e de proteção ao desenvolvimento

O fenómeno das crianças e jovens em risco tem vindo a suscitar ao longo dos últimos anos a atenção de investigadores de diversas áreas de conhecimento, dando origem a perspectivas muito diferentes sobre o próprio conceito de risco (Fonseca, 2004). O conceito de risco (ou fator de risco) foi inicialmente associado ao modelo biomédico, estando frequentemente relacionado ao termo mortalidade. A partir da década de 1980, o termo começou a ser associado a estudos sobre desenvolvimento humano (Grünspun, 2003; Haggerty, Sherrod, Gamezy & Rutter, 2000, ref. por Sapienza & Pedromônico, 2005). Na década de 1990, o Rochester Risk Program, desenvolvido por Sameroff, apresentou uma lista de fatores de risco, ligados a características biológicas, cognitivas, familiares e sociais, que afetam negativamente o desenvolvimento (Sapienza & Pedromônico, 2005). Este programa deu origem a diversas investigações que objetivavam definir e identificar os fatores de risco, de modo a avaliar a sua influência no desenvolvimento de crianças e adolescentes (Sapienza & Pedromônico, 2005).

Quando associado ao desenvolvimento humano, “fator de risco” designa todo e qualquer evento, situação, condição de vida, característica da criança/adolescente ou do contexto familiar e social, que aumenta a probabilidade de ocorrência de outro fenómeno no decurso de um dado período de tempo ou idade, estando o risco associado à possibilidade de perda, ou seja, à ameaça à integridade do indivíduo (Fonseca, 2004; Mendonça, Maia & Ribeiro, 2007; Ribeiro, 2007). Em sequência desta definição, é importante alegar que “a expressão crianças e jovens em risco refere-se a um grupo que tem uma probabilidade elevada de apresentar um padrão de desenvolvimento problemático ou indesejado”, como por exemplo a delinquência

juvenil, abstinência escolar, prostituição, maternidade/paternidade na adolescência e toxicodependência (Fonseca, 2004, p. 14).

De acordo com Sapienza e Pedromônico (2005) são exemplo de fatores de risco a prematuridade, a desnutrição, o baixo peso, as lesões cerebrais, atrasos no desenvolvimento, o pertencer a famílias desestruturadas, ser um elemento de uma minoria social, viver em situação de pobreza, ter dificuldade de acesso à saúde e à educação. Fatores como desvantagens socioeconômicas, a monoparentalidade, ou ainda ter progenitores que apresentam desordens afetivas, esquizofrenia, desordens antisociais, hiperatividade, déficit de atenção e isolamento são também equacionados como risco. Todas as características biológicas, familiares e sociais anteriormente referidas podem ser potenciais fatores a eventos difíceis, colocando em risco o desenvolvimento integral e saudável de crianças e adolescentes, aumentando a probabilidade de uma trajetória de vida problemática ou indesejada (Fonseca, 2004; Sapienza & Pedromônico, 2005).

No caso da família, apresentando-se normalmente como o primeiro sistema em que a criança se insere, de acordo com Pinheiro, Haase, Amarante, Del Prette e Del Prette (2006), fatores como ser educado sob práticas parentais inadequadas, tendencialmente resultam num temperamento difícil e em comportamentos agressivos e de oposição, havendo uma maior probabilidade das crianças seguirem uma trajetória delinquente na adolescência e/ou em idade adulta. Isto acontece porque, de acordo com os autores, o comportamento antissocial parece evoluir de características que se desenvolvem na infância, mesmo quando não se mantêm em fases posteriores, resultando em consequências negativas sobre o desenvolvimento e relações do indivíduo (*Idem*).

De acordo com Haggerty, Sherrod, Gamezy e Rutter (2000, ref. por Sapienza & Pedromônico, 2005), existem períodos de vida em que o indivíduo está mais vulnerável, como é o caso da infância. No entanto, a adolescência também se apresenta como um período de grande vulnerabilidade, tendo em consideração as particularidades desta fase de imensas mudanças físicas e psicológicas, como a necessidade de explorar e experienciar diferentes situações, a busca pela autonomia, a valorização do grupo de pares, entre outras. Segundo Newman, Harrison, Dashiff e Davies (2008), a exposição a fatores de risco na adolescência aumenta a probabilidade de ocorrerem comportamentos de risco, tais como os comportamentos de violência e comportamentos que contribuem para lesões não intencionais, o consumo de álcool e tabaco, o consumo de drogas, comportamentos sexuais desprotegidos que contribuem para gravidez e doenças sexualmente transmissíveis,

comportamentos alimentares pouco saudáveis e inatividade física. Todos estes efeitos dos fatores de risco podem comprometer um desenvolvimento saudável.

Estando grande parte dos países europeus a passar por uma grande conjuntura económica, onde muitas famílias nem têm o que comer, torna-se interessante referenciar a pobreza como fator de risco. Conger, Ge, Elder, Lorenz e Simons (1994, ref. por Sapienza & Pedromônico, 2005), analisaram a influência da pobreza nas famílias e no desenvolvimento dos adolescentes, concluindo que essa condição social afeta a qualidade das relações familiares e o comportamento dos seus constituintes, criando um contexto favorável ao desenvolvimento de problemas de comportamento na adolescência. Ainda a esse respeito, e no caso de Portugal, Almeida, André e Almeida (1999) afirmam que a situação de pobreza material, bem como a destituição escolar, afetam grande parte da população, assumindo-se como um fardo presente na vida diária das famílias e seus membros, um risco de mau trato para crianças e jovens, tendencialmente no domínio da negligência de cuidados considerados como básicos. Canha (2003) acrescenta que apesar dos maus tratos ocorrerem em todos os estratos económico, sociais e culturais, é frequentemente mais ocorrente nas classes mais desfavorecidas.

Como é possível constatar pelos estudos acima referenciados, os fatores de risco podem aumentar a probabilidade da ocorrência de um desenvolvimento pouco saudável, pelos danos que causam nos seus vários domínios. Fonseca (2004) afirma que mesmo que certos fatores de risco atuem sobre determinados domínios do desenvolvimento, resultados de estudos longitudinais demonstram que o indivíduo acaba muitas vezes por ser afetado em outros domínios. Ou seja, um indivíduo que esteja em risco pois vive num contexto familiar onde existe violência doméstica, para além de aprender a relacionar-se segundo os mesmos padrões, poderá vir a ter problemas de ansiedade, depressão, consumo de drogas, baixo rendimento/ou abandono escolar, entre outros (Sani, 2002; Fonseca, 2004; Maia & Williams, 2005).

Para além disso, e de acordo com Freitas, Simões e Martins (2011), ao falar-se de risco e exposição ao risco é importante ter em conta um Modelo Multifatorial do risco, que não privilegia apenas um fator, mas reconhece a coexistência de fatores de diferentes contextos que podem atuar juntos, aumentando a potência dos riscos. Não obstante, é igualmente necessário ter em consideração que uma determinada característica pode ser considerada um fator de risco numa determinada fase e numa outra não se constituir como obstáculo ao desenvolvimento (Fonseca, 2004; Sapienza & Pedromônico, 2005; Mendonça, Maia & Ribeiro, 2007).

É possível constatar na literatura uma frequentemente associação entre os conceitos fator de risco e de proteção, e os conceitos de conceitos de vulnerabilidade

e resiliência. Apesar das semelhanças entre os conceitos de risco e vulnerabilidade, os dois distinguem-se num aspeto essencial. Fonseca (2004) menciona que o risco está associado a uma probabilidade estatística de um resultado indesejável em grupos e populações, e a vulnerabilidade está relacionada, estritamente, com a pessoa e com as suas predisposições a respostas ou consequências negativas. Deste modo, a vulnerabilidade diz respeito à “susceptibilidade intrínseca ou psicossocial para uma evolução negativa ou problemática do indivíduo”, podendo esta dificultar a sua adaptação, aumentando o efeito dos fatores de risco (Fonseca, 2004, p. 18). Assim, a vulnerabilidade relaciona-se estritamente com o indivíduo e com as suas predisposições a respostas ou consequências negativas, justificando o facto de crianças expostas aos mesmos fatores de risco apresentarem diferentes resultados (Fonseca, 2004; Sapienza & Pedromônico, 2005). No entanto, e ainda segundo o autor, existem crianças e adolescentes que mesmo estando vulneráveis ao risco apresentam um desenvolvimento normal (Fonseca, 2004). Este fenómeno de “imunidade” ao risco é explicado através dos conceitos de resiliência e fatores protetores do desenvolvimento.

De um modo sintetizado, segundo Fonseca (2004, p.20), “o conceito de resiliência baseia-se no facto de certos indivíduos parecerem mais facilmente imunes à adversidade, à privação e ao stresse do que as outras pessoas”. Para Gross e Capuzzi (2000), referenciados por Fonseca (2004), a resiliência, inclui características ligadas ao indivíduo, como é o caso de uma boa autoestima, temperamento fácil ou dócil, positivismo na forma de encarar a vida e as adversidades, boa capacidade de lidar com a frustração, entre outras. No entanto, o autor salienta que a resiliência não é uma característica, é um processo, pelo que podem existir momentos da vida em que um indivíduo se apresenta mais resiliente. Isto deve-se ao facto da resiliência se apresentar como constructo multidimensional e multideterminado, que resulta das relações e interações entre os diferentes sistemas em que o indivíduo se insere. No fundo, um indivíduo é resiliente quando consegue adaptar-se a diferentes situações, utilizando os recursos que nele existem (*Idem*).

Por sua vez, os fatores protetores são influências que favorecem o desenvolvimento dos indivíduos, através da redução ou remoção do impacto dos fatores de risco. Os fatores protetores, caracterizados segundo categorias similares aos fatores de risco, dizem respeito a características biológicas e psicológicas, familiares e sociais, que aumentam a probabilidade dos indivíduos se desenvolverem de um modo saudável, contribuindo para o seguimento de uma determinada trajetória em vez de outra. Posto isto, o risco acaba então por ser um balanço entre vários fatores, inerentes aos indivíduos e aos contextos em que estes se inserem (Martins,

2005a). Por sua vez, o efeito dos fatores de risco pode ser neutralizado pela existência de fatores de proteção. No entanto, e segundo Fonseca (2004, p.21), não é fácil fazer-se a distinção entre fator de risco e fator de proteção pois “uma determinada variável ou característica pode constituir um factor de risco num determinado contexto, deixar de ser um factor de risco noutro contexto ou mesmo ser um factor de protecção num contexto diferente ou noutra fase do desenvolvimento do indivíduo”.

Apesar dessa ambivalência de conceitos, verifica-se a existência de três fatores que parecem ser universais à maioria das definições e investigações neste campo de estudo. O primeiro fator centra-se nas características individuais do sujeito, o segundo diz respeito à família e ao grau de suporte que esta proporciona ao indivíduo, o terceiro prende-se com o apoio extrínseco de pessoas e Instituições externas à família e ao indivíduo, mas que podem apoiar todos os membros da família (Fonseca, 2004; Martins, 2005a; Schenker & Minayo, 2005; Coelho & Murta, 2007; Poletto & Koller, 2008; Freitas, Simões & Martins, 2011).

No que concerne ao efeito protetor do contexto familiar, encontramos na literatura referências à importância de características como a harmonia e coesão familiar, a aceitação e o apoio que a família confere ao indivíduo e, ainda, as práticas parentais educativas, que devem envolver o estabelecimento de responsabilidades, a expressão do afeto, estabilidade e confiança (Fonseca, 2004; Martins, 2005a; Shenker & Minayo, 2005). Ambientes familiares com as características anteriores têm um efeito protetor no desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas também na vida adulta através do apoio fornecido por parte das redes de suporte. Salienta-se que o apoio social será abordado mais adiante neste trabalho.

Relativamente aos fatores individuais com efeito protetor, a literatura aponta as seguintes características: bons níveis de autoestima (Fonseca, 2004; Shenker & Minayo, 2005; Poletto & Koller, 2008; Freitas, Simões & Martins, 2011) e de autoconceito (Shenker & Minayo, 2005); autonomia (Poletto & Koller, 2008); autoeficácia, que será abordada mais avante (Cecconello & Koller, 2000); Shenker & Minayo, 2005); autocontrolo, que abrange a antecipação de consequências das próprias ações, a “capacidade de adiar a satisfação imediata das necessidades”, a “capacidade de planificação de atividades a médio e longo prazo”, a “capacidade de reflexão e introspeção”, e ainda a “capacidade de persistir na realização de uma tarefa mesmo em situação de grandes dificuldades” (Fonseca, 2004, p.24); otimismo (*Idem*); temperamento fácil (Fonseca, 2004; Martins, 2005a; Shenker & Minayo, 2005; Poletto & Koller, 2008); experiências escolares positivas, tais como bons desempenhos escolares (Fonseca, 2004; Martins, 2005a; Shenker & Minayo, 2005); relações de proximidade emocional (Shenker & Minayo, 2005; Coelho & Murta,

2007); envolvimento em atividades extracurriculares ou de lazer (Martins, 2005b); e opções referentes ao estilo de vida (Martins, 2005b).

Para além das características individuais com caráter protetor mencionadas anteriormente, existem outras merecedoras de uma maior atenção, como é o caso das competências emocionais e sociais (Fonseca; 2004; Shenker & Minayo, 2005; Poletto & Koller, 2008). Tendo em conta que todas as nossas relações sociais influenciam as nossas emoções e, não obstante, as nossas emoções têm influência nos nossos relacionamentos, a competência emocional, citando Saarni (1999), diz respeito à “demonstração da eficácia pessoal nos relacionamentos sociais que evocam emoção”, sendo esta inseparável do contexto social (Cit. por Vale, 2009, p.130).

Estudos em Psicologia têm demonstrado que as capacidades emocionais são cruciais para a adaptação dos indivíduos ao meio e às relações envolventes, o que tem promovido o interesse pelo tema da Inteligência Emocional, que segundo Mayer e Salovey (1997), “envolve a capacidade de perceber acuradamente, de avaliar e de expressar emoções; a capacidade de perceber e/ou gerar sentimentos quando eles facilitam o pensamento e o conhecimento emocional; e a capacidade de controlar emoções para promover o crescimento emocional e intelectual “ (Cit. por Woyciekoski & Hutz, 2009, p. 3).

Por outro lado, as capacidades sociais dizem respeito a atitudes e comportamentos pró-sociais, incluindo os comportamentos não-verbais, os comportamentos assertivos, a resolução de problemas, o cuidado com o outro e a procura de relações positivas, sendo este leque de comportamentos influenciados pelos estados emocionais dos indivíduos (Vale, 2009).

Deste modo, as competências socioemocionais são fatores protetores, pois apresentam-se como aptidões necessárias dos indivíduos, para “compreender e lidar com os seus sentimentos, interagir com outras pessoas e afirmar-se como pessoa”, pensar sobre si mesmo e responsabilizar-se perante si e os outros (Cró & Pinho, 2011, p. 2).

As estratégias de *coping*, que segundo Dell’Aglío (2000) dizem respeito a um conjunto de atitudes e comportamentos utilizados pelos indivíduos na busca do alcançasse do equilíbrio emocional, têm também sido apontadas pela literatura como fazendo parte do repertório de fatores que podem ter um efeito protetor, mas também de risco (Fonseca, 2004; Schenker & Minayo, 2005). Segundo a autora, o repertório das estratégias de *coping* é vasto e pode a ele pertencer as mais variadas respostas, como: atividades agressivas (i.e., agressões físicas, verbais e manifestações de raiva); evitação/distração (i.e., evitamento, afastamento ou isolamento da situação

desestabilizadora); busca de apoio social (i.e., desabafar, busca de conforto nas relações interpessoais); ação direta (i.e., atividades que visam destruir a situação que causa *stress*); inação (i.e., não reagir à situação, isto é, bloquear ou não tomar iniciativa); aceitação (i.e., comportamentos de submissão); e expressão emocional (i.e., chorar, gritar, rir, entre outras).

A inteligência também aparece na literatura como uma característica individual com carácter protetor (Poletto & Koller, 2008; Freitas, Simões & Martins, 2011). No entanto, é redutor afirmar se um indivíduo é ou não inteligente apenas com base no quociente de inteligência, medido através da comparação do desempenho dos indivíduos em testes de inteligência com outros sujeitos (Gardner, 1995). Segundo a Teoria das Inteligências Múltiplas apresentada por Howard Gardner, a inteligência implica “a capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos que são importantes num determinado ambiente ou comunidade cultural”, pelo que é redutor quantificá-la numericamente. De acordo esta teoria, “elaborada à luz das origens biológicas de cada capacidade de resolver problemas”, a inteligência diz respeito ao conjunto de capacidades que são universais na espécie humana e que se podem manifestar de várias formas (Gardner, 1995, p.21). Deste modo, ao invés de um quociente, que delimita a existência de uma única inteligência, Gardner (1995) apresenta sete tipos de inteligências, nomeadamente: inteligência musical, inteligência corporal-cinestésica, inteligência lógico-matemática, inteligência linguística, inteligência espacial, inteligência interpessoal e inteligência intrapessoal. Estas inteligências devem ser vistas no seu todo, mesmo que os indivíduos naturalmente apresentam maiores aptidões em determinadas áreas e menores em outras.

Um pequeno exemplo que poderá ilustrar o quão diferentes podem ser as expressões dos vários tipos de inteligência é se pensarmos em cada uma das seguintes figuras públicas e ajuizar-mos se são ou não inteligentes. Nomeando por exemplo Mozart, Cristiano Ronaldo, Einstein, Luís de Camões, Picasso, Gandhi e Freud, torna-se complicado dizer qual deles o mais inteligente, pois todos são excepcionais em diferentes domínios. Para além disso, é notória a importância que a inteligência teve na trajetória de vida desses indivíduos.

Em suma, e referenciando Alves (2007), podemos então dizer que o risco está associado a características ou eventos que podem colmatar danos no desenvolvimento de crianças e jovens e os fatores de proteção podem diminuir a intensidade dos fatores de risco. Tal como refere o autor, o risco surge “com a interação de vários factores, o que significa que não é simplesmente a soma desses

factores que determina a situação, mas sim o seu efeito multiplicador que pode desencadear uma situação de alto-risco ou mesmo de perigo” (Alves, 2007, p.54).

Realça-se ainda que a manutenção ou agravamento de fatores de risco poderá, em determinadas circunstâncias, conduzir a situações de perigo, principalmente na ausência de fatores compensatórios ou de proteção (Martins, 2005a; Coelho & Murta, 2007; Poletto & Koller, 2008; Freitas, Simões & Martins, 2011). Fonseca (2004) acrescenta que se falamos em risco e perigo então estamos a referir-nos a um contínuo, onde o conceito de risco e perigo fazem parte de uma mesma dimensão, pelo que desta forma todos estamos mais ou menos em risco.

Por fim, destacamos que para a Organização Mundial de Saúde (OMS, ref. por Eisenstein, 2005), a adolescência ocorre entre os 10 e os 19 anos de idade, pelo que, neste trabalho, utilizamos até então o termo adolescente. Porém, passaremos agora a utilizar o termo jovem pois, em contextos legais, quando nos referimos a uma criança ou jovem em risco ou perigo, estamos a fazer referência a todos os menores (até aos 18 anos de idade) que podem estar sujeitos ou que são sujeitos a situações de maus tratos e outras, que prejudicam/lesam/interrompem, o seu desenvolvimento, saúde global, direitos humanos ou vida (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro).

1.2. Maus tratos infantis: história e conceitos

“Sabe-se hoje que a criança pode ser maltratada em diferentes instituições e lugares, públicos ou privados, mas é dentro de casa, em cenário familiar, que os maus tratos são mais frequentes” (Almeida, André e Almeida, 1999, p. 93).

O reconhecimento das variadas formas de colocar uma criança/jovem em risco ou em perigo, o papel da família e da infância na sociedade e a importância dada à proteção de crianças/jovens, foi evoluindo ao longo do tempo, resultado de múltiplas transformações culturais, sociais, políticas e organizacionais.

A história sobre o tratamento inadequado de crianças/jovens teve início nos tempos mais antigos da humanidade, referenciando por exemplo o infanticídio e a exploração infantil, embora que na altura os acontecimentos fossem considerados corretos (Canha, 2002). Durante muitos séculos, as crianças foram vítimas de abandono, escravatura, exploração sexual ou pelo trabalho, não havendo o reconhecimento da sua vulnerabilidade e necessidades específicas. Ao longo do tempo as comunidades foram evoluindo e entre os séculos XIV e XVII, no Ocidente Europeu, em meios particularmente favorecidos da burguesia urbana, dá-se uma melhora das condições higieno-sanitárias e ocorrem pequenas mudanças nas

representações da criança na sociedade, começando a diminuir o infanticídio e a mortalidade infantil. Durante estes séculos, ocorreram também mudanças na maneira de olhar para a família, pelo que esta passou-se a basear-se em torno de duas ideias, nomeadamente a afeição e a privacidade (Almeida, Nunes & Almeida, 1999). Para as sociedades ocidentais, era necessário proteger as crianças e jovens, por ventura, isto apenas acontecia nos casos de abandono, através do internamento em Instituições. Em Portugal, verificou-se entre os séculos XVII e XVIII um grande número de crianças em situação de abandono, destacando-se a figura de D. Maria I na implementação de “normativos legais de sustentação para a organização do acolhimento de crianças em Instituições” (Gaspar, 2013, p.9).

Ainda na segunda metade do século XVIII, Jean Jacques Rousseau, precursor da Psicologia infantil, declara a criança/jovem “como um ser com valor próprio” e digno de respeito, “com direitos (nos quais se incluía o de não ser fisicamente punida) e múltiplas capacidades, considerando imprescindível conhecer as suas necessidades” (Magalhães, 2002, p.27). Apesar desta mudança na proteção da criança, ainda no final desse século foram criadas instalações para a institucionalização na infância, tais como escolas estatais e a “Roda”, localizada, por exemplo, à entrada de igrejas e Instituições, onde se exponham as crianças abandonadas, levando em muitos casos à morte (Fontes & Ferreira, 2008; Magalhães, 2002; Canha, 2003).

A partir do século XIX, com a Revolução Industrial, as comunidades começam a reconhecer a importância de proporcionar melhores condições de bem-estar a todos os seus constituintes e surge o interesse pela proteção infantil, não só pelos casos de abandono, mas também pela própria exploração infantil, decorrente das mudanças sociais. Surgem então em 1860, em França, os primeiros casos de denúncia de maus tratos infantis, e nesse mesmo ano, Ambroise Tardieu, professor de medicina legal, elabora o primeiro artigo médico com referência a este fenómeno, baseando-se em resultados de 32 autópsias a um conjunto de crianças com idades inferiores a 5 anos, vítimas de morte violenta, sugerindo terem sido os pais os próprios agressores (Canha, 2003). Só 14 anos mais tarde surge o primeiro caso de maus tratos reconhecido oficialmente, o caso de Mary Ellen, nos EUA, uma criança de 9 anos que vivia “enclausurada em casa, amarrada, com malnutrição severa e sinais de agressão física” (Canha, 2003, p.22). Apesar do reconhecimento deste caso e das mudanças que foram ocorrendo na sociedade, só após este veredito é que foi fundada a primeira associação que defendia a proteção infantil, a “Society for Prevention for Cruelty to Children”, originando mais tarde o aparecimento de leis de proteção à infância (Magalhães, 2002; Canha, 2003).

Através da mudança gradual da consciência acerca desta problemática, em meados do século XX a criança começa a ser reconhecida como um ser social, com direitos próprios e parte integrante das comunidades, passando a família a ser vista como a principal responsável pelo desenvolvimento das crianças/jovens (Canha, 2000; Alves, 2007). A família tornou-se, assim, a base da sociedade, cuja principal função era a criação, proteção e educação dos filhos. Esta nova consciência relativamente ao papel da família e à condição social da criança/jovem, indivíduos com necessidades próprias, deu origem a documentos normativos e quadros jurídicos, como é o caso da Lei de Proteção à Infância em Portugal, no ano de 1911, da 1ª Declaração dos Direitos da Criança, no ano de 1923, do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF em 1946 e da Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959 (Alves, 2007).

Em 1989, em sequência dos movimentos anteriores e de estudos na área da Pediatria e Psicologia, os maus tratos infantis começaram a ser vistos, pelos países ocidentais e orientais, como um problema de saúde pública e a proteção de crianças e jovens passa a ser uma prioridade (Canha, 2002). Surge assim a Convenção dos Direitos das Crianças, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, “onde se defende genericamente que as crianças, devido à sua vulnerabilidade, necessitam de cuidados e atenção especiais, sendo dada especial ênfase aos cuidados primárias e às responsabilidades da família na sua protecção” (Canha, 2002, p. 27). Esta convenção assenta na ideia que os governos devem permitir às crianças/jovens o desenvolvimento em contextos capazes de satisfazer as suas necessidades básicas, devendo também respeitar os seus direitos civis, económicos, sociais, culturais e políticos (Alves, 2007). Em 1990 a Convenção dos Direitos da criança foi ratificada em Portugal e um ano mais tarde foram criadas as Comissões de Proteção de Menores.

Em 1998, a Comissão Interministerial definiu crianças em risco como “aquelas crianças sujeitas a maus tratos, a quem os pais não prestam os cuidados necessários ao seu desenvolvimento e aquelas que com o seu comportamento ponham a elas próprias em causa o seu crescimento” (Magalhães, 2002, p.30). Em 1999 é redigida a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e a Lei Tutelar Educativa, substituindo as Comissões de Proteção de Menores pelas atuais Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, prevendo assim novas formas para a sua protecção, como o é o caso das medidas de promoção e protecção, abordadas mais adiante.

Embora atualmente se reconheça que existem várias formas de colocar uma criança/jovem em risco/perigo, quando os comprometimentos de um desenvolvimento saudável da criança ou jovem são provocados pela família ou outros, são habitualmente derivados de comportamentos inadequados ou violentos, designados por maus tratos. A definição de maus tratos tal como prevalece e se aceita atualmente

foi apresentada no ano de 1969 por D. Gil, sendo que o mau trato infantil diz respeito a “qualquer ato deliberado por omissão ou negligência, originado por pessoas, Instituições ou sociedades, que prive a criança dos seus direitos e liberdades ou que interfira com o seu desenvolvimento” (Canha, 2002, p. 16). Caracterizam-se por serem atos intencionais e inadequados, frequentemente classificados sob a forma de: negligência; abandono; rejeição; abuso físico; abuso sexual; abuso emocional/psicológico; síndrome de Munchausen por procuração; prática da mendicidade; exploração pelo trabalho; prostituição infantil e exposição a comportamentos desviantes (Canha, 2002; Magalhães, 2002).

Em seguida estão definidas algumas dessas formas de maus tratos. Salienta-se que, segundo Canha (2002), as tipologias mais frequentes são as de exposição a comportamentos desviantes, negligência, abuso físico, abuso sexual e abuso emocional. Porém, mesmo que cada uma possa ser exercida isoladamente, é frequente a associação de vários tipos, agravando ainda mais as repercussões no desenvolvimento das crianças/jovens que são vítimas (*Idem*).

Para a autora, a negligência associa-se à incapacidade do cuidadores assegurarem/satisfazerem as necessidades básicas da criança/jovem a nível da alimentação, higiene, segurança, educação, saúde, afeto, estimulação e apoio, indispensáveis ao desenvolvimento integral e saudável (*Idem*). A negligência pode ser voluntária ou involuntária, pelo que a primeira resulta de um ato intencional e a segunda de uma incompetência (Magalhães, 2002). Associado à negligência surge o conceito de abandono, uma negligência mais grave, que por sua vez consiste no ato de deixar crianças/jovens entregues a si próprias, sem a providência de cuidados básicos, tal como ocorre em Instituições, mas também em casa ou na rua (Canha, 2002). Por outro lado a rejeição é definida “como o não reconhecimento da criança como elemento da família por parte de um ou de ambos os progenitores, associado à ausência de ligação afectiva e emocional” (Canha, 2002, p. 22).

Quanto ao abuso físico, podemos dizer que este é caracterizado pela ação intencional de um adulto provocar danos ou marcas físicas na criança ou jovem. O abuso emocional/psicológico engloba atos intencionais que visam criar ausência ou inadequação, persistente ou significativa, ativa ou passiva, do suporte afetivo, bem como do reconhecimento das necessidades emocionais das crianças/jovens (Canha, 2002; Magalhães, 2002).

No que concerne ao abuso sexual, este ocorre sempre que um menor é utilizado em qualquer prática que objetive a satisfação de desejos sexuais de um jovem mais velho, adulto ou outra pessoa numa posição de poder ou de autoridade. Também associado ao abuso sexual surge a prostituição infantil, uma de muitas formas de

violência sexual que colocam em perigo a vida de uma criança ou jovem (Magalhães, 2002).

O síndrome de Munchausen por procuração ocorre quando um familiar, de forma intencional, persistente ou intermitente, provoca uma doença, ou simula (inventa) sintomas no menor, colocando-o em perigo e por vezes numa situação que requer tratamento médico (Canha, 2002).

No que concerne aos fatores de risco associados às práticas de maus tratos, constata-se a existência de fatores inerentes à criança/jovem, às características dos pais e do contexto familiar, a características do contexto sociocultural e a situações de crise, como a morte de um ou ambos os progenitores (Magalhães, 2002; Canha, 2003). No quadro que se segue (cf. Quadro 1) encontram-se descritos os principais fatores associados aos maus tratos de crianças e jovens.

Quadro 1 – Fatores de risco associados aos maus tratos

Baseado no Manual de Processos Chave – Lares de Infância e Juventude (s/d)

<p>Fatores de risco associados às características dos pais</p>	<p>- Baixo nível socioeconómico e cultural; antecedentes de maus tratos na sua própria infância; pais com idades inferiores a vinte anos (principalmente adolescentes sem apoio familiar); inexperiência e/ou falta de conhecimentos básicos sobre o processo de desenvolvimento da criança; perturbações no processo de vinculação com os filhos; gravidezes muito próximas; excesso de vida social e/ou profissional que dificulte o estabelecimento de relações próximas e positivas com os filhos; perturbação de saúde mental e física; personalidade imatura e impulsiva; personalidade com fraca tolerância às frustrações e ao <i>stress</i>; baixa autoestima; intolerância, indiferença ou excessiva ansiedade face às responsabilidades relativas à educação dos filhos, conduzindo à falência do sistema comunicacional de retroação; ausência de hábitos de trabalho e/ou dependência económica de outrem; mudanças frequentes de parceiros e de residência; antecedentes de comportamentos desviantes; hábitos de consumo (álcool e drogas).</p>
<p>Fatores de risco associados às características das crianças/jovens</p>	<p>- Idade inferior a 3 anos (vulnerabilidade em termos de idade e de necessidades); prematuridade ou baixo peso ao nascimento; fruto de gravidez de mãe muito jovem, solteira</p>

	ou só; fruto de gravidez não desejada; separação da mãe no período pós-parto; gêmeos; crianças/jovens que não correspondem às expectativas dos pais; crianças/jovens deficientes ou portadores de doença crónica; crianças/jovens com atraso mental; crianças/jovens com alterações de comportamento; crianças/jovens com insucesso escolar.
Fatores de risco associados ao contexto familiar	- Família monoparental; família reconstruída (com filhos de outras ligações); família com muitos filhos; família desembruxada (relação disfuncional entre o casal, crises na vida familiar); família com problemas socioeconómicos.
Fatores de risco associados ao contexto social e cultural	- Atitude social para com as crianças/jovens; atitude social para com as famílias; atitude social em relação à conduta de violência.

Importa referir que os fatores de risco supracitados (cf. Quadro 1) não têm um valor preditivo, no entanto, e retomando a definição de fatores de risco, estudos têm demonstrado que a sua presença aumenta a probabilidade de ocorrência de maus tratos, prejudiciais para o desenvolvimento de crianças e jovens, nas áreas da cognição, linguagem, desempenho académico, bem como no desenvolvimento socioemocional (Canha, 2002; Magalhães, 2002; Maia & Williams, 2005). Deste modo, é pertinente lembrar que a presença de um destes fatores poderá por si só não constituir um risco/perigo, mas a associação de vários fatores potencia a ocorrência de situações de maus tratos (Magalhães, 2002).

1.3. Contexto legal das crianças e jovens em situação de risco/perigo

Após abordarmos os maus tratos, uma das formas de uma criança ou jovem estar em risco/perigo, torna-se pertinente fazer uma diferenciação entre situações de risco e de perigo, uma vez que esta determina os vários níveis de responsabilidade e legitimidade das intervenções no sistema de promoção e proteção da infância e juventude.

Como referido anteriormente, de acordo com literatura, o conceito de risco ou de fator de risco faz referência a situações que podem aumentar a probabilidade de ocorrência de resultados indesejados, pelo que a manutenção ou a agravamento dos fatores de risco pode, em determinadas circunstâncias, conduzir a situações de perigo, principalmente na ausência de fatores de proteção ou compensatórios. Por sua vez, as situações de perigo são então aquelas que derivam da ação dos fatores de risco,

comprometendo a saúde, segurança, educação, formação e o desenvolvimento da criança ou jovem. Salienta-se ainda que nem todas as situações de perigo decorrem, necessariamente, de uma situação de risco prévia, podendo também resultar de situações de crise agudas como é o caso da morte de um ou ambos os cuidadores (Alves, 2007).

Enquanto conceito jurídico, a designação de crianças e jovens em perigo baseia-se no fato de nem todos os riscos para o desenvolvimento da criança legitimarem a intervenção do Estado e da sociedade. Assim, as situações de perigo encontram-se tipificadas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, pelo que a própria intervenção para a promoção dos direitos das crianças e jovens é diferenciada consoante se trate de uma situação de risco ou de perigo. Nos casos de risco a intervenção é do tipo primário e secundário, com toda a comunidade em geral ou em casos onde são visíveis situações de risco, visando a prevenção ou superação do mesmo, ficando a intervenção a cargo de entidades públicas e/ou privadas com competência em matéria de infância e juventude (como os Centros de Saúde, Creches, Escolas, Juntas de Freguesia, Segurança Social, IPSS e outras), através de políticas, estratégias e ações integradas (como é o caso do Rendimento Social de Inserção e campanhas de informação e prevenção).

Quando o risco não é ultrapassado através da intervenção das entidades de 1ª instância ou nos casos onde existe perigo, a intervenção tem como objetivo remover o perigo em que a criança/jovem se encontra, nomeadamente, pela aplicação de uma medida de promoção e proteção. As medidas de promoção e proteção têm como objetivo “a promoção dos direitos e a protecção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral” (art.º 1.º, Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). Segundo a lei em vigor em Portugal, a Lei 147/99 de 1 de setembro, a aplicação das medidas de promoção e proteção é da competência exclusiva das Comissões de Proteção e dos Tribunais de Família e Menores (2º e 3º instância), considerando-se criança ou jovem um indivíduo com menos de 18 anos. No entanto, as medidas de proteção são aplicáveis até aos 21 anos de idade (art.º 5.º, Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). Importa ressaltar que nas situações de perigo, ou quando as intervenções primárias ou secundárias não se mostram suficientes, a intervenção fica em primeiro lugar a cargo das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, passando a ser da responsabilidade do Tribunal de Família e Menores nos casos em que as Comissões são incapazes de fazer cessar a situação de perigo em tempo adequado, ou por falta de consentimento dos pais/representante legal ou de quem tenha a guarda de facto, ou ainda se a criança ou jovem com mais de 12 anos se opuser à intervenção (art.º 38º, Lei 147/99 de 1 setembro).

De acordo com o enquadramento normativo em vigor, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) consideram uma situação de perigo quando uma criança ou jovem está sujeita, direta ou indiretamente, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou equilíbrio emocional. Deste modo, a legitimidade de intervenção do estado na promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens ocorre: quando os pais ou representantes legais colocam em perigo a saúde, segurança, educação, formação, desenvolvimento da criança/jovem; quando existe ação ou omissão de terceiros; e ainda quando ocorre ação da própria criança ou jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo (art.º 3º, Lei 147/99 de 1 setembro).

Assim e referenciando o descrito no artigo 3º da Lei 147/99 de 1 de setembro, consideram-se casos de perigo quando a criança ou jovem: *a)* está abandonada ou vive entregue a si própria; *b)* sofre de maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; *c)* não recebe os cuidados e a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; *d)* é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; *e)* está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; *f)* assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Nos casos onde existe perigo, a intervenção visa a remoção do mesmo, declarando a LPCJP as seguintes medidas de promoção e proteção, descritas no artigo 35º: *a)* apoio junto dos pais; *b)* apoio junto de outro familiar; *c)* confiança a pessoa idónea; *d)* apoio para a autonomia de vida; *e)* acolhimento familiar; *f)* acolhimento em Instituição; *g)* confiança a pessoa selecionada para a adoção ou a Instituição com vista a futura adoção.

Estas medidas de promoção e de proteção podem ser executadas no meio natural de vida (alíneas *a*, *b*, *c*, *d* e por vezes *g*) ou em regime de colocação alíneas (*e*, *f* e por vezes *g*), consoante a sua natureza, podendo também terem apenas um carácter provisório (art.º 3º, Lei 147/99 de 1 setembro). A lei defende ainda que o acolhimento em Instituição deve ser tido como um último recurso, no entanto, quando acontece, este poderá ser feito em Unidades de Emergências (até 48 horas de acolhimento), em Centros de Acolhimentos Temporários (até seis meses) ou em Lares de Infância e Juventude (acolhimento superior a seis meses).

1.4. Lares de acolhimento como resposta ao perigo

1.4.1.O acolhimento institucional como medida de promoção e proteção

Embora tenha havido nos últimos anos, um trabalho político, organizacional e legislativo crescente relativamente às medidas de promoção e proteção de crianças/jovens sinalizados e de o acolhimento em Instituições ser tido como uma última opção, segundo o CASA - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (Instituto de Segurança Social, 2013), só no ano de 2012 foram sinalizados e acolhidos um total de 2.289 indivíduos com idades compreendidas entre os 0 e os 20 anos. Não obstante ao facto deste número ter diminuído nos últimos anos, nota-se, segundo o mesmo relatório, que existiram em Portugal, no ano de 2012, um total de 11.147 crianças/jovens em situação de acolhimento, dos quais 5.513 estão acolhidos em Lares de Infância e Juventude, seguindo-se os Centros de Acolhimento Temporário com um total de 2.092 acolhidos (*Idem*). As outras respostas sociais, como por exemplo as Famílias de Acolhimento, apresentam valores claramente inferiores.

Relativamente às idades, nota-se que mais de metade dos acolhidos (em todas as modalidades) encontram-se entre os 12 e os 17 anos de idade, perfazendo um total de 4.692 indivíduos (54,9%), seguindo um total de 2.921 entre os 0 e os 11 anos (34,1%) e 944 entre os 18 e os 20 anos (11%). Quanto ao sexo, verifica-se um ligeiro predomínio de acolhimento em indivíduos do sexo masculino (4.319 rapazes – 50,5%) quando comparados com o sexo feminino (4.238). Contudo, esta tendência inverte-se a partir dos 15 anos de idade onde se verifica uma maioria do sexo feminino (1945 raparigas e 1743 rapazes). No que concerne ao tempo de permanência, e especificamente nos Lares de Infância e Juventude (LIJ), constata-se que 83,4% das crianças e jovens se encontram acolhidos há 7 ou mais anos (*Idem*).

Ao longo dos últimos anos tem-se notado em Portugal um aumento de crianças e jovens acolhidos em Instituições, o que de acordo com Alves (2007, p.84), deve-se a variados bloqueios, constrangimentos e falhas que caracterizam o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção de Crianças e Jovens, pois para o autor, as “falhas na intervenção preventiva no seio das famílias”, fazem do “acolhimento institucional a resposta imediata e exequível para sanar o perigo em que se encontra a criança/jovem”.

De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Social (2000, p.21), as Instituições de acolhimento são estruturas sociais cujo objetivo é acolher crianças e jovens em situação de perigo, “tendo como princípio genérico proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu

desenvolvimento físico, intelectual e moral e à sua inserção na sociedade”. Deste modo, estas Instituições devem definir-se pela organização, estabilidade e segurança, tentando sempre substituir as condições precárias dos contextos familiares dos utentes acolhidos (Alberto, 2002).

As Instituições de acolhimento, como medida de promoção e proteção de crianças e jovens, e de acordo com o que está regulamentado na LPCJP (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro), devem dispor de condições que assegurem os cuidados adequados às necessidades e especificidades das crianças e jovens, devendo também proporcionar-lhes educação, bem-estar e um desenvolvimento integral. Quer isto dizer que a intervenção nessas Instituições deve ser especializada, deve assegurar a integração dos utentes na comunidade, proporcionar uma vida diária personalizada, e a forma como se organizam deverá proporcionar modelos educativos adequados às crianças e jovens acolhidos, promovendo deste modo uma relação afetiva do tipo familiar (art.º 52.º, Lei 147/99, de 1 setembro). A lei declara ainda que o funcionamento destas Instituições deverá ser feito em regime aberto, permitindo a livre entrada e saída da criança/jovem, assim como visitas de pais e outros familiares, de acordo com os horários de funcionamento de cada Instituição e só nos casos onde não existem indicações contrárias (art.º 53.º, Lei 147/99, de 1 setembro).

Atendendo ao exposto anteriormente, a tarefa dos Lares de acolhimento, genérico proporcionarem estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às de uma família:

passa pelo (re)estabelecimento de laços afectivos e emocionais, quer com os técnicos e pares que constituem a nova família da crianças e/ou jovem acolhido, quer com as famílias de origem (quando tal não se revela desaconselhável, do ponto de vista do interesse da própria criança), quer ainda com a comunidade envolvente, nas actividades das quais as crianças e jovens acolhidos devem ser estimulados a participar (Instituto de Desenvolvimento Social, 2000, p.21).

No que concerne aos recursos humanos das Instituições de acolhimento atuais e na ilha de São Miguel, na maioria dos casos é composto por Ajudantes/Funcionários de Lar, Cozinheiras, Assistentes de Limpeza e uma Equipa Técnica de carácter multidisciplinar, constituída por profissionais da área da Educação, Serviço Social e Psicologia (art.º 54.º, Lei 147/99, de 1 setembro). Enquanto os primeiros têm como função assegurar as necessidades e cuidados básicos dos acolhidos, cabe à Equipa Técnica avaliar a situação de cada utente, assegurar que os cuidados prestados vão

ao encontro das necessidades de cada um, a organização de tempos livres, assim como definir e criar condições adequadas para a implementação de um projeto de promoção e proteção, através da articulação com profissionais de outras Instituições na área de Medicina, Direito, Enfermagem, entre outros.

1.4.2. Riscos e potencialidades associadas ao acolhimento

As Instituições de acolhimento têm merecido alguma atenção por parte de investigadores, apontando para a existência de riscos associados à institucionalização de crianças e jovens. No entanto, salienta-se que torna-se complicado fazer a distinção entre o que são efeitos negativos devidos à institucionalização *per si* ou devido a outros acontecimentos e variáveis, tais como características individuais, as experiências de vida anteriores à institucionalização ou a qualidade da Instituição (Martins, 2005b). Alberto (2002, p.227) refere ainda que o real e efetivo impacto da institucionalização é de difícil determinação e que refletir sobre isso é considerar “os fundamentos, as possibilidades e os limites subjacentes a esta política de intervenção, é ultrapassar a generalidade do conceito e reconhecer a diversidade de Instituições, o seu tamanho, os seus objectivos, a sua dinâmica interna, o seu corpo profissional, os apoios que têm, etc”.

Independentemente de atualmente se reconhecer que a eficácia do acolhimento como resposta ao risco depende de algumas variáveis, abordadas mais avante, resultados de investigações, sobretudo as realizadas na segunda metade do século XX, em diversos orfanatos e países do Leste da Europa, na área da Psiquiatria e Psicologia, demonstraram a existência de fatores de risco nas Instituições de acolhimento, e que esta medida de promoção e proteção pode ter impactos negativos no desenvolvimento e funcionamento dos indivíduos (Silva, 2004).

Em Silva (2004) é possível constatar que o percurso das investigações acerca dos efeitos da institucionalização de crianças e jovens encontra-se dividido em três momentos. Até à década de 1930, as investigações já haviam mostrado o impacto da privação materna e os efeitos de uma colocação precoce e prolongada de uma criança numa Instituição. Contudo os primeiros estudos com rigor científico acerca desta temática surgiram na década de 1930, como é o caso dos de Golbfarb, Siptz, Bowlby, Burlingham e Bender (ref. por Silva, 2004), em sequência do aumento de criança e jovens acolhidas em orfanatos e em hospitais, consequência da guerra. Os resultados desses estudos revelaram que as Instituições de acolhimento eram deficitárias a nível dos espaços físicos, da satisfação de necessidades básicas, da estimulação e quantidade de brinquedos existentes e também, entre outros, a nível das relações adulto-criança/jovem. Estas lacunas no sistema de acolhimento, em conjugação com o

afastamento precoce e/ou prolongado da figura de vinculação, causavam atrasos e/ou perturbações pronunciadas nos vários domínios do desenvolvimento, nomeadamente no intelectual, linguístico, motor, afetivo, social e comportamental (Silva, 2004).

Os estudos apontavam também que o impacto da institucionalização assumia, na maior parte dos casos, um carácter permanente e irreversível, mesmo após a saída da Instituição. Andry (1962), referido por Silva (2004), e com base nos estudos dos investigadores mencionados anteriormente que comparavam crianças e jovens institucionalizados com outros em lares tradicionais, refere que muitos indivíduos, mesmo ainda na infância ou posteriormente na adolescência, sofriam de sequelas como:

limitações cognitivas e linguísticas; baixo rendimento académico (...) e abandono escolar; perturbações de personalidade; estabelecimento de relações interpessoais efémeras e superficiais; alterações perceptivas; dificuldades de atenção e hiperactividade; reacções inadequadas a solicitações do meio e dificuldade de controle dos impulsos; desajustamento social e mesmo, delinquência e criminalidade (Cit. por Silva, 2004, p. 87).

Por outro lado, Bowlby (1951, ref. por Silva, 2004) constatou que mesmo sendo os percursos de institucionalização semelhantes entre si, não desencadeavam os mesmos efeitos em todas as crianças. Esta revelação deu origem a outras investigações, que por sua vez constataram a existência de crianças e jovens que pareciam imunes ou menos vulneráveis aos efeitos negativos desta prática. Salienta-se que os resultados dessas investigações promoveram a melhoria das condições de acolhimento, assim como as dinâmicas de funcionamento das organizações responsáveis pelo acolhimento de crianças, que objetivavam a minimização dos riscos. Tal como refere Silva (2004), entre outras alterações, contacta-se que os edifícios passaram a ser mais pequenos, passou a haver uma maior estimulação através do enriquecimento do ambiente físico e promoveu-se a redução do ratio adulto-criança permitindo o estabelecimento de relações mais próximas afetivas.

O segundo momento das investigações acerca da institucionalização ocorreu nas décadas de 1970 e 1980. Nesta altura surgiram estudos longitudinais que pretendiam conhecer melhor o impacto da institucionalização a médio e longo prazo, tal como os trabalhos realizados por Rutter, Tizard e Hodges (ref. por Silva, 2004).

Silva (2004) refere que as investigações pretendiam avaliar o desenvolvimento de crianças institucionalizadas através da comparação com crianças adotadas e, ainda, outras que sempre permaneceram em contexto familiar, com recurso a

pais/educadores e professores. Os resultados dessas investigações demonstraram terem havido melhorias em termos das condições de acolhimento, no entanto, o estabelecimento de relações afetivas privilegiadas entre utente-adulto continuava empobrecido e negligenciado (Tizard, 1977, ref. por Silva, 2004), havendo até casos de crianças de dois anos que numa semana eram tratadas por 24 adultos e dois anos mais tarde até 50 adultos (Hodges & Tizard, 1989a, ref. por Silva, 2004). Relativamente ao desenvolvimento das crianças, os resultados demonstraram que os domínios mais afetados eram o domínio social e afetivo. Assim, as crianças institucionalizadas quando comparadas com as outras manifestavam mais problemas de comportamentais e emocionais, sobretudo em contexto escolar, nomeadamente: “falta de atenção, desobediência a regras, hiperactividade, irritabilidade, relacionamento superficial ou conflituoso com os colegas e apatia” (Hodges & Tizard, 1989a, cit. por Silva, 2004, p.94). Para além disso, os estudos voltaram a constatar que nem todas as crianças institucionalizadas eram afetadas da mesma maneira.

Atendendo à evidência que nem todos os indivíduos são afetados como outros, Rutter (1981), referenciado por Silva (2004) e Martins (2005b), concluí que o impacto da institucionalização no desenvolvimento das crianças e jovens ocorre em função do grau de privação institucional em três níveis, nomeadamente nos cuidados de higiene, nutrição e saúde, na estimulação e possibilidades de ação que propiciavam e nas relações interpessoais e de vinculação. Deste modo, e tendo em conta os estudos realizados na primeira metade do século XX, tais como os de Tizard e Rees (1976), Rutter (1981), Hodges e Tizard (1989), percebe-se que o acolhimento precoce e prolongado acarreta danos no desenvolvimento (ref. por Silva, 2004). Gunnar, Bruce e Grotevant (2000, ref. por Martins, 2005b), referem que as crianças acolhidas nessas Instituições tinham défices ao nível do crescimento físico, bem como ao nível do desenvolvimento e funcionamento psicossocial, cognitivo e linguístico.

Não obstante, reconhece-se que os danos não decorriam somente da condição da institucionalização, sendo também mediados por outras variáveis tais como: a idade do acolhimento; a qualidade do relacionamento prévio estabelecido com a figura materna; a história e condições de vida anteriores ao acolhimento; a qualidade da admissão na Instituição; a precariedade das condições da Instituição e o tempo de exposição a essas mesmas condições; o acesso a cuidados diferenciados no contexto institucional; e a duração do acolhimento (Silva, 2004; Martins, 2005b).

O terceiro momento deste percurso de investigações corresponde a uma nova linha que pretende avaliar o efeito a longo prazo, como é o caso do estudo realizado por Sigal, Perry, Rossignol e Oiumet (2003, ref. por Silva, 2004). Estes autores, ao comparar indivíduos adultos de meia-idade que estiveram institucionalizados durante

os primeiros anos da infância com outros que nunca o haviam sido, verificaram que muitos deles apresentavam mais problemas crônicos a nível da saúde física, mais quadros depressivos com recurso a medicação, maiores níveis de isolamento social, escassas e frágeis relações interpessoais, menores habilitações académicas e ainda com níveis socioeconómicos mais baixos (Sigal, Perry, Rossignol & Oiumet, 2003, ref. por Silva, 2004). Por outro lado, existiam indivíduos que apresentavam um estado psicológico de bem-estar e uma vida estável, através da constituição de uma família e níveis socioeconómicos diversos. Mais uma vez é notório que não é possível fazer uma relação linear no estilo causa-efeito.

Retomando os três níveis de carência encontrados por Rutter (1981, ref. por Silva, 2004), constata-se que atualmente o terceiro nível (relações interpessoais e de vinculação) continua a merecer preocupação por parte dos Técnicos. Para começar, aquando um momento de retirada da família e inserção numa Instituição de acolhimento, a criança/adolescente poderá enfrentar um momento de crise, tendo de restabelecer o seu equilíbrio emocional, de modo a adaptar-se ao novo contexto (Siqueira & Dell'Aglio, 2006). A separação da família pressupõe, na maior parte dos casos, um afastamento relativamente às figuras de referência, pelo que, e principalmente nos casos em que o acolhimento é prolongado, a criança/jovem terá a necessidade de criar laços seguros com outros adultos, o que por si só pode se constituir como um obstáculo ao desenvolvimento emocional da criança (Martins, 2005b; Siqueira, Tubino, Schwarz & Dell'Aglio, 2009).

Segundo Alberto (2002, p. 235), o acolhimento provoca o afastamento e abandono relativamente à família, levando à desresponsabilização das famílias, desenvolvendo na criança/jovem “o sentimento de não ser importante e de ser esquecido”, resultando assim numa auto desvalorização. Para além disso, a autora refere que as características das Instituições de acolhimento podem constituir um risco para o desenvolvimento das crianças e jovens que lá vivem, nomeadamente pela existência de uma regulamentação excessiva da vida quotidiana dos acolhidos, pela influência que o grupo de pares da Instituição pode ter na intimidade de cada um, pelo impacto que a organização da Instituição pode exercer na construção da autonomia dos jovens e pelo bloqueio que poderá exercer na construção de vínculos e expressão de afetos (Alberto, 2002). Carvalho (2002, ref. por Siqueira & Dell'Aglio, 2006) acrescenta a estas características o atendimento padronizado, o elevado número de criança/jovem por cuidador, a falta de atividades planeadas e as fragilidades das redes de apoio social e afetivo.

Relativamente às relações entre as crianças e jovens acolhidos com os adultos existentes no contexto, Silva (2004, p.96) refere que nas Instituições de acolhimento

os adultos são funcionários, “cuja disponibilidade temporal e afetiva não é ilimitada”, o que poderá não concretizar as necessidades relacionais da criança/jovem. No que concerne à convivência institucional, a autora afirma que esta:

possui características, específicas, em princípio, inultrapassáveis, como por exemplo, ser quase sempre mais alargada do que a familiar; decorrer entre crianças e jovens que sofreram adversidades (...); ser mais fechada em relação ao mundo exterior do que aquela que, em geral, as famílias proporcionam; impor rotinas mais rígidas do que as que têm lugar numa casa familiar; oferecer menos oportunidades para adquirir ou praticar novas aptidões, bem como para reforçar ou elogiar (Silva, 2004, p. 95).

Apesar do quadro negativo relatado até aqui, não nos podemos esquecer que o acolhimento numa Instituição pode ser a melhor e única hipótese de algumas crianças e jovens se desenvolverem adequadamente. Não obstante, Martins (2005b) refere que existe uma tendência para crianças e adolescentes já manifestarem problemas em várias áreas do desenvolvimento (cognitivo, físico, psicossocial, linguístico) quando são retiradas do contexto familiar, mas esses atrasos nem sempre são ultrapassados com o acolhimento numa Instituição. Deste modo, torna-se importante recordar que a eficácia do acolhimento como resposta a atrasos em diversas áreas do desenvolvimento de uma criança/jovem, tem merecido atenção por parte da comunidade científica e que atualmente já é possível apontar que a mesma depende: da idade do acolhimento; da qualidade do relacionamento prévio estabelecido com a figura materna; da história e condições de vida anteriores ao acolhimento; da qualidade da admissão na Instituição; da precariedade das condições da Instituição e o tempo de exposição a essas mesmas condições; do acesso a cuidados diferenciados no contexto institucional; da duração do acolhimento; e da qualidade/oportunidades que a criança/jovem encontra nos diversos contextos após a sessão da medida de acolhimento (Alberto, 2002; Silva, 2004; Martins, 2005b).

Atualmente também já se reconhece que o acolhimento institucional pode oferecer algumas vantagens aos utentes, quando comparado com outro tipo de resposta. Dell’Aglío (2000) defende que a experiência institucional pode proporcionar oportunidades de desenvolvimento, constituindo, por vezes, a melhor saída para algumas crianças e jovens que vivem numa situação familiar de perigo.

Siqueira e Dell’Aglío (2006) acrescentam que mesmo com fragilidades, o ambiente nas Instituições, enquanto rede de apoio social e afetivo, desempenha um papel importante no desenvolvimento das crianças/jovens, uma vez que nele se

desenvolvem um grande número de atividades, funções e interações, que são potencializadoras de relações recíprocas, de equilíbrio, poder e afeto. Ainda neste sentido, Marzol, Bonafé e Yunes (2012, p.323) referem que muito embora algumas crianças e adolescentes acolhidas vivenciem situações não ideais, “elas poderão se desenvolver de forma saudável caso estejam inseridas em um espaço relacional responsivo e sensível às suas necessidades afectivas, sociais e emocionais”.

A esse respeito, Mota e Matos (2010) afirmam que com o afastamento da família, as relações com os professores, funcionários das escolas, pares e principalmente com os funcionários das Instituições, tornam-se muitas vezes numa compensação da ausência de relações familiares. Assim, as experiências relacionais com estas figuras cuidadoras de referência promovem a constituição de novos modelos internos dinâmicos mais positivos. Deste modo, as autoras ao procurarem compreender o papel de funcionários de Instituições como sendo figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo em adolescentes institucionalizados, observaram que a “identificação afectiva com a figura do educador pode ser relevante na natureza das trajectórias de vida potenciando o desenvolvimento da qualidade das relações com o exterior, nomeadamente através do desenvolvimento de competências de comunicação e confiança com os pares” (Mota & Matos, 2010, p 246).

Como é possível constatar, o acolhimento institucional de crianças e jovens em perigo pode não se constituir como inferior quando comparado com outros tipos de medida, como o acolhimento familiar. Neste sentido, Martins (2005b) e Canha (2003), fazem referência a um conjunto de vantagens do acolhimento institucional relativamente a outras medidas de promoção e protecção, salientando que, neste contexto, para além haverem menos ruturas e/ou adaptações mal sucedidas, a criança/jovem: encontra recursos necessários para a sua segurança e bem-estar emocional, como é o caso do acesso à saúde, educação, cultura; tem oportunidade para criar laços com pares e adultos; apreende valores e padrões culturais; desenvolve a sua identidade, sentimentos de pertença e outras capacidades.

Para além disso, os Lares de acolhimento, nomeadamente na vertente Lares de Infância e Juventude (LIJ) e Casas de Transição asseguram os meios necessários ao desenvolvimento físico, psicológico, social, escolar e profissional de cada criança/jovem, bem como a sua inserção na sociedade, objetivando: a satisfação das necessidades básicas; a promoção da sua reintegração na família/comunidade; e contribuir para a sua valorização pessoal, social e profissional (Manual de Processos Chave, s/d). Todas essas características, tal como as anteriormente mencionadas, podem constituir-se em oportunidades de desenvolvimento para as crianças e jovens

acolhidos. Admite-se assim, e numa visão positiva, que a vivência prolongada numa Instituição de acolhimento poderá compactuar com o desenvolvimento integral e saudável das crianças/jovens acolhidos ou ainda propiciar a ocorrência de trajetórias de vida de sucesso.

2. Representações sociais de sucesso, atribuições causais e autoeficácia

2.1. Representações sociais de sucesso

O conceito de sucesso aparece na literatura como um conceito abrangente e altamente subjetivo, variando entre indivíduos, grupos e entre culturas. O sucesso pode ser enquadrado em diferentes domínios, como é o caso do sucesso profissional, académico, financeiro, familiar, relacional, entre outros. Deste modo, as concepções individuais de sucesso, segundo Fontaine e Faria (1989, p.5), as teorias pessoais do sucesso, são “teorias individuais implícitas a que cada um recorre para compreender, explicar e prever a ocorrência de sucesso ou de fracasso”.

No estudo de Souza, Trindade, Coutinho e Menandro (2007, p. 9), as perspetivas de sucesso aparecem associados ao sucesso pessoal e profissional, traduzido em afirmações como “Ser alguém é se interessar pelo que se passa no mundo”, “Ser alguém é fazer o que se gosta como profissão”, “Ser alguém é exercer uma profissão de grande valor social”, “Ser alguém é não estar desempregado” e “Ser alguém é ser independente”. Ademais, os autores também encontraram referências relacionadas com o sucesso escolar/académico, como por exemplo, “Ser alguém é estar bem qualificado para entrar em um mercado cada vez mais competitivo” e “Ser alguém é ter curso superior” (*Idem*). Existiram ainda referências relativas ao sucesso associado às relações sociais, presente em testemunhos como “Ser alguém é se relacionar bem com as pessoas” e “Ser alguém é ter dinheiro” (*Idem*).

Correia (2012, p. 55), ao procurar conhecer as representações de sucesso na comunidade da freguesia de Rabo de Peixe (São Miguel), verificou que os participantes (adultos e jovens) fazem referências a representações de sucesso associadas ao percurso profissional, tal como “O que eu entendo por uma vida de sucesso? (...) arranjar um bom trabalho” e “Pensa-se desde logo, a nível profissional, não é? (...) E tem muito a ver com a realidade e com a realização pessoal que a pessoa tem a nível profissional, não é? Eu acho que está relacionado com isso”. O sucesso aparece também associado ao contexto familiar, o que pode ser visível em expressões como “(...) normalmente, a gente fala a nível de atingir objectivos, tipo (...) ter (...) família, uma vida estável...”, “(...) sucesso, porque até hoje está com a sua esposa (...)” e “... a vida familiar é um dos pontos mais importantes. Sem a... se a

gente não está bem com a família, muito dificilmente vai estar bem com a vida. Isso é o ponto essencial” (*Idem*, p.54). O autor encontrou ainda expressões alusivas ao sucesso baseado no sucesso emocional, como “O sucesso para mim é o... o sucesso para mim é uma coisa... uma coisa muito importante... o sucesso é... uma pessoa que tem sucesso na vida é uma pessoa feliz” (*Idem*, p.59).

Como se verifica nas ilustrações anteriores o conceito de sucesso pode ser operacionalizado de diferentes modos, em função dos mais variados domínios (Fontaine & Faria, 1989). Não obstante, as perspectivas de sucesso podem ser compreendidas à luz das teorias da Psicologia Social, como a teoria atribucional de Weiner e com recurso a outras temáticas complementares, como a autoeficácia.

2.2. Atribuições causais

Estudos na área da Psicologia Social têm demonstrado que os indivíduos, para além de se preocuparem em encontrar causas para fenómenos e situações relacionadas com os contextos em que se inserem, também o fazem relativamente às suas próprias causas (Coleta & Godoy, 1986; Fontaine & Faria, 1989). Essa atenção por parte da comunidade científica em explorar esse processo de conceções e explicações pessoais para diferentes acontecimentos, deu origem a um novo ramo da Psicologia Social denominado de Atribuição da Causalidade (Weiner, 1974; Coleta & Godoy, 1986).

Heider (1958, ref. por Ferreira, Assmar, Omar, Delgado, Silva, Souza & Cisne, 2002) aparece na literatura como pioneiro das teorias que abordam as causas a que os indivíduos recorrem para explicar os acontecimentos com os quais se confrontam diariamente. Para o autor, os indivíduos apresentam uma tendência para utilizar causas disposicionais/internas (próprias ao indivíduo, tal como a capacidade, esforço e cansaço) ou situacionais/externas (relacionadas com circunstâncias físicas ou sociais, tais como a dificuldade da tarefa e sorte). Posteriormente, o modelo teórico proposto por Heider foi aprofundado e refinado por Jones e Davis (1965), com a formulação da teoria das inferências, ou seja, o "estudo dos mecanismos através dos quais um observador realiza atribuições internas (disposições pessoais) para as ações de determinados atores", e por Kelley (1967), com o modelo de covariação, onde “procurou analisar como os indivíduos processam as informações disponíveis no mundo social e as combinam para chegar às causas dos eventos” (Cit. por Ferreira e col., 2002, p. 516).

Como exemplificam Coleta e Godoy (1986, p.146), os indivíduos preocupam-se com a justificação de acontecimentos, como “porque perderam uma eleição, porque obtiveram sucesso ou fracasso na realização de uma tarefa, entre outras situações”.

Deste modo, as explicações ou atribuições causais tornam-se ferramentas indispensáveis para a compreensão do próprio conceito de sucesso (Coleta e Godoy, 1986; Fontaine & Faria, 1989). Neste campo, salienta-se o papel de Weiner, que tendo como referência sobretudo o trabalho de Heider, formulou um modelo de atribuição, que se aplica precisamente na busca de explicações causais, ou seja, nas atribuições causais utilizadas pelos sujeitos para tentar explicar o sucesso e o fracasso (Weiner, 1974; Coleta e Godoy, 1986; Fontaine & Faria 1989; Beck, 2001). A teoria de Weiner (1974, 1979, 1985, 2000) acerca das atribuições causais, embora inicialmente se centrasse no sucesso e insucesso acadêmico, procurou integrar as dimensões das causas propostas por Heider, mas também as implicações cognitivas, afetivas e comportamentais que estas acarretam, considerando que os indivíduos não se comportam de determinada forma para “obter o prazer do sucesso ou evitar a vergonha do fracasso, mas sim em função da interpretação cognitiva das causas dos acontecimentos” (Chaleta, Rosário & Grácio, 2006, p. 820).

Segundo Weiner (1974), as justificações (causas) que os sujeitos atribuem ao sucesso e ao fracasso são guiadas por informações específicas, tais como histórias de sucesso anteriores, as normas sociais, fatores ambientais, predisposições pessoais, entre outras. Todavia, mesmo que possam variar entre culturas e indivíduos, para o autor, as causas mais gerais e frequentemente utilizadas pelos indivíduos para explicar o sucesso e o fracasso, acadêmico e em outros contextos de desempenho, podem ser agrupadas em quatro categorias, nomeadamente a capacidade, o esforço, a sorte e a dificuldade da tarefa (Weiner, 1974, 2000). No entanto, o próprio autor, bem como Bar-Tal, Goldberg e Knaani (1984, ref. por Coleta & Godoy, 1989), salientam a existência de outras causas mais específicas, como é o caso da fadiga, humor, a atenção, a maturidade, a experiência prévia, a influência da família e de outras pessoas, entre outras.

Ainda de acordo com Weiner (1974,1985), segundo o modelo tridimensional, as atribuições causais podem ser classificadas a partir de uma das três dimensões, entre elas: o locus de causalidade (interno/externo), referindo-se se a causa está relacionada com o indivíduo ou com a situação; locus de estabilidade (estável/instável), ou seja se as causas são constantes ou alteráveis no tempo; e o locus de controlabilidade (controlável/incontrolável), ou seja, se as causas são ou não controladas pela vontade do indivíduo. Deste modo Weiner (1974, 2000) sugere que: a capacidade é uma causa interna ao indivíduo, estável no tempo e incontrolável; o esforço é também uma causa interna, no entanto mostra-se instável no tempo e controlável pela vontade do indivíduo; a sorte aparece como uma causa externa,

instável e incontrolável; e por sua vez, a dificuldade da tarefa é considerada uma causa externa, estável e incontrolável.

Segundo Weiner (1979, 1985), a obtenção de resultados inesperados potencia o processo atribucional e, conseqüentemente, a relação entre as causas atribuídas e as emoções sentidas pelos sujeitos, especialmente após um insucesso. Quanto às emoções experimentadas pelos sujeitos aquando situações de sucesso ou fracasso, Weiner (1974, 1979, 1985, 2000) refere que estas variam de acordo com a causa atribuída. Deste modo, e atendendo às principais causas supramencionadas, quando os indivíduos atribuem o seu desempenho à capacidade (interna, estável e incontrolável), tendem a experienciar aumento do orgulho em caso de sucesso, pelo que o fracasso gera sentimentos de vergonha e humilhação. Já quando o desempenho é justificado pelo esforço (interna, instável e controlável), os indivíduos sentem um aumento de orgulho perante situações de sucesso e de vergonha, humilhação, bem como de culpa, nos casos de insucesso. Quando o indivíduo tem sucesso e o justifica com a capacidade ou esforço, as emoções sentidas podem aumentar os seus níveis de autoestima. Por outro lado o fracasso associado a essas mesmas causas pode diminuir os níveis de autoestima.

Relativamente à atribuição do sucesso à dificuldade da tarefa (externa, estável e incontrolável), apesar de também experimentarem orgulho, este varia consoante o nível da dificuldade. Do mesmo modo, em caso de insucesso, apesar dos indivíduos também poderem sentir vergonha e humilhação, geralmente as emoções mais sentidas são a raiva e a frustração. O mesmo acontece quando se reconhece a sorte (externa, instável e incontrolável) como responsável pelo desempenho. Quer isto dizer, que nos casos de sucesso ocorre uma diminuição do orgulho e nos casos de insucesso uma diminuição da vergonha, o que por sua vez diminuí o impacto na autoestima (Weiner, 1979, 1985, 2000).

Segundo Weiner (2000), para além das causas atribuídas a um resultado terem implicações nas emoções dos indivíduos, como as emoções são responsáveis por atribuições particulares, são também motivadoras de ação, interferindo nas expectativas dos sujeitos relativamente ao sucesso e fracasso futuro. A esse respeito Bar-Tal (1978, ref. por Santos, 2010), tendo em conta os locus de causalidade e de estabilidade, refere que quando o sucesso ou fracasso é atribuído à capacidade (causa interna-estável), bem como à dificuldade da tarefa (causa externa-estável), provoca nos indivíduos reações cognitivas de expectativas de um desempenho semelhante no futuro. Por outro lado, quando o sucesso é atribuído ao esforço (causa interna-instável) e à sorte (causa externa-instável), gera expectativas de possíveis mudanças no futuro desempenho do indivíduo.

Em síntese, podemos afirmar que os seres humanos são implacáveis na busca de respostas às questões que colocam relativamente a si e aos outros. Para além de justificarem essas questões/situações com recurso a causas, os indivíduos perante uma situação de sucesso ou de fracasso, experimentam diferentes emoções, estruturando as suas expectativas relativamente aos seus desempenhos no futuro de acordo com a causa atribuída.

Ainda relativamente ao poder das expectativas geradas após uma situação de sucesso ou fracasso, Bandura (1986) refere que as crenças dos indivíduos acerca das suas capacidades motivam os seus comportamentos, influenciando desse modo o sucesso e o fracasso. Assim, torna-se pertinente fazer referência a uma das componentes da Teoria Social Cognitiva, pois as crenças de autoeficácia dos indivíduos têm uma forte influência nas suas realizações em diversos campos.

2.3. Autoeficácia

Segundo Bandura (1986, p. 391), a autoeficácia define-se como “o juízo das pessoas sobre as suas capacidades em organizar e executar cursos de ação necessários para obter determinado tipo de realização”. Por outras palavras, para o autor, a autoeficácia diz respeito às crenças que um indivíduo possui acerca das suas próprias capacidades para atingir determinados níveis de desempenho/performance. Ou seja, as crenças de autoeficácia baseiam-se no facto dos indivíduos acreditarem em si e que possuem as capacidades necessárias para a concretização da tarefa (Bandura, 1986, 1997).

As crenças de autoeficácia determinam todo o funcionamento psicossocial dos indivíduos, uma vez que ao serem concepções críticas da *self*, influenciam a forma como os indivíduos pensam, se sentem, se motivam e se comportam perante diferentes tarefas. Deste modo, quanto mais positivo for o julgamento que um indivíduo faz acerca das suas capacidades para a realização de determinadas tarefas (como físicas, intelectuais ou sociais), maior é a probabilidade de ser bem-sucedido. Por outro lado, quanto menos um indivíduo acreditar que é capaz, menor é a probabilidade de sucesso na tarefa (Bandura, 1986; Pajares, 2005).

De acordo com Bandura (1986, 1997), as crenças de autoeficácia constroem-se a partir de interpretações que os indivíduos fazem tendo por base quatro principais fontes de informação, sendo estas: as experiências de mestria, as experiências vicariantes, as persuasões sociais e os estados psicológicos e físicos. O autor salienta ainda que na formulação das crenças de autoeficácia, os indivíduos podem recorrer a mais do que uma fonte de informação. No entanto, de acordo com Bandura (1986, 1997) e Pajares (2005), as experiências de mestria, ou seja, experiência do sujeito no

passado, aparecem como as fontes mais influentes, pois proporcionam mais informação e provas concretas do desempenho que um indivíduo poderá ter no futuro, tendo em conta experiências pessoais de sucesso ou fracasso.

Não obstante, e como já referido, as pessoas não recorrem apenas às experiências pessoais para avaliar a sua capacidade. Como refere Bandura (1986, p. 399), as “avaliações de autoeficácia são, em parte, influenciadas por experiências indiretas”, ou seja por experiências vicariantes. Isto significa que os indivíduos se avaliam e constroem as suas crenças de autoeficácia, através da medição de capacidades em relação e comparação com outras pessoas semelhantes e significativas. Bandura (1986, 1997) reconhece que, embora que as experiências indiretas sejam geralmente mais fracas do que as diretas, também promovem mudanças significativas e duradouras, através dos efeitos que têm sobre o desempenho. Por exemplo, vendo os semelhantes fracassar, os indivíduos podem se julgar igualmente incapazes, esforçando-se menos. Por outro lado, ao ver os outros terem sucesso, os indivíduos provavelmente julgar-se-ão como igualmente capazes, empregando um maior nível de esforço na tarefa.

Por sua vez, as persuasões ou pressões sociais também influenciam a formação de crenças de autoeficácia, através do aumento de confiança derivado de atitudes de encorajamento por parte de pessoas relevantes ou significativas para o sujeito. Bandura (1986, 1997) menciona que as persuasões sociais fortalecem as crenças de autoeficácia dos indivíduos, encorajando-os a concretizar aquilo que desejam/objetivam. Deste modo, quando um indivíduo é apoiado e sente que as pessoas que lhe são importantes acreditam nas suas capacidades e na possibilidade de sucesso, esforça-se mais, aumentando a probabilidade de experimentar o sucesso.

Os estados fisiológicos e emocionais, têm impacto no desenvolvimento da autoeficácia, uma vez que, por exemplo, numa situação de *stress* ou numa em que o indivíduo sente dor, fadiga e ansiedade, este está mais propício à desacreditação das suas capacidades do que quando está com um humor positivo, com energia e saúde. Deste modo, segundo Bandura (1986, 1997) e Pajares (2005), quando as pessoas se encontram mais ansiosas, muito provavelmente apresentam desempenhos inferiores do que quando estão descontraídas e calmas.

Por último importa referir que de acordo com Bandura (1986, 1997), quando um indivíduo reconhece que tem capacidades e incentivos necessários para a concretização de determinadas tarefas, aumenta a sua expectativa de eficácia, sentindo-se mais confiante e motivado para a ação. Deste modo, o pensamento positivo acerca das suas capacidades e um bom suporte por parte das pessoas próximas parecem ser elementos chave na obtenção de sucesso.

3. Suporte social

3.1. Suporte social e a Psicologia Comunitária

A Psicologia Comunitária surgiu na década de sessenta, no decorrer de um período de grandes transformações a nível Saúde Mental e nas sociedades em geral, causadas por diversos problemas e mudanças sociais. Dada a inadequação das metodologias até então utilizadas na compreensão dos fenómenos sociais, em 1963, surge, em Boston, um congresso que pretendia analisar a formação dos Psicólogos para os serviços de higiene mental, destacando-se o papel do Presidente Kennedy, na oficialização da Psicologia Comunitária. Neste congresso foram então delineadas três grandes prioridades relativamente à intervenção comunitária, nomeadamente: intervir a nível da prevenção primária; intervir a nível da comunidade; intervir numa perspetiva de mudança.

A partir deste congresso, a Psicologia Comunitária, até então vista como desdobramento da Psicologia Social, passa a ser tida como área de estudos autónoma, caracterizada por Spielberger e Iscoe (1972) como “uma tentativa para compreender e melhorar a qualidade psicológica das relações homem-ambiente” (Cit. por Fernandes, 2002, p.225). Ainda segundo os autores, a Psicologia Comunitária “não se limita a uma perspetiva de reabilitação individual, mas alarga o campo de interesse da psicologia à promoção da competência e da capacidade das organizações sociais em apoiar os indivíduos” (Spielberger & Iscoe, 1972, cit. por Fernandes, 2002, p.225).

Destaca-se deste modo o conceito de rede social, definido por Varanda (2000, p. 1) como o “conjunto de actores (indivíduos, organizações, famílias, comunidade, países, etc) e as ligações entre eles (fluxos de recursos, apoio, transacções, aconselhamento, competição, cooperação, etc)”. A importância do suporte social para a Psicologia Comunitária advém do impacto que o mesmo tem nos indivíduos e nas comunidades.

O interesse das investigações acerca do suporte social ganhou ênfase a partir da década de 70, onde se destacam os estudos pioneiros de Cassel no ano de 1974 e Cobb em 1976 (ref. por Ribeiro, 1999). Cassel (1974) e Cobb (1976) demonstraram a existência de uma forte relação entre o suporte fornecido pelas relações sociais e a saúde dos indivíduos, concluindo que a existência de suporte social é um fator protetor de isolamento, podendo aumentar a satisfação de vida dos indivíduos (ref. por Ribeiro, 1999). Outros estudos referenciados por Ribeiro (2009) apontam que o suporte social pode aumentar os níveis de autoestima, o humor positivo, bem como fomentar uma visão positiva e otimista da vida. Para além disso, quando presente, diminui as

sensações de *stress* e sentimentos de solidão dos indivíduos, como já referido. Ornelas (1997, p.382) refere que a presença de suporte social pode aumentar a “resistência individual”, atuando sobre “a natureza do contexto situacional do indivíduo, de tal modo que os que experienciam situações de *stress* não estão em idêntica situação de risco de vir a sofrer de perturbações a nível emocional”.

Relativamente à definição de suporte social, é notória na literatura a inexistência de um consenso entre investigadores, no entanto existem algumas definições mais recorrentes nos estudos acerca deste metaconstruto. Para Cobb (1976), o suporte social reporta-se a informação pertencente a uma das três classes seguintes: informação que leva o indivíduo a acreditar que é amado e que os outros se preocupam com ele; informação que conduz o indivíduo a acreditar que tem valor e que é apreciado pelos outros; a informação que faz com que o indivíduo acredite “que pertence a uma rede de comunicação e de obrigações mútuas” (Ribeiro, 1999, p.547).

De acordo com Sarason, Levine, Basham e Sarason (1983, ref. por Ribeiro, 1999, p. 547), o suporte social define-se como “a existência ou disponibilidade de pessoas em quem se pode confiar, pessoas que nos mostram que se preocupam connosco, nos valorizam e gostam de nós”. Para Cohen (2004, p. 676) o suporte social reporta-se a uma “rede social de prestação de recursos psicológicos e materiais, destinados a beneficiar as habilidades do indivíduo a lidar com o *stress*”. No entanto, Cutruna (1996) salienta que as necessidades de apoio por parte dos outros não são exclusivas a circunstâncias adversas da vida dos indivíduos, pelo que devem “ser consideradas como um requisito permanente que se torna útil para o ajustamento e o bem estar do ser humano, que lhe melhora a qualidade de vida independentemente da ocorrência ou não de circunstâncias desagradáveis”(Cit. por Serra, 1999, p. 127).

Serra (1999, p.124) fala-nos em apoio social, definindo-o como um conceito abrangente que se refere “à quantidade e à coesão das relações sociais que envolvem” um indivíduo, bem como “à força dos laços estabelecidos, à frequência de contacto e ao modo como é percebido que existe um sistema de apoio que pode ser útil e prestar cuidados quando necessário”. Ainda neste sentido, de acordo com Ribeiro (1999, p. 547), para Cohen (1988), Cobb (1976) e outros investigadores, a investigação acerca do social e do suporte que este fornece aos indivíduos, tanto se referem a aspetos concretos como o “número de amigos, frequência de contactos, intensidade de contactos, existência ou não de amigos íntimos”, existência ou ausência de contactos com outras redes sociais para além dos amigos, como também se reportam a “aspectos subjectivos tais como a percepção que o indivíduo tem da adequação, e da satisfação com a dimensão social da sua vida”.

Distingue-se assim duas facetas do suporte social. O suporte social ativo, que é relativo ao real suporte recebido, isto é, ao suporte que foi objetivamente recebido por alguém (ações concretas), e o suporte social percebido, que se refere à “convicção individual de que é possível receber ajuda ou empatia quando se necessita” e ao “grau de satisfação individual com o suporte percebido como disponível” (Sarason & Sarason, 1985, cit. por Neves & Pinheiro, 2009, p.11). Barrera (1981) acrescenta uma terceira faceta, o envolvimento social, definido por Sarason (1974) como “as ligações que os indivíduos mantêm com os outros no meio social”, através da participação em organizações comunitárias, estado civil, contactos com pessoas da família, amigos e outros (Cit. por Ornelas, 2008, p.193).

Para além disso, segundo Singer e Lord (1984, ref. por Ribeiro, 1999), o suporte social pode também ser diferenciado pelas fontes de onde é proveniente, nomeadamente por fontes de suporte proveniente de redes informais/pessoais ou por redes de suporte social formal/interpessoal. As fontes de suporte informais/pessoais incluem, em simultâneo, pessoas próximas, como familiares, amigos, vizinhos, padre, entre outros, e os grupos sociais, tais como clubes, igrejas, entre outras. As fontes de suporte formal/interpessoal abarcam organizações sociais formais, como hospitais, programas governamentais, serviços de saúde, entre outros, e os profissionais dessas organizações, tais como Médicos, Assistentes Sociais, Enfermeiros, Psicólogos, entre outros.

Relativamente ao acesso a uma rede de suporte social, Cutrona (1996) salienta que, neste contexto, “é particularmente importante o conceito de integração social”, pois reflete “a presença ou ausência de laços sociais significativos, muitas vezes constituídos no casamento ou em grupos de natureza religiosa, clubes e outros tipos de organizações voluntárias” (Cit. por Serra, 1999, p. 118). Por outro lado Kiecolt-Glaser e Glaser (1991) referem que “a simples presença de outras pessoas não significa ter acesso, necessariamente, a apoio social”, pela existência de certos relacionamentos que podem ter efeitos desgastantes, “não só susceptíveis de constituir em si próprios uma fonte de *stress* como são capazes de impedir o acesso a outras pessoas que possam dar o auxílio de que se carece” (Cit. por Serra, 1999, p. 118). Deste modo, podemos admitir que o suporte social proveniente de contextos comunitários (fontes formais/interpessoais), percecionado pelos indivíduos, como o suporte fornecido nos Lares de acolhimento e outras Instituições, pode também ser equacionado como um indicador de integração social (Sarason & Sarason, 2009).

O suporte social pode ainda ser diferenciado em três formas de suporte, nomeadamente o suporte informacional, instrumental e emocional (House & Kahn, 1985, ref. por Cohen, 2004). O suporte informacional reporta-se a assistências

tangíveis, tais como aconselhar o indivíduo ou fornecer-lhe informações relevantes que o poderão ajudar a ultrapassar obstáculos, podendo ser fornecido por pessoas próximas ao sujeito ou organizações, ou seja, por uma rede de suporte social e organizacional. O suporte instrumental também diz respeito a assistências tangíveis e engloba a prestação de apoios materiais ou a realização de tarefas, podendo ser fornecido por pessoas próximas ao sujeito ou organizações, ou seja, a rede de suporte social e organizacional. Por sua vez o suporte emocional refere-se a assistências intangíveis, normalmente recebido de pessoas próximas ao sujeito como familiares, amigos, colegas de trabalho, entre outras, envolvendo a expressão de empatia, feedback positivo, o apoio moral, o carinho, e o encorajamento, fazê-lo acreditar que é capaz, que é amado e que tem valor (House & Kahn, 1985, ref. por Cohen, 2004).

Serra (1999), a partir de investigações como as de Cutrona e Russel (1990), Powell e Enright (1990) e Cohen e Will (1985), identifica a existência de seis tipos/formas de apoio social, nomeadamente: o apoio afetivo, que consiste em fazer a pessoa sentir que é estimada e aceita pelos outros, independentemente dos seus erros, defeitos ou limitações; o apoio emocional, que faz referência aos sentimentos de apoio e de segurança recebidos; o apoio percetivo, que se prende com ajudar a pessoa a efetuar uma reavaliação do problema, dando-lhe outro significado; o apoio informativo, que inclui o fornecimento de informações e conselhos que auxiliam as pessoas na compreensão de situações complexas; o apoio instrumental, “que consiste na ajuda concreta que um indivíduo recebe, em termos materiais ou de serviços” (Serra, 1999, p. 132); e o apoio de convívio social, que se remete para o convívio com outras pessoas através de atividade de lazer e/ou culturais, o que por sua vez faz com que os indivíduos não se sintam isolados e que são “parte integrante de uma determinada rede social” (p.133).

Embora hajam vários modelos para além dos apresentados, é notório na literatura uma maior recorrência ao apresentado em House e Kahn (1985, ref. por Cohen, 2004), que equaciona o suporte social como podendo ser do tipo informacional, instrumental e/ ou emocional.

Ornelas (2008, p.194) menciona que diversos investigadores fazem a distinção entre as formas e as funções do suporte social, “podendo este ser identificado através de uma terminologia tão diversificada como: suporte instrumental e emocional, aconselhamento, feedback, interação positiva, confiança, orientação, socialização, sentimento de pertença, assistência material, informação e outros”.

Weiss (1974), referido em Serra (1999), apresenta uma conceção multidimensional do suporte social percebido, concebendo como sendo uma apreciação subjetiva de provisões sociais, ou seja, “funções possíveis das relações

interpessoais, que podem funcionar como benefícios quando os indivíduos as percebem como disponíveis nos relacionamentos” (Neves & Pinheiro, 2009, p.10).

Weiss (1974) descreve assim seis funções/provisões, que apenas podem ser obtidas no contexto das relações sociais do indivíduo, nomeadamente: *attachement*/vinculação; alianças estáveis; orientação; integração social; reconhecimento do valor pessoal; e oportunidade de prestação de cuidados (Moreira & Canaipa, 2007; Ornelas, 2008).

O *attachement*/vinculação refere-se a um sentimento de proximidade emocional, obtido através das relações interpessoais, onde existe para além de um sentimento de partilha, um sentimento de segurança e de aprovação emocional (Neves & Pinheiro, 2009). Nos adultos este tipo de necessidade é geralmente satisfeita nas relações conjugais, familiares, ou de grande amizade (Ornelas, 2008). Os estudos acerca do *attachement* nos adultos têm demonstrado que uma ligação segura pode facilitar os comportamentos de procura de apoio, a resolução de conflitos em situações de *stress* e aumentar os índices de satisfação com o suporte recebido (Moreira & Canaipa, 2007).

As alianças estáveis baseiam-se na sensação da existência de uma relação forte e segura, que transmite ao sujeito uma confiança relativamente à disponibilidade do outro, independentemente da situação. Enquadram-se aqui o suporte a nível emocional e as ajudas tangíveis já referidas anteriormente, tal como o fornecimento de recursos materiais e financeiros, a realização de tarefas, entre outros. Este tipo de provisão é sobretudo fornecido no contexto de relações sólidas e duradouras, como a família (Moreira & Canaipa, 2007; Ornelas, 2008).

A orientação refere-se ao apoio que o outro fornece através de conselhos, orientações, apoio emocional e pela ajuda na ponderação de situações. Esta provisão é muitas vezes assegurada por uma figura de autoridade ou com mais experiência, como professores, uma figura parental, entre outros (Moreira & Canaipa, 2007; Ornelas, 2008).

Por sua vez a integração social refere-se ao sentimento de pertença a um grupo, refletindo a oportunidade do indivíduo partilhar interesses e atividades sociais (Ornelas, 2008). Deste modo, para além da família, os laços de amizade podem promover o conforto, segurança, prazer e um sentimento de identidade. Serra (1999, p.128) realça que o apoio social pode contribuir “para a integração social do indivíduo, na medida em que este sente que pertence a um grupo de pessoas com interesses e preocupações semelhantes”.

O reconhecimento do valor pessoal baseia-se na obtenção de valorização e reconhecimento de capacidades, aquisições e competências, por parte dos outros,

sendo evidente a sua importância do suporte social, pois “a sua acção pode determinar uma boa adaptação e, eventualmente, a resolução” de uma situação negativa para o indivíduo (Moreira & Canaipa, 2007, p.27).

Por último e no que concerne à oportunidade de prestação de cuidados, esta representa “a necessidade de fornecer apoio e cuidados”, fazendo com que a pessoa se sinta responsável, num compromisso e útil pelo bem-estar e em ajudar os outros, como é o caso dos pais a ajudar e a tratar dos filhos e dos seus conjugues (Moreira & Canaipa, 2007, p.28).

Em suma e segundo Siqueira (2008) e Pinheiro e Ferreira (2005), o suporte social tem sido conceptualizado como um fator protetor dos indivíduos em situação de crise e numa variedade de estados patológicos, mas também como um fator promotor de bem-estar e satisfação com a vida em indivíduos que não passaram necessariamente por situações negativas. Por outro lado, Sarason e Sarason (2009, p. 115) alertam para o facto de existirem “diferenças individuais na capacidade de formar e beneficiar de vínculos sociais”. Estudos referidos em Neves e Pinheiro (2009) têm demonstrado uma forte associação entre algumas características da personalidade e a percepção que o indivíduo tem acerca da disponibilidade dos outros em apoiá-lo e o seu grau de satisfação com essa disponibilidade. As autoras mencionam que os investigadores têm apontado que, características como a extroversão (Sarason & Sarason, 1983; Pinheiro & Ferreira, 2002; Pinheiro, 2003), as competências emocionais (Sarason, Sarason, Shearin & Pierce, 1987), a motivação para o contacto social (Hill, 1997; Pinheiro, 2003) e o otimismo (Pinheiro, 2003), têm uma influência positiva no desenvolvimento da rede social do indivíduo, assim como na capacidade do mesmo manter e perceber essas relações como disponíveis (ref. por Neves & Pinheiro, 2009).

Para além das características supramencionadas influenciarem o suporte social percebido, Pinheiro (2003) refere que “enquanto que para alguns sujeitos só um número considerável de figuras de apoio disponíveis pode garantir o necessário suporte social, para outros uma única pessoa pode assegurar o apoio que necessitam” (Cit. por Seco, Pereira, Dias, Casimiro & Custódio, p. 23). De qualquer das formas, torna-se a salientar que as redes de suporte abrangem “não só o núcleo familiar e de amigos, mas também os serviços informais baseados na vizinhança, a ajuda proporcionada pelos prestadores de serviços comunitários, como Centros Paroquiais, Clubes, Associações de Voluntários e outras” (Ornelas, 2008. p. 189).

Focando agora a nossa atenção no caso de indivíduos que viveram longos períodos de tempo numa Instituição de acolhimento, podemos sugerir que a presença

de suporte social neste contexto poderá de alguma forma facilitar o desenvolvimento de trajetórias de vida de sucesso, devido ao seu efeito protetor.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

O presente capítulo pretende expor e justificar as opções metodológicas que nortearam todo o estudo empírico. Primeiramente enunciaremos o estado da arte sobre investigações empíricas na temática das crianças e jovens em perigo e em situação de acolhimento. Ainda neste ponto, apresentamos os objetivos e questões que sobressaem da revisão de literatura e que impulsionaram a realização desta investigação. Nos pontos seguintes, clarificamos a metodologia e *design* do estudo, caracterizamos os participantes, descrevemos o instrumento, e ainda, os procedimentos adotados na recolha e análise dos dados.

1. Pressupostos, objetivos e questões de investigação

A seleção do tema desta investigação prendeu-se, em primeiro lugar, com a preferência da autora por um estudo que lhe facultasse um maior conhecimento e ferramentas para intervir na sua área de eleição, crianças e jovens em situação de perigo e os lares de acolhimento enquanto resposta social a este fenómeno. Este estudo vem colmatar um fascínio pessoal que teve início em 2009, enquanto aluna do 1ºCiclo de Estudos em Psicologia, na Universidade dos Açores. Através de um trabalho universitário desenvolvido num Lar de Infância e Juventude, vislumbrou-se a “casa” que mais tarde “acolheu” a autora durante quinze meses, ao abrigo do Programa Estagiar L, proporcionando-lhe um primeiro contacto real com uma realidade dura, mas que acende uma chama dentro de nós. No presente Mestrado em Psicologia da Educação, de especialização em Contextos Comunitários, desejou-se dar-se continuidade a este investimento académico e pessoal.

Em segundo lugar, a escolha da temática do sucesso deriva da constatação da existência de um rótulo social associado às crianças e jovens institucionalizados (Alberto, 2002). Conjuntamente, é notório que, até ao presente momento, a comunidade científica tem dado um especial destaque a questões relacionadas com o efeito do risco/perigo no desenvolvimento dos indivíduos, com as vulnerabilidades do acolhimento em Instituição, com o insucesso escolar e outras problemáticas associadas a estes indivíduos. Reconhece-se que as investigações na área têm-se focado em cenários muito negativos, enfatizando o estereótipo social que existe em torno destas crianças e jovens.

Constituiu-se também como motivo para a realização deste trabalho, o facto de existirem poucos estudos que deem voz às pessoas que trabalham em Lares de Infância e Juventude (LIJ). Ainda não lhes foi dada a oportunidade de relatarem aspetos positivos das suas experiências, enquanto pessoas que se dedicam ao melhoramento das condições de vida e do desenvolvimento de crianças e jovens institucionalizados. Nota-se a existência de uma carência de estudos que valorizem as potencialidades e

conquistas de indivíduos em situação ou com passado de acolhimento, bem como a influência positiva que esta resposta social pode constituir na trajetória de vida de indivíduos que experienciaram situações de vida adversas.

Constata-se, deste modo, que mesmo após décadas de investigação e intervenções com crianças e jovens em situação de acolhimento, ainda não foi tomado do conhecimento público nem divulgado cientificamente, a existência de casos de indivíduos atualmente adultos ou jovens adultos, considerados como bem-sucedidos. Acreditamos na existência de indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional que são considerados pelos outros como detentores de uma trajetória de vida de sucesso. Cremos ainda na possibilidade do acolhimento num Lar de Infância e Juventude (LIJ) ou Casa de Transição, constituir-se como um marco impulsionador para a ocorrência de uma trajetória de vida de sucesso em indivíduos que viveram nesse contexto.

No sentido de dar cumprimento a um estudo que ofereça um outro olhar sobre o tema do acolhimento de crianças e jovens em perigo, e reconhecendo o importante papel que a Instituição desempenha na vida destes seres em desenvolvimento, o presente estudo objetiva, *através da perspectiva de Técnicos e Ajudantes de Lar ao serviço de Lares de Infância e Juventude (LIJ) e Casas de Transição, dar a conhecer trajetórias de vida de sucesso de indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional.* Ademais, a presente investigação pretende *identificar que fatores protetores poderão ter estado associados ao desenvolvimento de trajetórias de sucesso nestes mesmos indivíduos.*

A partir destes objetivos gerais, foram delineados outros, mais específicos, que serviram de fio condutor à investigação. Partindo da perspectiva de Técnicos e Ajudantes de Lar de Instituições de acolhimento infantojuvenil, pretendemos:

- (1) *Conhecer o que é considerado uma trajetória de vida de sucesso em indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional;*
- (2) *Procurar identificar trajetórias de vida de sucesso em indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional;*
- (3) *Entender quais os motivos e fatores (de natureza interna e externa) que contribuem para o reconhecimento desses indivíduos como detentores de uma trajetória de vida de sucesso;*
- (4) *Identificar fatores protetores do desenvolvimento associados às trajetórias de vida dos indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional considerados como bem-sucedidos.*

Atendendo aos objetivos supramencionados, torna-se clara a centralidade deste estudo em torno de duas questões, nomeadamente: *O que pessoas ao serviço de Instituições de acolhimento consideram ser uma trajetória de vida de sucesso em indivíduos com um passado de vivência prolongada em contexto institucional? Na perspetiva das pessoas ao serviço de Instituições de acolhimento, que fatores protetores do desenvolvimento estiveram presentes nessas trajetórias de vida consideradas como bem-sucedidas?*

Estas questões principais, orientadoras da investigação, deram origem a outras interrogações secundárias. *A partir das perspetivas de Técnicos e Ajudantes de Lar ao serviço de Lares de Infância e Juventude (LIJ) e Casas de Transição, pretendemos encontrar respostas às questões:*

- (1) O que é considerado uma trajetória de vida de sucesso em indivíduos com um passado de vivência prolongada em contexto institucional?*
- (2) Quem são os indivíduos com um passado de vivência prolongada em contexto institucional detentores de uma trajetória de vida de sucesso?*
- (3) Que motivos e que fatores (de natureza interna e externa) contribuem para o reconhecimento dessas pessoas como detentoras de uma trajetória de vida de sucesso?*
- (4) Que fatores protetores do desenvolvimento estiveram presentes na trajetória de vida dos indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional considerados como bem-sucedidos?*

Acreditamos que as respostas a estas questões poderão conceder um conjunto de dados passíveis de serem importantes contributos para intervenções futuras junto de crianças e jovens em situação de perigo e/ou de acolhimento. Pretende-se, ainda, estudar e divulgar casos apontados como sendo “de sucesso”, contribuindo, assim, para a redução dos estereótipos e conceitos negativos associados às crianças e jovens institucionalizados.

2. Design de estudo

Atendendo aos propósitos apresentados, considerou-se pertinente a realização de um estudo de carácter transversal, na medida em que a recolha de dados ocorreu num momento único, não existindo, portanto, um período de seguimento dos indivíduos.

Optou-se por enquadrar a presente investigação nas metodologias qualitativas, seguindo na linha fenomenológica, por se julgar que este método é o que melhor permite

conhecer perspectivas e compreender os fenómenos sociais (Bogdan & Biklen, 1994; Almeida & Freire, 2000). Concomitantemente, as investigações que seguem uma filosofia com raízes na fenomenologia caracterizam-se por permitir conhecer as visões do outro, obedecendo a princípios como a primazia da experiência subjetiva como fonte de conhecimento (Almeida & Freire, 2000). Deste modo, este tipo de estudos permite perceber a forma como os indivíduos interpretam o mundo social, partindo do seu ponto de vista e das suas referências (Moreira, 2007).

Salientamos que estamos cientes da presença de algumas fragilidades associadas às abordagens qualitativas, como é o caso do tempo despendido na recolha e análise de dados, a dificuldade e o esforço requeridos no tratamento desses dados (Martins & Belfo, 2010). Não obstante, entendemos que este tipo de abordagem permite o acesso a grandes quantidades de informações, sem descurar dos seus detalhes significativos.

Por ser uma abordagem raramente adotada em investigações em torno da temática das crianças e jovens em perigo, do acolhimento institucional como resposta social, e de adultos que passaram por essas experiências, ainda se pode constatar que se trata de uma pesquisa de carácter exploratório e descritivo (Carmo & Ferreira, 1998). Salienta-se ainda um cunho básico e aplicado, por se ter procurado estudar o fenómeno das atribuições de sucesso num contexto real muito particular (Almeida & Freire, 2000).

3. Participantes

A população deste estudo é constituída por Funcionários e Técnicos de todas as Instituições presentes na ilha de São Miguel, compostas por valências designadas de Lares de Infância e Juventude (LIJ) e/ou Casas de Transição, sendo este o único requisito de participação. O levantamento das Instituições existentes na ilha foi efetuado através da consulta de documentos oficiais e posterior contacto com a Excelentíssima Presidente do Instituto da Segurança Social dos Açores, com o intuito de se verificar o real número de Instituições locais que preenchem o requisito de participação.

Apuraram-se para o estudo um total de onze Instituições que se enquadravam no critério de seleção, seguindo-se o contacto com as Direções e Membros da Equipa Técnica desses mesmos locais, a fim de se solicitar a participação no presente estudo. Após ter sido autorizada a participação por parte de todas as Instituições, explorou-se então a disponibilidade por parte dos Técnicos e/ou Ajudantes de Lar que trabalham nos LIJ e em Casas de Transição.

Por uma questão ética, neste estudo não serão apresentados os nomes das Instituições, dos participantes, nem dos indivíduos nomeados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso. Neste sentido, elucidamos o leitor que os participantes

foram identificados com a letra E, seguida de um número que representa a ordem pelo qual o participante foi entrevistado, como por exemplo E1, E2, E3 (...). Foi efetuado o mesmo procedimento relativamente aos indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto de acolhimento, nomeados pelos participantes como detentores de uma trajetória de vida de sucesso, tal como será explicado no próximo capítulo.

Este estudo contou com um total de treze participantes (cf. Quadro 2), distribuídos pelas onze Instituições, salientando-se a existência de duas Instituições em que foi possível contar com participação de dois elementos (E1, E2; E4, E5).

Quadro 2 – Caracterização sociodemográfica dos participantes

Participante	Idade	Sexo	Profissão	Tempo que exerce funções na Instituição
E1	34	Masculino	Psicólogo Clínico	5 anos ¹
E2	28	Feminino	Assistente Social	5 anos
E3	34	Masculino	Assistente Social	1 ano ²
E4	54	Feminino	Profissão Religiosa	5 anos ³
E5	55	Feminino	Profissão Religiosa	5 anos ⁴
E6	32	Feminino	Psicóloga Clínica	7 anos
E7	34	Feminino	Ajudante de Lar	6 anos
E8	37	Feminino	Psicóloga Clínica	11 anos
E9	33	Feminino	Psicóloga Clínica	5 anos ⁵
E10	29	Feminino	Assistente Social	5 anos
E11	54	Feminino	Ajudante de Lar	32 anos
E12	53	Feminino	Ajudante de Lar	27 anos
E13	37	Feminino	Ajudante de Lar	8 anos

Os treze participantes neste estudo têm idades compreendidas entre os 28 e os 55 anos, constatando-se a participação de elementos de ambos os sexos, embora a grande maioria seja do sexo feminino (N=11).

Relativamente à profissão dos participantes, contou-se com a participação de Ajudantes de Lar (N=4), profissionais de Psicologia com formação na área Clínica (N=4), Técnicos Superiores de Serviço Social (N=3) e, ainda, pessoas que se dedicam à Profissão Religiosa (N=2). No que concerne às funções que os participantes desempenham nas Instituições abrangidas por este estudo, para além das funções associadas às profissões, averiguou-se que, dos treze participantes, a grande maioria são Membros da Coordenação Técnica dos Lares (N=9).

¹ Há 10 anos que exerce funções na área do acolhimento de crianças e jovens.

² Anteriormente exerceu funções numa outra valência da Instituição durante 7 anos.

³ Há 30 anos que exerce funções em Internatos/Lares de acolhimento.

⁴ Há 22 anos que exerce funções em Internatos/Lares de acolhimento.

⁵ Há 8 anos que trabalha com famílias de risco.

Quanto ao tempo que os participantes exercem funções na área do acolhimento de crianças e jovens, nota-se que o mesmo varia entre 1 e 32 anos, constatando-se que a grande maioria (N=9) exerce funções nesta área há 11 ou menos anos. Por outro lado, destaca-se a participação de pessoas que exercem funções em Lares de acolhimento há mais de 20 (N=4) e 30 anos (N=2).

4. Instrumento e procedimentos de recolha de dados

Para a construção do *corpus*⁶ de investigação, como forma de concretizarmos os objetivos que definimos e responder às questões de investigação que lançamos, decidimos recolher os dados através de uma entrevista semiestruturada, individual e sigilosa, com guião previamente elaborado. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 135), a entrevista abrange “uma amplitude de temas considerável, que permite [ao investigador] levantar uma série de tópicos” e oferecer “ao sujeito a oportunidade de moldar o seu conteúdo”. Deste modo, a entrevista parece-nos ser o tipo de instrumento de recolha de dados que mais se apropria à natureza exploratória deste estudo, potencializando a aquisição de um maior conhecimento e uma profundidade sobre a temática em foco (Ghiglione & Matalon, 2001).

Ghiglione e Matalon (1997, p.13) acrescentam que a utilização de uma entrevista para a recolha de dados se torna pertinente quando pretendemos estudar as atribuições que os sujeitos fazem de determinado fenómeno, dado que este tipo de instrumento permite “saber como é que o indivíduo explica” e “que significados” atribui aos acontecimentos, o que não saberíamos verdadeiramente se ele não o tornasse explícito. Por sua vez, o carácter semiestruturado da entrevista permite um maior grau de flexibilidade na exposição das questões e conseqüente aprofundamento, conferindo ao sujeito participante a liberdade de falar sobre conteúdos específicos que considera pertinentes para a compreensão da sua visão sobre o tema em foco. Isto resulta numa irregularidade no que concerne à ordem e linguagem pela qual as questões foram colocadas aos diferentes participantes. Não obstante, considera-se que esta postura permite uma expressão aberta e mais liberta de constrangimentos, maximizando a diversificação e riqueza dos dados recolhidos (Bogdan & Biklen, 1994).

Após a seleção do procedimento, partiu-se para a construção do instrumento de recolha de dados, tendo por base a revisão empírica efetuada, conjuntamente com os objetivos e questões formuladas neste estudo. Sobressaíram alguns conceitos chave para a compreensão do fenómeno do sucesso em indivíduos com passado de vivência

⁶ *Corpus*, e citando Lima (2013, p.9), diz respeito ao “conjunto dos documentos que serão objeto da análise de conteúdo”.

prolongada em contexto institucional, posteriormente organizados numa tabela de especificações (cf. Anexo 3), nomeadamente: 1) Representações sociais de sucesso; 2) Atribuições causais; 3) Autoeficácia; 4) Fatores protetores do desenvolvimento; 5) Suporte social.

Na preparação do guião de entrevista da presente investigação (cf. Anexo 2), tivemos o cuidado de não incluir questões que não fossem pertinentes para o estudo, ou para a compreensão da trajetória de vida dos indivíduos nomeados pelos participantes como bem-sucedidos. Para tal, a cada questão fizemos corresponder um conjunto de objetivos previamente definidos no nosso dispositivo de regulação (cf. Anexo 3).

Foi formulado um total de vinte e cinco questões destinadas à identificação sociodemográfica dos participantes e agrupadas em torno dos conceitos chaves supramencionados. Ademais, objetivando promover a fluência natural dos discursos dos participantes, as questões foram organizadas segundo uma lógica sequencial. Julgamos que esta organização do guião, conjuntamente com a postura flexível referida anteriormente, permite uma maior margem de à vontade e de liberdade de resposta, sem se perder a finalidade das questões colocadas (Bogdan & Biklen, 1994).

Conscientes da relevância de se utilizar um instrumento que se adegue inequivocamente aos propósitos e características desta investigação, a título experimental entrevistaram-se dois Monitores⁷ de duas Instituições com valências de acolhimento infantojuvenil, com características semelhantes às dos participantes no estudo, um do sexo masculino e outro do sexo feminino (formada em Psicologia da Educação), ambos de 34 anos de idade. Tal como aconselham Ghiglione e Matalon (2001), era nossa intenção apurar se as questões eram compreendidas e consideradas pertinentes pelos entrevistados e, ainda, se o número de perguntas era adequado e não causava fadiga.

Após o pré-teste do guião, concluiu-se que se tinham tomado as opções mais apropriadas aos objetivos do estudo, não se verificando a necessidade de se procederem a alterações na linguagem, na dimensão do guião ou na própria organização das questões. Destaca-se que este teste ao nosso dispositivo de recolha de dados possibilitou ainda uma experiência de treino à entrevistadora, proporcionando-lhe a oportunidade de constatar eventuais constrangimentos que poderiam surgir aquando da sua prestação.

⁷ Neste estudo, por se pretender manter os termos utilizados no contexto, devemos salientar que Monitor apresenta dois significados. Em algumas Instituições Monitor é a designação que se dá a um Ajudante de Lar. Relativamente aos "Monitores" participantes no pré-teste, um é Ajudante de Lar e o outro é Animador Sociocultural.

Procedeu-se ao estabelecimento de uma correspondência de categorias e subcategorias, após a transcrição das entrevistas dos participantes do pré-teste, circunscrevendo-se os conteúdos das entrevistas em unidades de registo⁸ claras e passíveis de serem comparadas entre entrevistados.

Reunidas todas as condições, seguiu-se, tal como já referido neste capítulo, o contacto com todas as Instituições localizadas na ilha de São Miguel, com valências de acolhimento infantojuvenil, entre o mês de julho e agosto de 2014. Esses contactos, onde foram explicados os objetivos do estudo e âmbito em que se insere, visaram apurar a disponibilidade de Técnicos e Ajudantes de Lar a exercer funções no universo das Instituições locais, que preenchiam o critério de participação.

Relativamente ao local onde foram realizadas as entrevistas, é de referir que as mesmas ocorreram nas instalações das Instituições, em espaços bastante informais, acolhedores e com a privacidade necessária. No entanto, destaca-se que uma entrevista ocorreu na residência da investigadora, por uma questão de conveniência relacionada com a vida particular do participante.

Evidenciando-se a importância da criação de um clima securizante e de colaboração, como forma de maximizar a quantidade de informação partilhada, pertinente para a compreensão da perspectiva do sujeito, iniciaram-se as entrevistas com a apresentação da entrevistadora e dos entrevistados. Em seguida, como foram de salvaguardar questões de ética, que devem estar presentes num trabalho de investigação, e antes de se efetuarem as questões do guião aos participantes, foram novamente esclarecidos os propósitos e origem da investigação, e pedido um consentimento informado, livre e esclarecido (cf. Anexo I). Após garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados dos participantes e dos indivíduos nomeados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso, pediu-se a autorização para a gravação áudio das entrevistas, informando-se a possibilidade dos participantes acederem, posteriormente, às conclusões do estudo. Comunicou-se ainda aos participantes que as gravações seriam eliminadas logo após o término deste trabalho de investigação.

Considera-se que estes procedimentos iniciais elucidaram os participantes acerca da importância das suas perspectivas, opiniões e experiências individuais, o que promoveu a partilha das suas visões do fenómeno em destaque neste estudo (Ghiglione & Matalon, 2001). À entrevistadora coube, essencialmente, e tal como sugerem Bogdan e Biklen (1991), introduzir adequadamente as várias questões para que o discurso fluísse naturalmente, escutar cuidadosa e atentamente as perspectivas dos participantes,

⁸ Unidade de registo, citando Lima (2013, p.9), corresponde ao “segmento de texto que é objeto de recorte, isto é, de seleção para análise”.

aceitar todas as ideias, valores e pontos de vista, mesmo que distintos dos seus e encarar cada discurso como um mistério a desvendar, adotando uma postura curiosa, paciente e não avaliativa.

A informação foi registada através de um gravador de voz Panasonic RR-US571, com microfone unidirecional incorporado. O aparelho foi sempre colocado em cima de uma mesa, a uma distância de sensivelmente 50 centímetros dos entrevistados. As gravações foram transferidas para o computador, procedendo-se posteriormente à sua transcrição integral em formato “*Word*”, igualmente reduzidas a protocolo para que constituíssem um documento de análise único. A cada entrevista foi atribuída a letra E (entrevistado), seguida de um número que representa a ordem pelo qual o participante foi entrevistado.⁹

As treze entrevistas decorreram entre nos meses de setembro e outubro de 2014, e tiveram uma duração média de 43 minutos, apresentando a mais curta uma duração de 23 minutos e a mais extensa 80 minutos.

5. Procedimentos de análise de dados

Na construção do *corpus* teve-se em consideração os princípios de exaustividade, de homogeneidade e da pertinência, propostos por Bardin (1995), na medida em que todo o material recolhido foi analisado, os documentos se referiam aos mesmos casos e o material recolhido era adequado aos objetivos do estudo. Destaca-se ainda o cumprimento do princípio da representatividade, pelo facto de este estudo abranger participantes “de uma parte representativa do universo inicial” (Bardin, 1995, p. 97).

Após a recolha e transcrição dos dados, optou-se por tratar o material obtido com recurso à técnica de análise de conteúdo (Vala, 1986; Bardin, 1995). Entendemos que a análise categorial é que melhor permite analisar os dados recolhidos, uma vez que a mesma tem como finalidade a sistematização da informação recolhida, tornando possível identificar os temas mais repetidos pelos participantes e as associações mentais a que pretendem dar origem (Ferrarotti, 1986, ref. por Moreira, 2009).

De acordo com Guerra (2006), a categorização possibilita agregar as diferentes lógicas das perspetivas que os sujeitos nos contaram, apresentando assim um carácter essencialmente descritivo. No fundo, a categorização permite colocar em ordem o material recolhido, classificá-lo segundo critérios pertinentes, encontrar variáveis escondidas que explicam as variações das diferentes realidades observáveis e, ainda, encontrar semelhanças e diferenças nas narrativas dos sujeitos (Bardin, 1995; Guerra, 2006, Esteves, 2006).

⁹ Por exemplo, o código E3 significa que este participante foi o terceiro a ser entrevistado.

Após verificada a adequação do guião com as entrevistas pré-teste, realizou-se uma leitura *flutuante* do material recolhido nesse momento (Lima, 2013). Em seguida, tentou-se demarcar as ideias-chave presentes nos discursos dos dois participantes no pré-teste, tendo por base os aspetos teóricos consagrados na tabela de especificações (cf. Anexo 3). Nesta construção do sistema de categorias e subcategorias, teve-se o cuidado de cumprir com o princípio da produtividade, proposto por Bardin (1995), assegurando-se que todas as categorias possibilitavam a realização de análises cientificamente relevantes.

Depois de efetuada a definição e organização das categorias e subcategorias, seguiu-se o processo de codificação, onde foram agrupadas as unidades de registo, identificadas com o número e letra correspondente.

No que concerne à validade e fiabilidade da análise de conteúdo realizada, consideramos, em primeiro lugar, que o guião com o qual partimos para as entrevistas forneceu-nos *à priori* um sistema de dimensões, principais categorias e subcategorias, que se adequa aos objetivos definidos, constatando-se a pertinência dos mesmos (Vala, 1986). Ademais, consideramos que o nosso sistema permite medir o que pretendemos, uma vez que foi assegurada a fiabilidade intra e inter-codificadores (Vala, 1986; Esteves, 2006).

Como forma de se poder determinar a consistência das categorias e subcategorias, e para se proceder à análise da fiabilidade intra e inter-codificadores, construiu-se um quadro com a lista de todas as unidades de registo referentes aos discursos dos participantes no pré-teste. Esta lista de unidades de registo foi codificada pela autora deste estudo em dois momentos distintos, no mês de maio e no mês de junho de 2014. Não se encontrando divergências entre os dois momentos, considera-se encontrada a fiabilidade intra-codificadores.

A fim de determinar a fiabilidade inter-codificadores, foi facultado o mesmo quadro de unidades de registo a um juiz independente, com formação em Psicologia da Educação, e pediu-se-lhe que aplicasse o sistema de categorias e subcategorias antecipadamente elucidado. A partir dos juízos concordantes e discordantes entre a investigadora e a juiz, calculou-se o índice de fiabilidade (F) inter-codificadores utilizando a fórmula proposta por Vala (1986) e Esteves (2006), segundo a qual se divide o número total de casos de acordo (TCA) entre os codificadores, pelo somatório dos casos de acordo e de desacordo (TCD) que se tenham verificado entre os elementos. Alcançou-se uma percentagem de acordo inter-codificadores no valor de 91,9%, pelo que poder-se-á considerar que as categorias definidas no nosso dispositivo de análise apresentam um nível aceitável de fiabilidade.

Por fim, concluímos que o nosso sistema de categorias e subcategorias cumpre com todos os requisitos de validade e fiabilidade.

6. Identificação do sistema de dimensões, categorias e subcategorias

Como forma de se concretizarem os objetivos a que nos propusemos, e de modo a organizarmos os discursos dos participantes para posterior análise de conteúdo, foi definido o esquema categorial que passamos a apresentar em seguida, acompanhado de algumas unidades de registo elucidativas.

DIMENSÃO 1. CARACTERIZAÇÃO DO CONSTRUCTO – Com esta dimensão pretende-se conhecer qual o significado de uma trajetória de vida de sucesso em indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional.

- **Categoria 1.1. Representações sociais de sucesso** – Esta categoria engloba todas as representações sociais associadas às trajetórias de vida de sucesso.
 - **Subcategoria 1.1.1. Sentidos atribuídos às trajetórias de vida de sucesso**
 - Perspetivas acerca dos vários domínios da vida onde os indivíduos podem ser bem-sucedidos.

E5 – “Quando saem da Instituição sem o apoio da família e conseguem, através de si ou dos apoios da sociedade, um curso, um trabalho, casar, ter filhos, ou seja, constituir uma família e cuidar dela”.

DIMENSÃO 2. REFERÊNCIAS DE SUCESSO – Esta dimensão inclui a identificação e reconhecimento de indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional, detentores de uma trajetória de vida de sucesso.

- **Categoria 2.1. Identificação e reconhecimento de indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional, detentores de uma trajetória de sucesso** – Inclui a nomeação de pessoas com passado de vivência prolongada em contexto institucional e que sejam consideradas como detentoras de uma trajetória de vida de sucesso.
 - **Subcategoria 2.1.1. Existência de exemplos de indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional detentores de uma trajetória de vida de sucesso** – Identificação e reconhecimento de indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional detentores de uma trajetória de vida de sucesso.

E7 – “Que eu conheça da minha experiência profissional, tivemos na nossa Instituição dois casos de sucesso até hoje [Caso 10 e Caso 11]. Fora da Instituição, de relacionamentos pessoais, tenho uma amiga que foi institucionalizada e conseguiu fazer a sua vida [Caso 12]”.

DIMENSÃO 3. MOTIVOS CONDUCENTES À PERSPETIVA DE SUCESSO – Esta dimensão engloba todos os motivos subjacentes às escolhas dos participantes relativamente aos indivíduos considerados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso.

○ **Categoria 3.1. Fatores internos** – Esta categoria agrega as fundamentações atribuídas internamente ao sujeito.

▪ **Subcategoria 3.1.1. Características da personalidade** – Traços de personalidade do indivíduo que o fazem parecer bem-sucedido.

E5 – “Ela [Caso 8] sempre foi muito empenhada, sensível, talvez por ter vivido em África, mas era uma pessoa sensível às situações das pessoas. Era serena e punha em prática as aprendizagens.”

▪ **Subcategoria 3.1.2. Ocupação** – O que o indivíduo faz no campo de ação profissional que o faz parecer bem-sucedido.

E12 – “[motivos da nomeação] Porque têm um trabalho [Caso 22 e Caso 23].”

▪ **Subcategoria 3.1.3. Nível de educação** – Atribuição do sucesso à escolaridade do indivíduo ou ao seu percurso escolar.

E10 – “Quando chegou aqui tirou um curso Técnico Profissional, depois tirou a carta de condução, sempre na Instituição [Caso 20].”

▪ **Subcategoria 3.1.4. Evolução na vida** – Atribuição do sucesso a uma evolução gradativa no trajeto de vida do indivíduo.

E3 – “Bem, primeiro que tudo, o primeiro motivo do sucesso é o ganho de autonomia que este jovem [Caso 4] tem... isto é, sem dúvida. (...) Acho que o outro [Caso 5] também foi mais um caso de autonomia completa. Foi uma evolução no caso dos dois.”

▪ **Subcategoria 3.1.5. Ações desempenhadas** – O que o indivíduo faz em concreto que o faz parecer detentor de uma trajetória de vida de sucesso.

E10 – “Ele [Caso 20] também é um caso de sucesso ao nível da Política da sua zona, é Vice-Presidente! Ele tem sucesso em tudo aquilo que faz!”

- **Categoria 3.2. Fatores externos** – Esta categoria agrega os motivos atribuídas externamente ao sujeito.
 - **Subcategoria 3.2.1. Sucesso familiar** – Contributo do êxito familiar no sucesso do indivíduo.

E12 – “(...) Têm filhos e fazem a sua vida, pronto, têm e estruturaram a sua família [Caso 22 e Caso 23].”
 - **Subcategoria 3.2.2. Fatores associados ao percurso institucional** – Contributo das oportunidades proporcionadas pela Instituição de acolhimento no sucesso do indivíduo.

E2 – “E os prémios, por exemplo, que nós [Instituição] concedíamos a estes miúdos seria: no tempo livre ajudar um Lavrador... ou no tempo livre ir com eles desempenhar algumas tarefas. E isso para eles era algo muito agradável e agarraram essas oportunidades [Caso 1 e Caso 2].”

DIMENSÃO 4. IDENTIFICAÇÃO DE FATORES INTERNOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA O RECONHECIMENTO DE SUCESSO – Esta dimensão engloba as referências

relativas a fatores internos, como as atribuições causais e autoeficácia, subjacentes às trajetórias de vida de sucesso.

- **Categoria 4.1. Atribuições** – Esta categoria inclui as unidades de significação relativas ao esforço despendido e à capacidade dos indivíduos considerados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso.
 - **Subcategoria 4.1.1. Esforço** – Grau de energia despendida pelos indivíduos ao longo da vida.

E9 – “[Caso 17, Caso 18 e Caso 19] Sem dúvida que estas esforçaram-se!”
 - **Subcategoria 4.1.2. Capacidade** – Grau de competência e inteligência dos indivíduos em questão.

E13 – “[Capaz e inteligente] Muito. É assim, a nível da escola ela [Caso 24] era muito, só que não queria. Via-se que era uma pessoa inteligente... tentava nos manipular e para isso é preciso inteligência (riu). (...) Acho que ela tinha muitas capacidades.”
- **Categoria 4.2. Fontes de autoeficácia** – Esta categoria inclui as unidade de significação relativas às experiências de mestria e aos estados fisiológicos e psicológicos.

- **Subcategoria 4.2.1. Experiências de mestria** – Identificação de exemplos de situações em que os indivíduos tenham sido bem-sucedidos.

E10 – “Concluiu o seu curso, obteve a carta de condução, conseguiu arranjar emprego, constituiu família, tem um filho (...) e já tem casa neste momento. (...) [essas situações levaram a pessoa a ter mais sucesso], porque ele [Caso 20], por exemplo, sei que inicialmente viveu com os sogros, mas depois de ter arranjado um bom emprego e de ter estruturado a sua vida, conseguiu depois adquirir uma casa e teve sempre envolvido em outros projetos, viagens... conseguiu aumentar a casa.”

- **Subcategoria 4.2.2. Estados fisiológicos e psicológicos** – Reações e sentimentos associados às situações de sucesso.

E6 – “Quando estava a trabalhar para o sucesso... ansiedade, muita ansiedade... pressão. E depois aí então, consoante os resultados, se calhar bem-estar, sensação de autoconfiança e de competência para conseguir as coisas.”

DIMENSÃO 5. IDENTIFICAÇÃO DE FATORES EXTERNOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA O RECONHECIMENTO DE SUCESSO

– Esta dimensão engloba as referências relativas a fatores externos, como as atribuições causais e autoeficácia, subjacentes às trajetórias de vida de sucesso.

- **Categoria 5.1. Atribuições** – Esta categoria inclui as unidades de significação relativas à sorte ou azar e à dificuldade/facilidade das vidas dos indivíduos considerados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso.

- **Subcategoria 5.1.1. Destino: Sorte/Azar** – Circunstâncias de vida favorecedoras/condicionantes de sucesso.

E12 – “[Sorte] Isso tem uma cota. Eu acho que isso tem uma cota, sorte nas companheiras e respetivas famílias [Caso 22 e Caso 23].”

- **Subcategoria 5.1.2. Dificuldade da tarefa ou da vida da pessoa** – Grau de dificuldade da vida dos indivíduos em questão.

E7 – “Tiveram facilitada no momento que entraram [Caso 10, Caso 11, Caso 12]. Tiveram o acesso a tudo, porque nem todas as famílias ditas normais, têm as condições financeiras para lhes porem nas atividades todas que elas querem, para lhes darem tudo o que elas querem. (...) Dificuldade é a sociedade, a discriminação.”

- **Categoria 5.2. Fontes de autoeficácia** – Esta categoria inclui as unidades de significação relativas às experiências vicariantes e às persuasões/pressões sociais.

- **Subcategoria 5.2.1. Experiências vicariantes** – Experiências de outras pessoas que foram de alguma forma significativas para os indivíduos ou apreendidas por eles, que contribuíram para as suas aprendizagens, influenciando o seu modo de pensar e agir.

E4 – “(...) Penso que às vezes a minha firmeza, a minha maneira de agir e falar com eles... e de os desafiar para a vida e aproveitar ao máximo aquilo que a vida lhes oferece, eu apercebo-me, hoje, com a idade que já tenho, que tenho influência sobre eles. Portanto, penso que quer numa, quer noutra, eu fui um ponto de referência, um modelo na vida delas [Caso 6 e Caso 7]. Eu e as irmãs que viviam comigo.”

- **Subcategoria 5.2.2. Persuasões/pressões sociais** – Juízos feitos aos indivíduos em causa e efeitos consequentes.

E13 – “É muito elogiada [Caso 24]. Os elogios fazem-lhe continuar a ter força, tipo, eu consegui, eu venci, eu sou alguém e vou ter um bom futuro.”

DIMENSÃO 6. IDENTIFICAÇÃO DE FATORES PROTETORES INDIVIDUAIS PRESENTES NO DESENVOLVIMENTO DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE SUCESSO

– Esta dimensão engloba fatores protetores do desenvolvimento de caráter individual, presentes nas trajetórias de vida de sucesso dos indivíduos em questão.

- **Categoria 6.1. Estratégias de coping** – Fazem parte desta categoria as referências relativas às estratégias (comportamentos e atitudes) a que os indivíduos em causa recorrem aquando do surgimento de obstáculos.

- **Subcategoria 6.1.1. Atividades agressivas** – Reações como agressões físicas, verbais e manifestações de raiva.

E9 – “Reagem com muita frustração, com muita revolta, com explosões verbais agressivas. As estratégias de *coping* eram desadequadas, muito desadequadas. Só passado um dia ou dois é que voltava ao sítio [Caso 17, Caso 18 e Caso 19].”

- **Subcategoria 6.1.2. Evitação** – Reações como o evitamento, afastamento ou isolamento da situação desestabilizadora.

E13 – “Ela [Caso 24] isolava-se, punha-se no quarto e estava ali sozinha. Não é como muitos jovens que depois são mal criados e agressivos com os ajudantes de Lar ou com as coisas da casa.”

- **Subcategoria 6.1.3. Busca de apoio social** – Reações como desabafar, busca de conforto nas relações interpessoais.

E3 – “A nível de obstáculos, ele [Caso 4] procurou sempre a Equipa Técnica. Sempre procurou um Monitor. Sempre transmitiu a sua dificuldade, o seu problema... mas com uma naturalidade!”

- **Subcategoria 6.1.4. Ação direta** – Atividades que visam destruir a situação que causa stress.

E1 – “Por serem dessa forma [Caso 1 e Caso 2], como sabiam ouvir, sabiam como reagir às situações, nunca foram jovens de agir pela impulsividade. Agiam e resolviam qualquer obstáculo de forma direta e eficaz.”

- **Subcategoria 6.1.5. Aceitação** – Reporta-se a comportamentos de submissão.¹⁰
- **Subcategoria 6.1.6. Inação** – Quando não reage à situação, isto é, bloqueia ou não toma iniciativa.¹¹
- **Subcategoria 6.1.7. Expressão emocional** – Reações como chorar, gritar, rir, entre outras do mesmo reportório.

E11¹² – “Quando existe algum problema, eu [Caso 21] fico-me remoendo um bocadinho, eu choro e sofro, mas depois eu levanto-me e venço.”

- **Categoria 6.2. Autonomia** – Esta categoria engloba os níveis de autonomia dos indivíduos considerados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso.

- **Subcategoria 6.2.1. Níveis de autonomia** – Reporta-se os níveis de autonomia do indivíduo em questão.

E5 – “(...) Por exemplo, ela [Caso 8] sempre foi determinada, conseguia o que queria, gostava de aprender, era otimista, tinha responsabilidade e era autónoma.”

- **Categoria 6.3. Autoestima** – Esta categoria reporta-se aos níveis de autoestima dos indivíduos considerados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso.¹³

¹⁰ Esta subcategoria não foi mencionada pelos participantes, porém, e por se terem aprofundado as estratégias de *coping* enquanto conceito teórico, mantemos a referência a este tipo de comportamento do reportório em foco.

¹¹ Esta subcategoria seguiu os mesmos princípios que a anterior.

¹² No próximo capítulo explicaremos a particularidade deste participante. No entanto, e como forma de elucidar o leitor, adiantamos que é um participante que experienciou o acolhimento prolongado em contexto institucional, e que se automeioeu como um caso de sucesso.

¹³ Esta categoria não foi nomeada por nenhum dos participantes. Não obstante, achamos pertinente a sua nomeação, uma vez que tentamos ao máximo incluir nesta dimensão todos os fatores protetores associados ao indivíduo, constados no nosso quadro teórico.

- **Subcategoria 6.3.1. Níveis de autoestima** – Reporta-se aos níveis de autoestima do indivíduo em questão.
- **Categoria 6.4. Autoconceito** – Esta categoria faz referência aos níveis de autoconceito dos indivíduos considerados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso.¹⁴
 - **Subcategoria 6.4.1. Níveis de autoconceito** – Abarca os níveis de autoconceito do indivíduo em questão.
- **Categoria 6.5. Otimismo** – Esta categoria faz referência ao otimismo dos indivíduos considerados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso.
 - **Subcategoria 6.5.1. Otimismo** – Diz respeito a alusões realizadas sobre padrões de pensamento positivos/otimistas.

E10 – “Ele [Caso 20] vê sempre o lado positivo das coisas, é otimista, muito otimista.”
- **Categoria 6.6. Temperamento fácil** – Esta categoria inclui as unidades de significação relativas aos traços de personalidade dos indivíduos bem-sucedidos.
 - **Subcategoria 6.6.1. Temperamento fácil** – Traços de personalidade da pessoa que sugerem a existência de um temperamento fácil.

E4 – “A Polícia [Caso 7], por exemplo, era lutadora, é alegre (riu), é organizada, responsável, autônoma... mais... tem capacidades sociais, era meiga, de personalidade forte, otimista! Não era pessoa de se deixar influenciar pelas opiniões dos outros.”
- **Categoria 6.7. Desempenho ou sucesso escolar** – Fazem parte desta categoria as referências relativas ao contexto escolar dos indivíduos nomeados como bem-sucedidos.
 - **Subcategoria 6.7.1. Desempenho ou sucesso escolar** – Juízos relativos ao trajeto escolar dos indivíduos em causa.

E8 – “(...) O gostar de aprender, o gostar da escola também é muito importante nessa faixa etária, ou seja, ajuda a que elas vão à escola, porque quando não gostavam o que é que acontecia, elas faltavam, havia absentismo escolar nas duas [Caso 13 e Caso 14].”

¹⁴ Esta categoria segue os mesmos princípios que a categoria anterior.

- **Categoria 6.8. Autocontrolo** – Esta categoria agrega unidades de registo relativas à capacidade de autocontrolo dos indivíduos apontados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso.
 - **Subcategoria 6.8.1. Autocontrolo** – Abrange a antecipação de consequências das próprias ações, a capacidade de adiar a satisfação imediata das necessidades, a capacidade de planificação de atividades a médio e longo prazo, a capacidade de reflexão e introspeção, e ainda a capacidade de persistir na realização de uma tarefa, mesmo em situações de grandes dificuldades.

E1 – “Outra característica que esses jovens têm, tanto um como o outro [Caso 1 e Caso 2], é que tinham baixos níveis de impulsividade, ou seja, conseguiam controlar-se, tinham um bom autocontrolo, ouvir, escutar, ponderar, capacidade de resolução de problemas.”
- **Categoria 6.9. Capacidades emocionais** – Esta categoria engloba juízos respeitantes às capacidades emocionais dos indivíduos considerados bem-sucedidos.
 - **Subcategoria 6.9.1. Inteligência emocional** – Reporta-se à capacidade de perceber, avaliar e expressar emoções, à capacidade de perceber e/ou gerar sentimentos, bem como à capacidade de controlar as emoções.

E13 – “Ela [Caso 24] era uma miúda sociável, dava-se bem com toda a gente, sabia falar com os outros (...) era sensível à dor dos outros.”
- **Categoria 6.10. Capacidades sociais** – Nesta categoria encontram-se unidades de registo que contemplam indicadores relativos às capacidades sociais dos indivíduos nomeados pelos participantes.
 - **Subcategoria 6.10.1. Capacidades sociais** – As capacidades sociais englobam os comportamentos verbais adequados, os comportamentos assertivos, a procura de relações positivas, o cuidado com o outro, e ainda a capacidade de resolução de problemas no contexto relacional.

E9 – “[Caso 17, Caso 18 e Caso 19] Capacidade de estabelecer relações positivas com os outros, eles eram simpáticos, afáveis. (...) Respeito pelos outros, de ser capaz de acatar instruções. (...) E essa relação, capacidade de estabelecer uma relação com os adultos, de se deixarem orientar também, porque se rejeitarem os conselhos acabam por não seguir pelos melhores caminhos.”

- **Categoria 6.11. Relações de proximidade emocional** – Categoria que agrega as referências relativas às relações de proximidade que os indivíduos bem-sucedidos estabelecem com os outros.

- **Subcategoria 6.11.1. Relações de proximidade emocional** – Grau de proximidade nas relações com os outros.

E5 – “Ela [Caso 8] tem ótimas relações com as pessoas em geral, no trabalho, com os amigos, conosco que a acompanhamos e com a família que constituiu, nomeadamente com o marido e com a filha (...).”

DIMENSÃO 7. IDENTIFICAÇÃO DE FATORES PROTETORES FAMILIARES PRESENTES NO DESENVOLVIMENTO DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE SUCESSO

– Esta dimensão engloba fatores protetores do desenvolvimento de caráter familiar, presentes nas trajetórias de vida de sucesso dos indivíduos em questão.

- **Categoria 7.1. Aceitação e suporte por parte da família** – Categoria que agrega as referências relativas à aceitação e suporte proporcionado pela família/famílias dos indivíduos bem-sucedidos.

- **Subcategoria 7.1.1. Aceitação e suporte por parte da família** – Grau de aceitação e de suporte por parte da família.

E4 – “(...) Eu penso que para ela [Caso 7], se calhar não é positivo... não é positivo... é um desafio, foi um desafio a vida que a mãe levava... uma vida desestruturada, desafiou-a a ser diferente. (...) Eu penso que o positivo... esta relação que mantinha com os irmãos, ou pelo menos com alguns. Ela [caso 7] era a segunda de sete filhos... penso que esta relação com os irmãos também terá levado a ela lutar! (...) A outra [Caso 6] só a mãe a visitava de vez em quando, não tinha relacionamento com a família. Não estou a ver... não consigo ver nada na família da que tirou jornalismo, que a tivesse influenciado positivamente.”

- **Categoria 7.2. Harmonia e coesão familiar** – Categoria que agrega as referências relativas à harmonia e coesão familiar.

- **Subcategoria 7.2.1. Níveis de harmonia e de coesão familiar** – Diferentes níveis de harmonia e coesão familiar.

E10 – “Ele [Caso 20] não tinha suporte familiar, mas conseguiu encontrar uma companheira que ajudou a dar um outro rumo à sua vida. A família que constituiu, acho que o facto da família da companheira ser muito tradicional, com muitas regras, de haver muito respeito, com padrões e muito unida.”

- **Categoria 7.3. Práticas parentais educativas** – Esta categoria contempla práticas parentais consideradas como educativas.
 - **Subcategoria 7.3.1. Estabelecimento de responsabilidades** – Grau de estabelecimento de responsabilidades e de limites.

E8 – “(...) Essa [Caso 15] esforçou-se porque teve pais que se esforçaram, ela teve esse modelo, o que é ser lutadora, o que é trabalhar para ter um objetivo.”
 - **Subcategoria 7.3.2. Expressão de afeto** – Qualidade das expressões de afeto.

E10 – “[Caso 10] (...) Talvez como ele sentia falta, porque nunca soube o que era viver numa família, a harmonia e aceitação foi muito importante, porque sentiu-se bem, sentiu-se integrado, aceite e recebeu afeto [família da companheira]. Foi muito importante!”
 - **Subcategoria 7.3.3. Estabilidade** – Qualidade da relação.

E1 – “(...) No do [Caso 2], eu acho que o mais positivo foi que alguns irmãos também já tinham sido acolhidos antes dele. Acabou por ser um bocadinho mais protetor pela relação com eles. E também o fato da família manter contacto, ou seja, não ser uma família ausente como no caso do [Caso 1]. Melhor... ligava, vinha ver, vinha às comunhões... havia uma proximidade e harmonia”.
 - **Subcategoria 7.3.4. Confiança** – Grau de confiança.

E6 – “Tinha uma relação próxima com as irmãs e isso também ajudou. Lá está, ao fim ao cabo ela [Caso 9] foi retirada do contexto, mas veio em família não é, ficaram e apoiaram-se todas umas com às outras, não é? (...) Tinham sempre alguém em quem confiar.”

DIMENSÃO 8. IDENTIFICAÇÃO DE FATORES PROTETORES LIGADOS AO PERCURSO DA PESSOA ENQUANTO ACOLHIDA

– Esta dimensão engloba fatores protetores do desenvolvimento que podem estar presentes nas Instituições de acolhimento.

- **Categoria 8.1. Facilidade de acesso a serviços de apoio comunitário** – Esta categoria inventaria as facilidade de acesso a serviços, proveniente da vivência em contexto de acolhimento.
 - **Subcategoria 8.1.1. Facilidade de acesso à saúde** – Grau de facilidade de acesso à saúde.

E5 – “Para além de lhe ter sido dada educação, acesso a cuidados de saúde e manutenção e aquisição de valores, foi-lhe dado um bom ambiente onde crescer e o apoio que ela [Caso 8] recebeu fez com que ela nunca desistiu-se.”

- **Subcategoria 8.1.2. Facilidade de acesso à educação** – Grau de facilidade de acesso à educação.

E10 – “(...) Ao estar acolhido na Instituição (...) soube de um curso que havia na ilha da Terceira (...) e ele foi... e foi tudo pago aqui pela Instituição. Ele conseguiu ter acesso a esses recursos, conseguiu o curso, conseguiu terminá-lo, depois foi para o serviço militar.”

- **Subcategoria 8.1.3. Facilidade de acesso a atividades extra curriculares** – Grau de facilidade de acesso a atividades extra curriculares.

E7 – “(...) o acesso às atividades, elas têm tudo. A educação, os valores... [Caso 10, Caso 11, Caso 12]”

- **Categoria 8.2. Apreensão de normas e valores sociais** – Esta categoria reporta-se à oportunidade de apreensão de normas e valores sociais na vivência em Instituição de acolhimento.

- **Subcategoria 8.2.1. Apreensão de normas e valores sociais** – Grau de apreensão de normas e valores sociais.

E6 – “Foi quase a tábua de salvação dela [Caso 9], porque proporcionou-lhe uma estrutura, valores, normas, rotinas, portanto, uma noção do mundo e do que era desejado, o que enquanto ela criança tinha que viver e que responsabilidades tinha que ter, portanto, muito mais focadas na sua formação académica e nas férias descontraí-las, ou seja, não ser aquela criança/adulto, aquela criança muito preocupada, muito tensa, a viver os problemas da família, os problemas da Instituição, ou isto, ou aquilo.”

- **Categoria 8.3. Relações com os pares** – Esta categoria reporta-se às relações de proximidade com os pares do contexto institucional.

- **Subcategoria 8.3.1. Relações com os pares** – Qualidade e benefícios das relações com os outros utentes.

E8 – “Elas [Caso 13, Caso 14, Caso 15, Caso 16] eram muito amigas entre si, por acaso, estou a falar de todas elas porque estiveram todas dentro da mesma valência. Mas muito distantes dos outros, porque não se identificavam muito com a maior parte delas, porque tinham maneiras de estar diferentes e perspetivas de vida diferentes e então afastavam-se. (...) Eu acho que ainda existe uma rede de suporte, mesmo depois de terem saído da Instituição.”

- **Categoria 8.4. Relações com os adultos** – Esta categoria reporta-se às relações de proximidade com os adultos do contexto institucional.

- **Subcategoria 8.4.1. Relações com os adultos** – Qualidade e benefícios das relações com os adultos.

E8 – “(...) Com adultos bem, bem, muito, muito bem! Eram um modelo para elas! Tinham melhores relações que os outros utentes. (...) Elas [Caso 13, Caso 14, Caso 15, Caso 16], as ex-residentes, ainda mantêm contacto com a sua funcionária preferida. Essas relações permitiram criar uma rede. Todas elas têm uma rede de suporte nas funcionárias. Quem cuida cria relação e elas tiveram 24 horas com elas, não é?”

DIMENSÃO 9. FACETAS DO SUPORTE SOCIAL – Esta dimensão engloba os juízos relativos ao suporte social que os indivíduos recebem/percecionam ter recebido e ao seu grau de envolvimento social.

- **Categoria 9.1. Suporte social percecionado** – Esta categoria engloba as unidades de registo relativas à satisfação com a disponibilidade dos outros, bem como ao grau de satisfação com o suporte por eles fornecido.

- **Subcategoria 9.1.1. Disponibilidade** – Grau de satisfação com a disponibilidade dos outros em fornecerem suporte social.

E8 – “Ah têm que ter! Sim! E eu acho que o primeiro suporte é a família dos namorados, de todas elas [Caso 13, Caso 14 e Caso 16].”

- **Subcategoria 9.1.2. Satisfação** – Grau de satisfação relativo ao suporte social fornecido pelas redes disponíveis.

E10 – “Tem, Tem! Sim, sente-se satisfeito. Eu sei disso [Caso 20].”

- **Categoria 9.2. Envolvimento social** – Nesta categoria encontra os juízos alusivos ao envolvimento social dos indivíduos.

- **Subcategoria 9.2.1. Grau de envolvimento social da pessoa** – Participação em organizações comunitárias, estado civil, contactos com pessoas da família, amigos e outros encontros sociais.

E10 – “Ele [Caso 20] é Vice-Presidente da Junta de Freguesia de (...), este verão realizou várias atividades com as crianças e jovens da sua freguesia, participa todos os anos ou como treinador ou como selecionador do futebol de rua. Ele é muito

dinâmico e gosta muito de realizar atividades para os jovens e com os jovens. Organiza na Freguesia e com os jovens aqui da Instituição. É muito muito dinâmico.”

- **Categoria 9.3. Suporte ativo** – Esta categoria engloba os juízos relativos aos apoios que a pessoa efetivamente recebeu/recebe.

- **Subcategoria 9.3.1. Suporte que a pessoa recebeu/recebe na realidade** – Evidências do suporte real recebido.

E4 – “A Jornalista [Caso 6], por exemplo, teve direito a bolsa de estudo, todo o apoio que é oferecido no caso em que uma criança ou jovem não tem apoio familiar e que tem capacidades. Portanto, uma vez que sempre foi boa aluna, teve bolsa e apoio no alojamento. (...) No caso da outra [Caso 7] não foi tão necessário, porque fez a escola, mas depois começou a trabalhar e tinha facilidades, por exemplo, de alojamento.”

DIMENSÃO 10. FONTES DO SUPORTE SOCIAL – Esta dimensão engloba as várias tipologias de rede de suporte social.

- **Categoria 10.1. Tipo de fonte** – Categoria que inventaria as fontes de suporte social do indivíduo.

- **Subcategoria 10.1.1. Informais/pessoais** – Suporte social proveniente de redes de suporte informais/pessoais, que incluem, em simultâneo, pessoas próximas, como familiares, amigos, vizinhos, padre, entre outros, e os grupos sociais, tais como clubes, igrejas, entre outras.

E4 – “A rede que poderão ter, será dos amigos... portanto... aqui a Polícia [Caso 7] tem a vida dela organizada e como qualquer pessoa da sociedade, tem o apoio de pessoas ou do trabalho... (...) familiar tem suporte emocional. A outra [Caso 6], acho que se tem é mais de amigos. Pelo que eu tenho conhecimento tem uma rede de amigos que a apoia nas suas necessidades.”

- **Subcategoria 10.1.2. Formais/ interpessoais** – Suporte social proveniente de redes de suporte formal/interpessoal, que abarca organizações sociais formais, como hospitais, programas governamentais, serviços de saúde, entre outros, e os profissionais dessas organizações, tais como médicos, assistentes sociais, enfermeiros, psicólogos, entre outros.

E2 – “Acho que todas aquelas Instituições e pessoas que passaram pela vida desses jovens [Caso 1, Caso 2 e Caso 3], tentaram os marcar de alguma maneira, quer a nível do Lar, que tenta desde o primeiro dia trabalhar para o bom desenvolvimento desse jovem, quer a nível da saúde, hospital, centro de saúde,

intervenção médica, quer também a nível escolar e da comunidade... os grupo que existem na comunidade. (...) Os Dirigentes Desportivos.”

DIMENSÃO 11. FORMAS DO SUPORTE SOCIAL – Esta dimensão engloba os diferentes tipos de suporte social.

- **Categoria 11.1. Apoio Emocional** – Fazem parte desta categoria os juízos referentes ao apoio emocional recebido por outros.
 - **Subcategoria 11.1.1. Apoio Emocional** – Faz referência a expressões de empatia, feedback positivo, o apoio moral, o carinho, e o encorajamento, fazer o indivíduo acreditar que é capaz, que é amado e que tem valor.

E7 – “Olha, eu acho que trouxe essencialmente amor. Não quer dizer que foram todos os elementos da Instituição, mas acho que foi amor e o reforço positivo [Caso 10 e Caso 11].”
- **Categoria 11.2. Apoio Informacional** – Fazem parte desta categoria os juízos referentes ao apoio informacional recebido por outros.
 - **Subcategoria 11.2.1. Apoio Informacional** – Reporta-se a assistências tangíveis, tais como aconselhar o indivíduo ou fornecer-lhe informações relevantes que o poderão ajudar a ultrapassar obstáculos.

E2 – “Todas esses serviços e pessoas que constituem as redes de suporte destes jovens [Caso 1, Caso 2, Caso 3], deram suporte ao nível do apoio moral, do reforço, de orientação, damos informações importantes para a vida deles.”
- **Categoria 11.3. Apoio instrumental** – Fazem parte desta categoria os juízos referentes ao apoio instrumental recebido por outros.
 - **Subcategoria 11.3.1. Apoio instrumental** – Diz respeito a assistências tangíveis e engloba a prestação de apoios materiais ou a realização de tarefas.

E2 – “[Caso 1] Ele recorre à Instituição muitas vezes... todo o tipo de apoio... emocional, informações, só não damos financeiro. (...) Por exemplo, quando ele precisa de ir ao Banco, nós vamos com ele... nós vamos com ele, ajudamos no que é necessário... se nós não temos disponibilidade o Ajudante de serviço vai com ele, já chegou a ir muitas vezes... damos esse tipo de apoio.”
- **Categoria 11.4. Apoio do convívio social** – Fazem parte desta categoria os juízos referentes ao apoio do convívio social.

- **Subcategoria 11.4.1. Apoio do convívio social** – Convívio com outras pessoas através de atividade de lazer e/ou culturais.

E7 – “Eu acho que os Escuteiros foram um ensinamento para elas e um meio de encontrarem outros amigos.”

DIMENSÃO 12. FUNÇÕES DO SUPORTE SOCIAL – Nesta dimensão agrupam-se as diferentes funções do suporte social.

- **Categoria 12.1. Attachment/ vinculação** – Esta categoria contempla as unidades de registo referentes ao attachment/ vinculação como função do suporte social.

- **Subcategoria 12.1.1. Attachment/ vinculação** – Refere-se a um sentimento de proximidade emocional, obtido através das relações interpessoais, onde existe, para além de um sentimento de partilha, um sentimento de segurança e de aprovação emocional.

E7 – “Os efeitos... ajudaram a ser autónomas e ajudaram-nas a criar essa rede de amigos, a criar a sua família, a escolher a sua família [Caso 10 e Caso 11].”

- **Categoria 12.2. Alianças estáveis** – Esta categoria abarca as unidades de registo referentes às alianças estáveis como função do suporte social.

- **Subcategoria 12.2.1. Alianças estáveis** – Baseiam-se na sensação da existência de uma relação forte e segura, que transmite ao sujeito uma confiança relativamente à disponibilidade do outro, independentemente da situação.

E11 – “(...) se eu tenho algum problema elas querem logo ajudar, são muito disponíveis, sempre, sempre [Caso 21].”

- **Categoria 12.3. Orientação** – Esta categoria é alusiva aos juízos relativos à orientação como função do suporte social.

- **Subcategoria 12.3.1. Orientação** – Refere-se ao apoio que o outro fornece através de conselhos, orientações, apoio emocional e pela ajuda na ponderação de situações.

E11 – “Bons efeitos. Elas até mais novas que eu dão-me muitos bons conselhos que me têm ajudado muito [Caso 21].”

- **Categoria 12.4. Integração Social** – Nesta categoria encontram-se as unidades de registo relativas à integração social como função do suporte social.

- **Subcategoria 12.4.1. Integração Social** – Refere-se ao sentimento de pertença a um grupo, refletindo a oportunidade do indivíduo partilhar interesses e atividades sociais.

E2 – “[Caso 1, Caso 2, Caso 3] Uma maior estabilidade, acesso à educação, apreensão de valores e normas sociais, um sentimento de pertença aqui da zona, sentir-se integrado...não sentir-se com aquele estigma que agente vê muitas vezes, e o rótulo que muitas vezes é colocado nas pessoas que estão em Instituição.”

- **Categoria 12.5. Reconhecimento do valor pessoal** – Esta categoria é alusiva às unidades de registo relativas ao reconhecimento do valor pessoal função do suporte social.

- **Subcategoria 12.5.1. Reconhecimento do valor pessoal** – Baseia-se na obtenção de valorização e reconhecimento de capacidades, aquisições e competências, por parte dos outros.

E5 – “O efeito foi muito positivo, acho que ajudou-a [Caso 8] a ter um curso e a exercer na mesma área, na medida em que a apoiamos e fomentamos a creditação das suas capacidades. Ela sentia que nós acreditávamos nela e acho que isso foi positivo.”

- **Categoria 12.6. Oportunidade de prestação de cuidados** – Nesta categoria encontram-se as unidades de registo relativas à oportunidade de prestação de cuidados, como função do suporte social.

- **Subcategoria 12.6.1. Oportunidade de prestação de cuidados** – Representa a necessidade individual de fornecer apoio e cuidados, fazendo com que a pessoa se sinta responsável, num compromisso e útil pelo bem-estar e em ajudar os outros.

E4 – “Pelo que conheço, em relação à Policia [Caso 7], que é a que eu contacto mais, a nível de apoio social, para ela não necessita, mas para a família, tenho ouvido comentários sempre positivos. Ele pede ajuda para os ajudar e tem tido as respostas que necessita.”

Até então, neste capítulo, demos a conhecer o percurso metodológico adotado ao longo desta investigação, nomeadamente os seus pressupostos teóricos, objetivos, questões de investigação, *design*, e caracterizamos os participantes e a forma como os dados foram recolhidos. Agora que também já justificamos as nossas opções de análise de dados, no próximo capítulo proceder-se-á a apresentação, análise e discussão dos resultados do nosso estudo empírico.

CAPÍTULO III

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após termos explicado as opções metodológicas, neste capítulo, com o intuito de melhor se compreender as perspectivas “de sucesso” de pessoas ao serviço de Instituições de acolhimento infantojuvenil, e conhecer as suas referências acerca de trajetórias de vida bem-sucedidas em indivíduos que experienciaram a vivência prolongada em contexto de acolhimento, importa tornar explícitos os principais resultados que surgiram neste estudo empírico.

Será realizada uma abordagem aos resultados que emergiram em cada dimensão, seguindo-se uma síntese e descrição das principais informações obtidas nas entrevistas. Seguidamente, procede-se à análise e discussão dos resultados, realizada à luz da literatura pesquisada e dos objetivos da própria investigação.

1. Caracterização do constructo

No que concerne à primeira dimensão, que se refere à CARACTERIZAÇÃO DO CONSTRUCTO (1.), verifica-se que é composta pela categoria representações sociais de sucesso (1.1.) e pela subcategoria sentidos atribuídos às trajetórias de vida sucesso (1.1.1.). Ao colocar-se em campo a nossa questão de investigação “*O que é considerado uma trajetória de vida de sucesso em indivíduos com um passado de vivência prolongada em contexto institucional?*”, surgiram diversos significados relacionados com o campo profissional, escolar, familiar, emocional, entre outros, traduzidos em expressões como:

E3 – “Que eles conseguissem se inserir, principalmente na sociedade onde estão inseridos... ah... obedecendo às regras, perceber as normas que existe, inserir-se num local de trabalho, não é? E também vemos se essa pessoa constituiu família... ou tomar um rumo... aquele que não lhe foi proporcionado enquanto criança ou enquanto jovem. Ou seja, tenho essa parte negativa da minha vida (...), mas ganhei essa estrutura no Lar, vou para fora, consegui trabalho, constituí família e não fui para a droga, não fui para o vandalismo, não fui para o sem-abrigo. Ou seja, ganhar autonomia, (...) ou seja, não estar dependente do sistema, de Lares, de monotorização de Técnicos para toda a vida. Acho que isto é que é ter autonomia...isso é que é ter um caso de sucesso. (...) Não estar dependente. Não sair daqui e meses depois estar numa cadeia, ou daqui a uns meses parar num outro tipo de resposta social... tipo... ah... casas Sem Abrigo, percebe? Porque para nós, estes é que devem ser avaliados como casos de sucesso.”

E6 – “Para mim um caso de sucesso era depois cruzar-me com uma delas, perceber que ela tinha emprego, que se sentia realizada, que tinha autonomia financeira e ao fim ao cabo que se sentia bem consigo mesma, quer dizer, perceber que ela estava bem, que estava feliz, que se sentia realizada! É essencialmente essas questões, a

formação, o emprego... pronto, tendo formação, ou não, pode-se conseguir um bom emprego, desde que se tenha valores. (...) Depois de sair, ter um emprego e cumpri-lo com responsabilidade, essa questão... pronto, perceber que essa parte estava bem e que tinha independência económica, porque acho que é fundamental para se ser minimamente livre e independente.”

E7 – “Seria seguir os parâmetros normais. Seguir a sua escola, quer vá para o ensino superior, quer não vá, mas que siga pelo menos o ensino obrigatório, que neste momento é o 12ºano... ter o 12º ano, arranje uma profissão e seja autónoma. Constitua uma família estruturada. Seja capaz de viver sem apoios do estado, não viverem sempre em função do RSI [Rendimento Social de Inserção].”

E11 – “É assim, tivemos muitas meninas que casaram e tudo, estão a viver bem com os seus maridos e isso tudo. Mas pronto, para mim elas não são bem de sucesso, só casaram e algumas nem casaram bem. Mas pronto, para mim uma trajetória de sucesso era a pessoa ter lutado para ser independente e conseguir fazer a vida sozinha, era a pessoa ter um trabalho e viver bem dentro das suas possibilidades. Ter e saber cuidar de uma família, mesmo estando sozinha.”

Nesta categoria, foram referidas um leque variado de representações sociais de sucesso, associadas aos diferentes desempenhos dos indivíduos, nos diversos contextos das suas vidas.

Através dos discursos dos participantes, verificámos que todos (N=13) têm como representação de trajetória de vida de sucesso trajetórias associadas ao sucesso profissional. Em Correia (2012, p.55), também encontramos referências a representações de sucesso associadas ao percurso profissional, tal como “O que eu entendo por uma vida de sucesso? (...) arranjar um bom trabalho” e “Pensa-se desde logo, a nível profissional, não é? (...) E tem muito a ver com a realidade e com a realização pessoal que a pessoa tem a nível profissional, não é? Eu acho que está relacionado com isso”. Souza, Trindade, Coutinho e Menandro (2007, p. 9), também fazem referência a perspetivas de sucesso associadas ao sucesso profissional, como é o caso de “Ser alguém é se esforçar para conseguir e manter um emprego” e “Ser alguém é trabalhar”.

Em seguida, o aspeto mais mencionado foram as trajetórias de vida associadas ao sucesso familiar (N=7). Tal como referem Pinheiro e Ferreira (2005), o suporte social atua como um fator protetor, podendo ser proveniente de diversas fontes, como é o caso da família. Deste modo, e atendendo que muitas crianças e jovens em situação de acolhimento não retornam às suas famílias biológicas, o constituir uma família ou passar a ser um membro de uma já constituída (casamento), pode ser o

criar de uma rede se suporte segura, e naturalmente protetora. Estima-se que num contexto familiar onde existe aceitação e apoio entre os membros, o efeito tende a ser positivo (Moreira & Canaipa, 2007), constituindo-se como um contexto favorável à ocorrência de sucesso. Em Correia (2012, p.54), o constituir uma família estruturada também aparece associado às representações de sucesso, o que pode ser visível em expressões como “(...) normalmente, a gente fala a nível de atingir objectivos, tipo (...) ter (...) família, uma vida estável...”, “(...) sucesso, porque até hoje está com a sua esposa (...)” e “... a vida familiar é um dos pontos mais importantes. Sem a... se a gente não está bem com a família, muito dificilmente vai estar bem com a vida. Isso é o ponto essencial”.

Posteriormente, seguiram-se seis participantes que têm como representação de trajetórias de vida de sucesso, trajetórias associadas ao sucesso escolar/académico. Souza, Trindade, Coutinho e Menandro (2007, p.9), também encontraram referências relacionadas com o sucesso escolar/académico, como por exemplo, “Ser alguém é estar bem qualificado para entrar em um mercado cada vez mais competitivo” e “Ser alguém é ter curso superior”.

Destacam-se ainda três referências a trajetórias de vida de sucesso associadas às relações sociais e ao sucesso financeiro e, ainda, duas associadas ao sucesso emocional. Em relação ao sucesso associado às relações sociais e ao sucesso financeiro, Souza, Trindade, Coutinho e Menandro (2007, p. 9), mencionam expressões como “Ser alguém é se relacionar bem com as pessoas” e “Ser alguém é ter dinheiro”. Quanto ao sucesso emocional, em Correia (2012, p. 59), encontrámos expressões como “O sucesso para mim é o... o sucesso para mim é uma coisa... uma coisa muito importante... o sucesso é... uma pessoa que tem sucesso na vida é uma pessoa feliz”.

Existiu ainda uma expressão em que foi perceptível a representação de trajetória de vida de sucesso associada ao sucesso baseado na saúde física e mental. Em Correia (2012), também encontrámos referências a esse indicador, como por exemplo “Sucesso é... acaba por ter saúde... ter saúde”. Embora em Correia (2012), a expressão citada, e tal como refere o autor, relaciona-se com a inexistências de doenças, no caso do nosso estudo, destaca-se que a saúde física e mental se encontra mais direcionada com a questão da ausência de consumos, como o álcool e a droga.

Por último, destacamos a existência de um participante que tem como representação de trajetórias de vida de sucesso, trajetórias associadas ao esforço

despendido. Notificamos que será dado destaque a esta situação ao analisarmos a dimensão que segue.

2. Referências de sucesso

A segunda dimensão do nosso sistema contempla a dimensão REFERÊNCIAS DE SUCESSO (2.), que por sua vez se desdobra na categoria identificação e reconhecimento de indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional, detentores de uma trajetória de vida de sucesso (2.1.) e na subcategoria existência de exemplos de indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional detentores de uma trajetória de vida de sucesso (2.1.1.).

No âmbito da nossa questão de investigação “*Quem são os indivíduos com um passado de vivência prolongada em contexto institucional, detentores de uma trajetória de vida de sucesso?*”, identificaram-se um total de 24 indivíduos considerados pelos participantes como “casos de sucesso” (cf. Quadro 3). A cada referência foi atribuída a palavra caso, seguida de um número, que corresponde à ordem pelo qual os indivíduos foram sendo nomeados¹⁵.

Quadro 3. Distribuição dos “casos de sucesso” pelos participantes

Participante	Caso(s) de sucesso nomeado(s)
E1	Caso 1 e Caso 2
E2	Caso 1, Caso 2 e Caso 3
E3	Caso 4 e Caso 5
E4	Caso 6 e Caso 7
E5	Caso 8
E6	Caso 9
E7	Caso 10, Caso 11 e Caso 12
E8	Caso 13, Caso 14, Caso 15 e Caso 16
E9	Caso 17, Caso 18, Caso 19
E10	Caso 20
E11	Caso 21 (a própria)
E12	Caso 22 e Caso 23
E13	Caso 24

Relativamente à totalidade de indivíduos apontados pelos participantes nesta investigação, existiram ainda outras nomeações para além das que constam no quadro anterior (cf. Quadro 3). Essas foram excluídas do estudo por variados motivos, nomeadamente pelo facto de os participantes terem perdido o contato com algumas das pessoas que consideraram bem-sucedidas ou por, não possuindo informações

¹⁵ Por exemplo, “Caso 9” significa que este foi o nono indivíduo a ser considerado pelos participantes como detentor de uma trajetória de vida de sucesso.

atuais acerca delas, terem preferido cingir-se apenas àquelas com quem mantêm algum contato.

Como é possível verificar no quadro anterior (cf. Quadro 3), existe uma distribuição irregular dos “casos de sucesso”, havendo participantes que referiram apenas um indivíduo (N=5), outros dois indivíduos (N=4), outros três indivíduos (N= 3), e, ainda, um participante que referiu quatro indivíduos. Constata-se ainda que o Caso 1 e Caso 2 foram identificados por dois participantes, nomeadamente E1 e E2, que tal como referido no capítulo anterior, são Técnicos que exercem funções na mesma Instituição.

Apresentamos agora uma caracterização sociodemográfica dos indivíduos considerados pelos participantes como detentores de uma trajetória de vida de sucesso (cf. Quadro 4).

Quadro 4. Identificação sociodemográfica dos indivíduos considerados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso (“casos de sucesso”)

Caso de Sucesso	Sexo	Idade			Profissão	Estado Civil	Número de filhos
		Início do acolhimento	Final do acolhimento	Atual			
Caso 1	Masculino	9	Não se aplica ¹⁶	24	Lavrador	Solteiro	0
Caso 2	Masculino	10	19	22	Lavrador	Solteiro	0
Caso 3	Masculino	8	18	26	Militar	Solteiro	0
Caso 4	Masculino	16	Não se aplica ¹⁶	26	Assistente Operacional	Solteiro	0
Caso 5	Masculino	17	18	28	Militar	Casado	1
Caso 6	Feminino	10	20	30	Polícia	Solteira	0
Caso 7	Feminino	3	22	29	Jornalista	Solteira	0
Caso 8	Feminino	7	26	40	Enfermeira	Casada	1
Caso 9	Feminino	7	20	24	Estudante no Ensino Superior	Solteira	0
Caso 10	Feminino	6	21	24	Chefe de Cozinha	Casada	1
Caso 11	Feminino	3	17	20	Auxiliar Técnica Educativa e estudante no Ensino Superior	Solteira	0
Caso 12	Feminino	3	10	36	Assistente Operacional	Casada	2

¹⁶ Este indivíduo, embora já não se encontre inserido no Sistema de Nacional Proteção de Crianças e Jovens, ainda reside na Instituição.

Caso 13	Feminino	11	22	[22,25]	Assistente Operacional	União de Facto ¹⁷	0
Caso 14	Feminino	12	23	[22,25]	Assistente Operacional	União de Facto ¹⁷	0
Caso 15	Feminino	17	22	[22,25]	Cozinheira	Solteira	0
Caso 16	Feminino	17	18	[22,25]	Estudante num Curso Profissional	União de Facto ¹⁸	0
Caso 17	Masculino	6 e 15 ¹⁸	23	24	Estudante Ensino Superior	Solteiro	0
Caso 18	Masculino	16	23	25	Sem referência ¹⁹	União de Facto ¹⁸	0
Caso 19	Masculino	16	23	25	Sem referência ²⁰	União de Facto ¹⁸	0
Caso 20	Masculino	9	18	31	Monitor ²⁰	Casado	1
Caso 21	Feminino	7	21	54	Ajudante de Lar	Viúva	1
Caso 22	Masculino	6	19	34	Estudante Ensino Profissional	Casado	2
Caso 23	Masculino	7	19	35	Pedreiro	Casado	1
Caso 24	Feminino	15	18	20	Estudante do Ensino Superior	Solteira	0

Num total de 24 casos de indivíduos considerados como bem-sucedidos, é notória uma distribuição quase igualitária entre o sexo masculino (N=11) e o sexo feminino (N=13). Por sua vez, existem algumas discrepâncias no que concerne à idade dos sujeitos nomeados pelos participantes. Os indivíduos nomeados apresentam, em média, 28 anos de idade, salientando-se uma maioria com 30 ou menos anos (N=18), dos quais 10 têm menos que 25 anos. Por outro lado, existem 6 indivíduos com mais que 30 anos de idade, tendo o mais velho 54 anos. O mais novo tem 20 anos.

Quanto ao estado civil, existe novamente uma distribuição quase igualitária entre os sujeitos que são solteiros ou viúvos (N=12) e os sujeitos que são casados ou que residem com os(as) companheiros(as) (N=12). Apercebemo-nos ainda que todos os indivíduos casados têm filhos (N=7), assim como acontece com a pessoa que é viúva.

Destaca-se ainda a existência de um caso, atípico, em que um participante (E11), que tinha experienciado acolhimento prolongado, se automeceu como a

¹⁷ Embora a pessoa em questão não se encontre legalmente em união de facto, utilizamos essa designação uma vez que reside em conjunto com o(a) seu(sua) companheiro(a).

¹⁸ Este indivíduo esteve acolhido em duas Instituições. O primeiro acolhimento ocorreu por volta dos 6 anos de idade e o segundo por volta dos 15 anos.

¹⁹ O participante não referenciou a profissão do indivíduo detentor de uma trajetória de vida de sucesso. Não obstante, referiu que concluiu um curso no Ensino Profissional.

²⁰ Termo utilizado na Instituição para designar um Ajudante de Lar.

pessoa detentora de uma trajetória de vida de sucesso. Na sua perspectiva, e citando a própria, “(...) vendo bem as coisas, eu acho que fui o único caso de sucesso”, porque “(...) [as outras] casaram, umas ficaram viúvas, mas têm os seus maridos e famílias deles, têm onde ir buscar as coisas e se são de sucesso é só por isso, não por elas”.

A título de curiosidade, podemos observar que, em média, os indivíduos estiveram acolhidos 10 anos e 6 meses, registando os acolhimentos mais curtos uma duração de 1 ano (total de 2 casos) e os mais longos uma duração de 19 anos (total de 2 casos), salientando-se que mais de metade dos indivíduos (total de 15 casos), estiveram acolhidos entre 7 e 14 anos. Quanto às idades em que ocorreram os acolhimentos, é possível verificar (cf. Quadro 4) que, em média, os indivíduos foram acolhidos com aproximadamente 10 anos, salientando-se que dos 24 indivíduos, mais de metade (15 casos) foram acolhidos com idades iguais ou inferiores a esta. No que concerne às idades em que cessaram as medidas de acolhimento, nota-se que, em média, os 22 indivíduos que já não se encontram a residir nas instituições, saíram por volta dos 19 anos, sendo que mais de metade saiu com ou depois de atingir essa idade (total de 14 casos), entre os quais 9 o fizeram com 21 ou mais anos.

3. Motivos conducentes à perspectiva de sucesso

Considerando a nossa questão de investigação “*Que motivos e que fatores (de natureza interna e externa) contribuem para o reconhecimento dessas pessoas como detentoras de uma trajetória de vida de sucesso?*”, como forma de se perceber os motivos pelos quais os participantes nomearam determinados indivíduos, foi criada uma dimensão referente aos MOTIVOS CONDUCENTES À PERSPETIVA DE SUCESSO (3.). Esta dimensão, constituída pelas categorias fatores internos (3.1.) e fatores externos (3.2.), funcionou como uma questão de despiste de informação, abrangendo todas as referências e motivos conducentes à perspectiva de sucesso.

Relativamente à categoria fatores internos (3.1.), foi possível obter unidades de registo ou de significação referentes às subcategorias características da personalidade (3.1.1.), ocupação (3.1.2.), nível de educação (3.1.3.), evolução na vida (3.1.4.) e ações desempenhadas (3.1.5), apresentadas em expressões como as seguintes:

E5 – “Ela [Caso 8] sempre foi muito empenhada, sensível, talvez por ter vivido em África, mas era uma pessoa sensível às situações das pessoas. Era serena e punha em prática as aprendizagens. Acho que ela buscou força nela própria e nos relacionamentos com as outras pessoas. Era uma pessoa com muita força, empenho, esforço e vontade de estudar.”

E4 – “Considero de sucesso, porque têm uma vida, têm emprego, tiraram um curso que elas gostavam, tenho a certeza que, quer uma, quer outra, era aquilo que queriam tirar e estão a trabalhar [Caso 6 e Caso 7]. (...) Portanto essa [Caso 7] está num emprego como gosta, tem a vida organizada como gosta, foi construindo o seu sucesso ao longo do seu percurso. Tem o seu apartamento e ajuda muito a família a todos os níveis, quer monetários... e apoio moral.”

E7 – “Olha, elas acabaram a sua escola, a sua formação [Caso 10, Caso 11 e Caso 12]. Uma delas [Caso 10] é cozinheira chefe num (...), ahm? E formou a sua família, agora agrega a sua família, que é uma família enorme e foi sempre buscar a suas irmãs às Instituições e levou-as para a sua casa... e acaba por ser a mãe delas e... fazê-las crescer. (...) Já tem filhos. (...) Tem companheiro. Formou a sua família e já é autónoma! (...) O segundo caso [Caso 11] é irmã dela, fez o 12ºano (...), está a trabalhar como Auxiliar Técnica Educativa e ao mesmo tempo está na universidade. (...) [Caso 12] Trabalha, estruturou a sua vida bem! Tem dois filhos.”

E9 – “Esta questão da autonomia, não estar a consumir substâncias, tiveram formação básica/secundária e são capazes de gerir um orçamento familiar. Basicamente é isto [Caso 17, Caso 18 e Caso 19].”

E10 – “Quando chegou aqui tirou um curso Técnico Profissional, depois tirou a carta de condução, sempre na Instituição. Ele [Caso 20] não tinha nenhum suporte familiar, aliás os irmãos também foram acolhidos, mas ele estabeleceu sempre uma relação com os irmãos. Depois de concluir o curso e de tirar a carta de condução, tinha uma namorada. Arranjou trabalho e depois de ter todas as condições decidiu sair da Instituição e ir viver com a namorada, pois já tinha todas as condições asseguradas. (...) Os objetivos a curto prazo no caso desta pessoa foram terminar os estudos, tirar a carta de condução, encontrar trabalho e depois de ter todas essas condições estruturou a vida familiar. (...) Ele também é um caso de sucesso ao nível da Política da sua zona, é Vice-Presidente! Ele tem sucesso em tudo aquilo que faz!”

A maioria dos participantes neste estudo (N=8) apontou como motivos conducentes ao sucesso dos indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto de acolhimento, aspetos relacionados com a ocupação (3.1.2.). Segundo esses participantes, os indivíduos que referiram são bem-sucedidos pois desempenham a sua vida profissional com sucesso (total de 17 casos). Estes resultados vão ao encontro do descoberto por Souza, Trindade, Coutinho e Menandro (2007) e por Correia (2012, p. 66), onde existe de igual modo “uma valorização do mundo do trabalho” no âmbito do reconhecimento dos indivíduos como bem-sucedidos.

O nível de educação (3.1.3.) foi outro dos aspetos mais referenciados pelos participantes (N=7). Através dos seus discursos, foi possível verificar que a escolaridade dos indivíduos nomeados (total de 13 casos) constitui-se como um motivo conducente às suas perspetivas de sucesso. Tanto em Souza, Trindade, Coutinho e Menandro (2007), como em Correia (2012, p. 66), também encontramos referência ao nível de escolaridade dos indivíduos como um motivo subjacente à perspetiva de sucesso, traduzido em expressões como “Primeiro, sempre o admirei desde muito jovem. Ele sempre teve muito boas notas a nível escolar. Sempre foi muito bom estudante. Acho que até foi reconhecido algumas vezes cá. E neste momento é um excelente médico de sucesso e (...) e acho que isso é... é notável”.

Por sua vez, três dos participantes referiram aspetos relativos às características da personalidade (3.1.1.) dos indivíduos (total de 4 casos), quatro à evolução (3.1.4.) que os seus nomeados tiveram na vida (total de 10 casos) e outros três participantes referiram aspetos ligados às ações desempenhadas (3.1.5.) pelos indivíduos nomeados (total de 4 casos). Mais uma vez, os nossos resultados vão ao encontro de outros estudos no âmbito das perspetivas de sucesso, que referem que os sujeitos tendem a ser reconhecidos pelo que fazem em contexto social, nomeadamente através dos seus comportamentos/ações e evolução gradativas das suas trajetórias de vida, tal como acontece em Souza, Trindade, Coutinho e Menandro (2007) e Correia (2012).

No que concerne à categoria dos fatores externos (3.2.), obtiveram-se unidades de registo ou de significação referentes às subcategorias sucesso familiar (3.2.1.) e fatores associados ao percurso institucional (3.2.2), tais como:

E3 – “[Caso 5] Constituiu família e estruturou completamente a sua vida, não necessitou mais dos serviços que lhe deram o chamado *empowerment*, aquele arranque que ele precisou naquela altura da sua vida.”

E11 – “[Caso 21] Eu batalhei muito sozinha, lutei muito, criei a minha filha sozinha e dei-lhe os estudos e muito amor. Porque a gente quando está nesses Lares a gente quer dar aos nossos filhos tudo o que a gente não teve.”

E12 – “(...) Têm filhos e fazem a sua vida, pronto, têm e estruturaram a sua família [Caso 22 e Caso 23].”

E1 – “[Caso 1 e Caso 2] É assim tanto um como o outro, penso que é primeiro lugar tudo se deveu ao fato de saberem, embora muito novos, que a estadia no Lar era uma coisa prolongada, pelo que aceitaram o acolhimento e aproveitaram sempre as oportunidades.”

E4 – “(...) A minha amiga [Caso 12] (...) diz que tudo o que faz foi em função do que lhe foi ensinado na Instituição, porque, quer a tia, quer a mãe, não lhe davam um suporte básico para ela ser autónoma.”

Foi possível verificar que mais de metade dos participantes (N=7) assumem que a sua nomeação se relaciona com aspetos do contexto familiar dos indivíduos, nomeadamente a constituição de uma família estruturada. Na perspetiva dos nossos participantes, o facto dos indivíduos com companheiros (e viúvos) terem constituído uma família estruturada (total de 13 casos) assume-se como um motivo subjacente à perspetiva de sucesso, uma vez que os mesmos foram capazes de se afastar dos seus próprios modelos parentais²¹. Tal como já referido neste capítulo, Correia (2012, p.54) também encontrou referências ao aspeto familiar, traduzido em expressões como “(...) sucesso, porque até hoje está com a sua esposa (...)”.

Quando aos aspetos relacionados com a Instituição, salienta-se que três participantes nomearam as oportunidades aproveitadas pelos indivíduos como um motivo conducente à sua perspetiva de sucesso (total de 5 casos). Estes resultados vão ao encontro do que descreve Martins (2005c). Como menciona o autor, o acolhimento institucional, enquanto resposta às situações de perigo, pode constituir-se como um contexto promotor ao desenvolvimento de trajetórias de vida de sucesso, na medida em que oferece um leque de oportunidades de acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao estabelecimento de relações securizantes (*Idem*). Estas oportunidades, ao serem aproveitadas pelos indivíduos, podem se tornar meios para a ocorrência de trajetórias de vida de sucesso, tal como referiram os nossos participantes.

4. Identificação de fatores internos que contribuíram para o reconhecimento de sucesso

A quarta dimensão do nosso estudo pretende, tal como a dimensão anterior, responder à questão de investigação “*Que motivos e que fatores (de natureza interna e externa) contribuem para o reconhecimento dessas pessoas como detentoras de uma trajetória de vida de sucesso?* Esta dimensão refere-se aos FATORES INTERNOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA O RECONHECIMENTO DE SUCESSO (4.),

²¹ Segundo os participantes, à exceção de dois casos, os indivíduos foram maioritariamente acolhidos por questões relacionadas com alcoolismo/toxicod dependência por parte dos progenitores, havendo ainda alguns casos relacionados com negligência e falta de condições habitacionais. Quanto aos primeiros referidos, um indivíduo foi acolhido após a morte da progenitora e o outro por apresentar comportamentos que o colocavam em risco.

onde é possível verificar a contemplação de duas categorias, nomeadamente as atribuições (4.1.) e fontes de autoeficácia (4.2.).

Na primeira categoria desta dimensão, titulada de atribuições (4.1.), foi possível encontrar referências ao esforço despendido (4.1.1.) e à capacidade (4.1.2), obtendo-se afirmações como:

E2 – “[Caso 1, Caso 2 e Caso 3] (...) eles foram pessoas que se esforçaram... ah... mesmo a nível do dia-a-dia, cumprindo com as regras do Lar, respeitando os funcionários e também a Equipa Técnica e o pessoal que compõe a Instituição, porque o Lar está integrado na Instituição, com muitos outros funcionários, outro público-alvo, e esses jovens sempre demonstraram esse tipo de sensibilidade... o respeito pelos outros. O que no trabalho, a nível laboral, ajuda muito. (...) Tiveram uma preparação diferente porque também esforçaram-se nesse sentido.”

E5 – “Sim, ela [Caso 8] esforçou-se muito. Não só na vida do dia-a-dia, mas principalmente na escola. Para tirar o curso de (...) é preciso esforço para se conseguir desenvolver as capacidades exigidas na profissão.”

E8 – “Eu acho é que a Institucionalização é um fator de... é um dos piores fatores de risco para a vida de uma pessoa. (...) Por isso elas são heroínas nesse sentido, esforçaram-se nesse sentido, porque conseguiram, cada uma de maneiras completamente diferentes, porque tem a ver com a sua maneira de estar e com o seu percurso de vida, não é? Todas elas conseguiram lutar, de maneiras diferentes, não é? E o lutar nem que seja o ter objetivos para sair da Instituição [Caso 13, Caso 14, Caso 15 e Caso 16].”

E12 – “Esses dois meninos [caso 22 e 23], eu acho que se eles fazem a sua vida é porque são capazes e inteligentes, não é? E se mantêm o trabalho, casamentos e filhos é porque o são! Um estive na vida militar 8 anos, agora é Mestre (caso 22). O (caso 21) está agora a tirar um curso de Agropecuária.”

E3 – “(...) Este de cá [Caso 4], é capaz e inteligente nas suas decisões. (...) Ou seja, tem capacidade de decidir. Não é um jovem que nós temos que estar... olha temos que fazer isto, não tens competência. Não! Tem competência... tem competência. (...) Mas esse jovem que foi militar [Caso 5], não tenho menores dúvidas. Ele tirou a sua carta de condução, inscreveu-se no exército, fez o seu percurso militar, casou-se, teve uma filha. (...) Ou seja, inteligência suficiente para decidir sobre o que fazer, sem precisar de ajuda.”

À exceção de dois indivíduos, que segundo dois participantes, não se esforçaram, a maioria dos participantes (N=12) são da opinião que o esforço despendido (4.1.1.) foi uma das causas para o reconhecimento desses indivíduos

como detentores de uma trajetória de vida de sucesso (total de 22 casos). Paralelamente, verificámos que todos os participantes (N=13) também referiram as capacidades (4.1.2.) dos indivíduos nomeados como causa da ocorrência de uma trajetória de vida de sucesso (total de 24 casos). Estes resultados vão no mesmo sentido do referido pela literatura e investigações na temática das atribuições. Já em 1977, Bar-tal e Daron afirmaram que existe uma atribuição do sucesso predominantemente ao esforço e à capacidade dos indivíduos, o que por sua vez foi identicamente encontrado por Santos (2010) e Correia (2012), onde os participantes, estudantes do ensino profissional e os jovens/adultos da comunidade, também atribuem a ocorrência de sucesso ao esforço e à capacidade dos indivíduos.

Relativamente à segunda categoria desta dimensão, titulada de fontes de autoeficácia (4.2.), foi possível encontrar referências às experiências de mestria (4.2.1.) e aos estados fisiológicos e psicológicos (4.2.2).

No que se respeita às experiências de mestria (4.2.1.), obtivemos as seguintes afirmações:

E1 – “Acabar o 9º ano... a nível relacional, eu acho que foi um grande sucesso. O eles [Caso 1 e Caso 2] conseguem criar laços e... fortes laços fora da Instituição. Eu acho que isso é um passo importantíssimo para quem está numa Instituição, conseguem se integrar em atividades fora da Instituição. [Incentivou a obtenção de outras conquistas] (...) porque eu acho que... à medida que as coisas começam a correr bem... quando eles começam a ser reconhecidos pelo seu trabalho e atitudes, os mecanismos de frustração começam a ser mais baixos, não frustram tanto, têm mais confiança em si... arriscam mais... sentem-se mais confiantes.”

E4 – “Sucesso... olha os estudos. Conseguir emprego na área, por exemplo, a que é Polícia ou Agente [Caso 7] (...) quis experimentar trabalhar na rua e foi, conseguiu. E depois voltou para aquilo que gostava. (...) A outra [Caso 6], portanto, (...) teve sucesso nos estudos! (...) E à medida que ela [Caso 7] vai conseguindo, vai buscando mais e mesmo o apoio, como não teve o apoio familiar, ela depois o que vai conseguindo apoia também, portanto não se isola. (...) Cada sucesso que ela... cada vitória alcançada é motivo para outra.”

E6 – “(...) Ela em termos de raciocínio matemático é muito boa. (...) Ela [Caso 9] tirava muito boas notas, ela tinha... e eu: ficava uau que fixe, quem me dera (riu)! E a Universidade... (...) Acho que sucesso gerou sucesso, porque lá está, se ela é insegura e se há uma disciplina em que ela vê um resultado redondo, quer dizer ela também pensa, eu não sou assim tão fraca, não estou assim tão atrás dos outros, e

isso pode dar alguma vontade de ir para a frente e dar alguma segurança, eu acho que sim.”

E11 – “Olha como eu já disse, pronto, eu acho que tive sucesso a criar a minha filha praticamente sozinha. Depois do meu marido falecer fui pai e mãe... era só eu e dei-lhe tudo. Isso deu-me ainda mais força para encerrar o resto.”

No que concerne aos estados fisiológicos e psicológicos (4.2.2.), obtivemos afirmações como as seguintes:

E2 – “Eles [Caso1, Caso 2 e Caso 3] eram jovens bastantes confiantes e mostravam isso quer a nós, quer mesmo aos outros jovens.”

E4 – “Quando conseguem o que querem, ou seja, quando tiveram sucesso, e quando trabalharam para isso, julgo que primeiro estavam um pouquinho ansiosas, pelo aquilo que conheço delas, tanto uma como a outra, mas depois elas [Caso 6 e Caso 7] sentiram-se orgulhosas, não é? Confiantes!”

E6 – “Quando estava a trabalhar para o sucesso... ansiedade, muita ansiedade... pressão. E depois aí então, consoante os resultados, se calhar bem-estar, sensação de autoconfiança e de competência para conseguir as coisas.”

E8 – “(...) Por isso acho que se sentiam um pouco ansiosas ao se prepararem para enfrentarem o mundo sozinhas, sem estarem acolhidas na Instituição [Caso 13, Caso 14, Caso 15 e Caso 16].”

E12 – “Olhe, não sei bem, mas não ficam ansiosos nem preocupados [Caso 22 e Caso 23]. Acho que sempre foram muito confiantes pois tinham muito bem definidos os seus objetivos. Acho que tudo muito natural.”

No que concerne à autoeficácia, todos os participantes referenciaram experiências de mestria (4.2.1.) dos indivíduos nomeados, baseadas em conquistas no âmbito familiar/relacional (total de 12 casos), escolar/académico (total de 11 casos) e profissional (total de 12 casos). Por sua vez, e quando questionados acerca do efeito dessas conquistas, todos os participantes referiram que, na sua opinião, as mesmas incentivaram a ocorrência de outras, através da sensação de segurança e de confiança que conferem aos sujeitos que as vivenciam. Estes resultados também foram encontrados por Santos (2010) e por Correia (2012), o que vai ao encontro da literatura, onde verificámos que, e segundo Bandura (1986, 1997), quando um indivíduo reconhece que tem capacidades e incentivos necessários para a concretização de determinadas tarefas, aumenta a sua expectativa de eficácia, sentindo-se mais confiante e motivado para a ação.

Por sua vez, e no que diz respeito aos estados fisiológicos e psicológicos (4.2.2.) experienciados pelos sujeitos nomeados, verificámos que sete participantes referiram que os sujeitos experienciaram sentimentos de ansiedade/stress/medo (total de 15 casos). Quatro desses participantes referiram ainda que, embora os sujeitos experienciassem maioritariamente sentimentos negativos enquanto trabalhavam para obter sucesso, após a experiência voltavam a um estado de calma/descontração/confiança (total de 5 casos). Por outro lado, encontrámos referência a sujeitos que, segundo os participantes (N=6), sempre se mantiveram calmos/descontraídos/confiantes (total de 9 casos). Os resultados alcançados vão no sentido do que perspetivam Bandura (1986, 1997) e Pajares (2005), quando afirmaram que os estados fisiológicos e emocionais experienciados pelos sujeitos têm impacto no desenvolvimento da autoeficácia, no sentido em que influenciam diretamente a creditação das capacidades. Deste modo, quando um indivíduo reconhece que tem capacidades e incentivos necessários para a concretização de determinadas tarefas, aumenta a sua expectativa de eficácia, sentindo-se mais confiante e motivado para a ação (Bandura, 1986, 1997).

5. Identificação de fatores externos que contribuíram para o reconhecimento de sucesso

A quinta dimensão do nosso estudo, tal como sucedeu na dimensão anterior, pretende responder à questão de investigação “*Que motivos e que fatores (de natureza interna e externa) contribuem para o reconhecimento dessas pessoas como detentoras de uma trajetória de vida de sucesso?* Esta dimensão refere-se aos FATORES EXTERNOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA O RECONHECIMENTO DE SUCESSO (5.), onde é possível verificar a contemplação de duas categorias, nomeadamente as atribuições (5.1.) e fontes de autoeficácia (5.2.).

Na primeira categoria desta dimensão, titulada de atribuições (5.1.), foi possível encontrar referências ao destino: sorte/azar (5.1.1.) e à dificuldade da tarefa ou da vida da pessoa (5.1.2.).

Na subcategoria destino: sorte/azar (5.1.1.) obtivemos relatos como os seguintes:

E2 – “Não sei se a sorte tem aqui muita importância. Acho que tem a ver com a maneira deles serem, [Caso 1, Caso 2 e Caso 3] de aproveitarem as oportunidades que lhes foram facultadas, as próprias características dos jovens, porque nem todos deles são iguais, não é? Tiveram percursos de vida diferentes... o que depois também influência nas suas escolhas de vida.”

E3 – “Não, eu não acredito que seja sorte e vou dizer-te porquê! Se fosse sorte, a sorte bateu em todos os jovens que são acolhidos aqui na Instituição. (...) Têm alimentação a tempo e a horas, têm um plano de saúde, um plano educativo, têm Monitores 24 horas. Coisas que enquanto Tu jovem não tinhas em casa. (...) Mas não foi sorte... acho que foi trabalhado por nós Técnicos e também aproveitado de acordo com o perfil deles [Caso 4 e Caso 5].”

E4 – “É assim, a que é Polícia [Caso 7] é sorte, mas com luta... portanto, não foi... ela não... até porque ela não tem tantas facilidades intelectuais... teve que lutar. Teve sorte, mas ao mesmo tempo exigiu luta dela. Enquanto que a outra [Caso 6] teve facilidade e sorte, mas naquilo que lhe é oferecido, a outra [Caso 7] teve sorte mas lutou. Vejo aqui a diferença entre uma e outra... uma se calhar tem mais sorte, porque cai-lhe do céu digamos assim... tem e acomoda-se.”

E6 – “A questão da sorte, eu acho... a questão da sorte está sempre lá. Porque se eu olhar para o percurso dela [Caso 9] e pensar, sei lá, qual era a alternativa do percurso dela se continuasse com os pais? Portanto, teve sorte. Embora seja um trauma, teve sorte em ter ficado numa Instituição, teve sorte de ter ficado com as irmãs, teve sorte de ficar perto dos teus pais, que se eles quisessem podiam passar lá ou ela podia passar lá o fim-de-semana.”

E7 – “É assim, na minha opinião a sorte foi elas [Caso 10, Caso 11, Caso 12] terem sido institucionalizadas, porque se elas continuassem na família não, não iam conseguir e iam passar por maus tratos e tudo, e eu acho que ninguém deve passar pelo que elas passaram até hoje... e a Instituição foi a base de suporte para elas todas... e ainda é, porque elas vão sempre buscar os seus recobros, as suas memóriaszinhas.”

Relativamente à subcategoria destino: sorte/azar (5.1.1), através dos discursos dos participantes, apurámos que, para sete deles, o sucesso dos indivíduos nomeados não se atribui à sorte, mas principalmente ao esforço que os mesmos despenderam ao longo da vida e às características da personalidade dos próprios indivíduos (total de 12 casos). Por outro lado, verificámos que sete participantes atribuem o sucesso do indivíduo ao fator sorte (total de 12 casos), havendo dois participantes que para além desse fator mencionam que também foi necessário esforço (total de 2 casos).

Comparando os nossos resultados com os alcançados em outros estudos, verificámos que as perspetivas dos nossos participantes vão ao encontro do que até então se tem apurado. Quanto à atribuição do sucesso ao fator sorte, verificámos que em Correia (2012), a grande maioria dos participantes (jovens e adultos) efetuam essa atribuição. Por outro lado, em Santos (2010, p.93) a maioria dos participantes

(estudantes) são da opinião que não houve influência da sorte, existindo, tal como no nosso estudo, um participante que referiu que, apesar de ter existido sorte, este não foi o principal fator, atribuindo o sucesso esforço despendido (“Talvez seja um bocadinho de sorte (...) mas eu esforço-me”). Por sua vez, Weiner (1979) menciona que a sorte, mesmo não sendo o fator que os sujeitos mais atribuem ao sucesso, este acaba por estar presente em situações específicas da vida, como é o caso, e referindo os nossos participantes, do âmbito profissional, relacional e ao nível das oportunidades.

No que se respeita à subcategoria dificuldade da tarefa ou da vida da pessoa (5.1.2.), obtiveram-se unidades de significação tais como:

E1 – “Eu acho que foi dificultada (riu). Eu acho que qualquer jovem que é institucionalizado tem a vida dificultada logo... à partida, felizmente esses dois casos foram de sucesso [Caso 1 e Caso 2].”

E4 – “Portanto, elas [Caso 6 e Caso 7] tiveram a vida facilitada (..), porque estavam na Instituição e porque por um lado tiveram todo um apoio e aproveitaram o apoio que lhes foi dado. Por outro lado, também foi difícil porque tiveram de lutar, tiveram que trabalhar e porque estavam numa Instituição. Também tinham a noção que se não aproveitassem não teriam apoio. Não teriam apoio da Instituição nem teriam apoio da família.”

E5 – “Facilitada nunca! Ela [Caso 8] teve que lutar muito e quase sempre sozinha, o que fez com que a vida dela não fosse fácil, ou seja, foi dificultada. Embora não tenha sido facilitada ela empenhou-se sempre em melhorar a situação.”

E7 – “Tiveram facilitada no momento que entraram [Caso 10, Caso 11, Caso 12]. Tiveram o acesso a tudo, porque nem todas as famílias ditas normais, têm as condições financeiras para lhes porem nas atividades todas que elas querem, para lhes darem tudo o que elas querem. (...) E elas têm um vasto leque de oportunidades, onde elas podem experimentar várias vivências, que as famílias ditas normais, eu falo por mim, a minha filha não tem as mesmas oportunidades que muitas meninas do Lar têm e elas não dão valor ao que lhes é dado. (...) Dificuldade é a sociedade, a discriminação.”

E9 – “Tiveram a vida dificultada à partida, porque em todas as relações afetivas que irão ter, irão ter dificuldades. A saúde mental também vai estar assim mais fragilizada, por causa destas questões. Propensão para consumos também vai haver sempre, nas avaliações que eu fiz também havia isso, ou seja, vai ser sempre um risco muito forte, não conseguirem aguentar no trabalho, não terem conflitos com os colegas de trabalho também poderá ser. Porque por exemplo, crescendo num Lar a propensão para entrar em conflito é sempre muito maior.

Atualmente está tudo bem, mas acho que será sempre dificultada, porque primeiro há um risco, porque a nível do desenvolvimento intelectual e emocional algo foi afetado e depois há vulnerabilidades que se vão manter a vida toda [Caso 17, Caso 18 e Caso 19].”

E13 – “Facilitada. Por causa do dinheiro e apoio dos pais. Por exemplo, os pais traziam os produtos de higiene que ela [Caso 24] gostava... os outros miúdos apenas se contentavam com o que a casa podia dar.”

No que se respeita à subcategoria dificuldade da tarefa ou da vida da pessoa (5.1.2.), apurámos que a grande maioria dos participantes não atribuem o sucesso da pessoa à facilidade da tarefa ou da vida da pessoa. Pelo contrário, verificámos que onze participantes perspetivam que os indivíduos detentores de uma trajetória de vida de sucesso têm tido uma vida onde predominam dificuldades (total de 22 casos), existindo apenas dois participantes que referiram também existirem algumas facilidades (total de 5 casos), porém, afirmaram que o sucesso atribui-se principalmente ao esforço despendido. Por outro lado, destaca-se que uma participante é da opinião que o sucesso atribui-se às facilidades da vida do caso que nomeou. Verificámos, mais uma vez, que os nossos resultados vão no mesmo sentido dos encontrados por Santos (2010) e Correia (2012), pois a maioria dos participantes não atribuem as conquistas à facilidade da tarefa, mas principalmente ao esforço despendido. Não obstante, até os participantes que referiram que existiram facilidades, mencionaram que elas não são as atribuições principais, salientando sempre a importância do esforço despendido (*Idem*).

Na segunda categoria desta dimensão, titulada de fontes de autoeficácia (5.2.), encontrámos unidades de registo referentes às subcategorias experiências vicariantes (5.2.1.) e às persuasões/pressões sociais (5.2.2.).

As experiências vicariantes (5.2.1) foram visíveis em relatos como os seguintes:

E1 – “Todas as pessoas que aqui trabalham e convivem com eles acabam por ser modelos. Até porque os modelos parentais acabam por ser diluídos e eles têm que se agarrar a outros. E então, em vez de ser um, normalmente acaba por ser um professor, ou um Psicólogo, o Assistente Social, o Ajudante de Lar, um Policia, o Padre... ou seja, acabam por absorver um bocadinho de muitos. E nesses dois casos [Caso 1 e Caso 2] parece-me que apanharam aspetos positivos dos modelos que tiveram, não é? (...) Acho que é assim uma coisa muito em mosaico... vão apanhando um bocadinho daqui e um bocadinho dali. Esses dois eu acho que os grandes modelos foram os lavradores com que trabalharam... porque passaram

muito tempo com eles e pronto, foram os modelos deles. Se a gente olhar para eles e falar com eles parece que estamos com dois lavradores e... puros e duros, não é? Foram as pessoas com quem eles mais se identificaram. (...) Em relação à identificação e modelo dentro do grupo de pares mais próximos da idade deles, acho que eles acabaram por ser um modelo um para o outro [Caso 1 e Caso 2], com uma base muito forte nas pessoas para as quais trabalhavam e prestavam serviço.”

E3 – “Olha, as maiores referências deles aqui dentro, pela experiência que eu tenho, somos nós, os adultos. (...) Agora claro que eles [Caso 4 e Caso 5] têm modelos...ou de um antigo jovem que passou por aqui, mas que ainda se falam, ou o modelo daquela Ajudante de Lar ou daquele Ajudante de Lar. Se eles tiveram alguma referência, eu penso que sim. (...) Todos nós temos referências...todos nós temos referências! Temos que nos suportar num ideal para tentarmos agir como esse ideal. Todos nós...todos nós temos um ideal e dissemos assim...tomara eu chegar ali.”

E7 – “Elas [Caso 10, Caso 11, Caso 12] tiveram modelos. Nós todos vivemos em função de um modelo e eu acho que elas agarraram-se a um modelo de x pessoa e tentaram agarrar-se ao máximo a ela. Esses modelos vieram da Instituição.”

E9 – “Eu acho que eles [Caso 17, Caso 18 e Caso 19] estabeleceram muito boa relação com os funcionários do Lar, funcionários e Equipa Técnica! Todos nós fomos modelos. Eles foram influenciados por todos nós!”

E12 – “Eu acho que agente tenta passar esse modelo com a nossa vida, especialmente com a nossa vida e sempre aconselhando, mesmo na escolha das namoradas (riu). Nós, as funcionárias que as acompanharam é que fomos os modelos [Caso 22 e Caso 23].”

E13 – “A mãe e nós aqui na Instituição [Caso 24]. Nós ajudantes de lar, através dos conselhos e das relações que criamos com elas.”

Todos os participantes (N=13) consideraram que os indivíduos nomeados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso foram influenciados por modelos, entre os quais encontramos pares, Professores, Membros da Instituição e pessoas da comunidade em geral, como Padres e outros. Os nossos resultados vão ao encontro do que nos sugere Bandura (1986, 1997), ao referir que a existência de experiências vicariantes (5.2.1.) promovem mudanças significativas e duradouras na autoeficácia dos indivíduos, através dos efeitos que têm sobre os seus desempenhos. Por exemplo, vendo os semelhantes fracassar, os indivíduos podem julgar-se igualmente incapazes, esforçando-se menos. Por outro lado, ao ver os outros terem sucesso, os indivíduos provavelmente julgar-se-ão como igualmente capazes, empregando um maior nível de esforço na tarefa. Ademais, os indivíduos ao se compararem com os

outros, para além de alteraram as suas crenças de autoeficácia com os resultados dessas comparações, acabam por ser influenciados pelas conquistas e insucessos dos outros, na medida em que aprendem quais as estratégias utilizadas e sentimentos experienciados por estes (*Idem*).

Del Prette e Del Prette (2004, ref. por Meireles, 2009) acrescentam que as relações que os indivíduos estabelecem, por exemplo, em contexto escolar, têm um importante papel na preparação a vida e para o sucesso, uma vez que as mesmas promovem a aquisição de competências, o que por sua vez maximiza a ocorrência de desempenhos positivos em termos cognitivos, relacionais e emocionais. Focando-nos nos indivíduos em situação de acolhimento (crianças e jovens), Mota e Matos (2010) elucidam-nos ainda que havendo o afastamento da família, as experiências relacionais com figuras cuidadoras de referência, como é o caso das relações com os Professores, Funcionários das escolas, pares, pessoas da comunidade e principalmente com os Funcionários das Instituições, promovem a constituição de novos modelos internos dinâmicos.

No que respeita às persuasões/pressões sociais (5.2.2.) encontrámos expressões como:

E9 – “Muito elogiados [Caso 17, Caso 18 e Caso 19]. É sempre bom, não é? É um reforço positivo que os ajuda a continuar, porque nós todos temos necessidade de ser admirados e quando não temos os nossos pais, temos que ter figuras substitutas. Nós fazemos um esforço em nome de uma relação com alguém, não é?”

E11 – “Eu não tenho elogios [Caso 21]. Nunca tive. Às vezes dizem ah tu vences-te na vida, claro... com muito esforço. Mas é mais críticas, é mais. [efeito] Sabe uma coisa, eu digo que as costas são largas, eu não ligo. Eu sou uma pessoa que podem falar de mim que é sinal que eu estou viva. Uns falam bem, outros falam mal, mas eu faço o que eu quero, sou independente. Ninguém tem nada a ver com a minha vida.”

E6 – “Os dois [elogios e críticas]. Acho que se calhar aconteceram os dois. (...) Mas eu acho que ela foi criticada, mas como tinha sempre o apoio... portanto elas eram quatro funcionárias, duas assim um bocadinho mais difíceis e duas se calhar mais fáceis, e portanto, eu acho que a [Caso 9] se calhar tinha aqui um meio meio, se calhar recebia algumas críticas das outras duas, mas se calhar tinha os elogios das outras. (...) Eu acho que os elogios tiveram um efeito mais positivo, porque ela mantém uma relação com estas Senhoras, das quais eu penso que um elogio ou uma crítica seria mais justa e construtiva, e não tão negativa e depreciativa, como eu imagino que as outras seriam.”

E8 – “Mais a crítica. É sempre negativo. É crítica porque...a maior crítica vem da escola... a maior crítica vem da escola, porque são as meninas da Instituição, porque vão para as turmas piores, porque têm menos competências escolares (...) a própria escola... ah... coloca os alunos em prateleiras, consoante as suas competências e isto é uma forma de criticar o outro, não é? E de classificá-lo... e classifica por baixo, não é? Ou seja, sempre pela negativa e nunca pela positiva. (...) Na Instituição eram elogiadas, mas a escola tem muito peso, os pares têm muito peso, os Professores têm muito peso. Não interessa ser elogiada em casa e ser... é muito mais preferível o contrário, ou seja, é muito mais difícil ser criticada fora de casa do que dentro de casa. E o lá fora então é muito complicado. (...) É péssimo! Primeiro é péssimo na autoestima delas e depois é péssimo na procura de emprego, ou seja, é preciso muito o reforço da nossa parte, como tu vais conseguir, tu és capaz, tu és boa nisso, temos que ser nós e elogiá-las [Caso 13, Caso 14, Caso 15 e Caso 16].”

As persuasões/pressões sociais (5.2.2.) foram referidas por todos os participantes (N= 13). Verificámos que a grande maioria dos participantes são da opinião que os indivíduos que nomearam (total de 23 casos) receberem/recebem maioritariamente elogios e atitudes de encorajamento por parte das pessoas que lhes são significativas. Por outro lado, dois participantes referiram que os indivíduos que nomearam tanto são alvos de elogios como são alvos de críticas (total de 5 casos), dos quais um afirmou haver muita crítica por parte da escola, mas elogios por parte da Instituição (E8). Apenas uma participante referiu receber maioritariamente críticas por parte dos outros (E11).

Quanto aos efeitos que as persuasões sociais tiveram e/ou têm tido na vida dos sujeitos que são alvos de elogios/críticas, os participantes que mencionaram predominantemente a existência de atitudes de encorajamento e de elogios, julgam que os mesmos atuam ao nível do aumento da autoestima e da confiança (autoeficácia) dos indivíduos. Paralelamente, de acordo com os nossos participantes (N=2), a presença de críticas não construtivas afeta negativamente a autoestima e confiança dos sujeitos que são alvos. Contrariamente, a única participante que afirmou receber maioritariamente e quase exclusivamente críticas, mencionou ter uma atitude de indiferença perante esse tipo de persuasão social (E11).

A presença de elogios e os efeitos consequentes indicados pelos nossos participantes vão ao encontro dos resultados encontrados por Santos (2010) e Correia (2012), que por sua vez corroboram o que encontrámos na revisão de literatura. Tal como nos proferem Bandura (1986, 1997) e Pajares (2005), as persuasões sociais podem fortalecer as crenças de autoeficácia dos sujeitos quando existem sob a forma

de elogios ou críticas construtivas. Como verificaremos na dimensão referente ao efeito do suporte social nos indivíduos, a presença de suporte emocional por parte de pessoas significativas, como a expressão de empatia, feedback positivo, o apoio moral, o carinho, e o encorajamento, faz os indivíduos acreditarem que são capazes, amados e que têm valor (House & Kahn, 1985, ref. por Cohen, 2004). Por outro lado, a presença de críticas destrutivas ou injustas por parte de pessoas significativas, ou até insignificativas, podem desmotivar o sujeito face ao sucesso, na medida em que promovem a desacreditação das suas capacidades, podendo levar à ocorrência de inibições ou desistências (Bandura, 1986, 1997; Pajares, 2005).

6. Identificação de fatores protetores individuais presentes no desenvolvimento das trajetórias de vida de sucesso

Tendo em consideração a questão de investigação “*Que fatores protetores do desenvolvimento estiveram presentes na trajetória de vida dos indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional considerados como bem-sucedidos?*”, surgiram diversas unidades de registo relacionadas com as características individuais dos sujeitos.

Na sexta dimensão deste estudo, que se refere à IDENTIFICAÇÃO DE FATORES PROTETORES INDIVIDUAIS PRESENTES NO DESENVOLVIMENTO DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE SUCESSO (6.), encontramos referências às estratégias de coping (6.1.) utilizadas pelos indivíduos, a características pessoais como autonomia (6.2.), otimismo (6.5.), temperamento fácil (6.6.), desempenho ou sucesso escolar (6.7.), autocontrolo (6.8.), capacidades emocionais (6.9), capacidades sociais (6.10.) e ainda referências à capacidade que os indivíduos apresentam de estabelecer e manter relações de proximidade emocional (6.11.). Nenhum participante fez referência aos níveis de autoestima (6.3.) ou aos níveis de autoconceito (6.4.) dos indivíduos considerados detentores de uma trajetória de vida de sucesso.

Começaremos por nos focar nas características como a autonomia (6.2.), que se desdobra na subcategoria níveis de autonomia (6.2.1), onde obtivemos as seguintes expressões:

E5 – “Para além das qualidades que já fui nomeando, acho que ela [Caso 8] tem mais uma série de características que ajudaram muito nessa trajetória de sucesso. Por exemplo, ela sempre foi determinada, conseguia o que queria, gostava de aprender, era otimista, tinha responsabilidade e era autónoma.”

E11 – “(...) E também sempre fui independente [Caso 21].”

Na categoria otimismo (6.5.), formada apenas pela subcategoria também designada por otimismo (6.5.1), vislumbrámos unidades de registo como:

E11 – “(...) Eu acho que sou capaz de passar por muita coisa e estar sempre lutando, tento sempre pensar que tudo se vai resolver lutando e sempre foi o que fiz [Caso 21].”

E12 – “(...) Eles eram felizes e otimistas à sua medida [Caso 22 e Caso 23].”

E13 – “(...) [Caso 24] era otimista.”

Os traços da personalidade dos indivíduos como as capacidades (facilidades) de adaptação, simpatia, responsabilidade e outros, foram integradas na categoria temperamento fácil (6.6.), formada pela subcategoria do mesmo nome, temperamento fácil (6.6.1.), possível de ser identificada em relatos como os seguintes:

E2 – “As características deles... ah... ufa (riu). Têm muitas... ah... mas essencialmente eram e são os três [Caso 1, Caso 2 e Caso 3] responsáveis, autónomos e com muitas capacidades sociais.”

E3 – “Do de cá de dentro [Caso 4], uma das competências dele, ou características pessoais dele, de perfil, é sempre compreender as regras e cumprir sempre com os objetivos que lhe eram propostos...com as suas limitações [sensoriais], sempre com as dificuldades que lhe estão inerentes, mas sempre percebeu que para o projeto de vida dele, ou para o que ele queria, ele tinha que cumprir com a parte dele.”

E9 – “Capacidade de estabelecer relações positivas com os outros, eles eram simpáticos, afáveis. (...) Respeito pelos outros, de ser capaz de acatar instruções. (...) Mais características... muito simpáticos, acho que é uma característica que eles têm. E essa relação, capacidade de estabelecer uma relação com os adultos, de se deixarem orientar também, porque se rejeitarem os conselhos acabam por não seguir pelos melhores caminhos. (...) Têm também capacidades de adaptação [Caso 17, Caso 18 e Caso 19].”

E11 – “(...) acho que sou simpática com as pessoas que eu falo [Caso 21].”

E12 – “(...) Eram meninos obedientes...pronto, também tinham as suas coisas como qualquer jovem, mas tinham muito respeito pelos adultos [Caso 22 e Caso 23].”

E13 – “[Caso 24] Ela era uma miúda sociável, dava-se bem com toda a gente. Era humilde, era simpática, era otimistas, meiguinha, ajudava os outros, não era esquisita com a comida, era muito educada, sabia falar com os outros e era sensível à dor dos outros.”

Obtivemos também referências a aspetos relacionados com os desempenho ou sucesso escolar (6.7.), integradas na subcategoria do mesmo nome desempenho ou sucesso escolar (6.7.1.), e visíveis em discursos como:

E4 – “Só capacidades intelectuais... ou seja, ela [Caso 6] tinha bons desempenhos na área escolar... era só isso.”

E7 – “Estudaram e eu acho que estudar é, não quer dizer que tenham um curso superior, às vezes um curso técnico ou profissional tens muito mais sorte que um curso superior, não é? Mas pronto (riu). (...) Elas tinham capacidades sociais muito grandes [Caso 10, Caso 11, Caso 12].”

E8 – “(...) O gostar de aprender, o gostar da escola também é muito importante nessa faixa etária, ou seja, ajuda a que elas vão à escola, porque quando não gostavam o que é que acontecia, elas faltavam, havia absentismo escolar nas duas [Caso 13 e Caso 14].”

No que concerne ao autocontrolo (6.8.), que abrange apenas uma subcategoria com o mesmo nome, autocontrolo (6.8.1), os participantes referiram aspetos como:

E5 – “Para além das qualidades que já fui nomeando, acho que ela [Caso 8] tem mais uma série de características que ajudaram muito nessa trajetória de sucesso. Por exemplo, ela sempre foi determinada, conseguia o que queria, gostava de aprender, era otimista, tinha responsabilidade e era autónoma.”

E6 – “(...) Acho que foi isso, a inteligência no sentido de espírito crítico, a capacidade em decernir as coisas e de saber por onde ir [Caso 9].”

E8 – “Elas todas tinham um fator positivo, eram controladas na medida em que não tinham adição a nada, não tinham consumos de droga nem de álcool, isso então foi muito positivo [Caso 13, Caso 14, Caso 15, Caso 16].”

E9 – “(...) Capacidade de estabelecer objetivos e de lutar por eles. (...) E capacidade de esforço...saberem que têm que estudar e saberem que têm que trabalhar [Caso 17, Caso 18 e Caso 19].”

E11- “(...) Outra coisa é que eu sempre soube o que queria da vida. Eu aos 18 anos comecei a trabalhar lá dentro porque sabia que aquilo ia ser o meu sustento. Se não aos 21 elas metiam porta a fora e ficava sem nada. Só saí de lá no dia que casei [Caso 21].”

Em termos das capacidades emocionais (6.9), que agregam a subcategoria inteligência emocional (6.9.1), obtivemos unidades de significação como:

E1 – “(...) Outra característica que esses jovens têm, tanto um como o outro [Caso 1 e Caso 2], é que tinham baixos níveis de impulsividade, ou seja, conseguiam controlar-se, tinham um bom autocontrole, ouvir, escutar, ponderar, capacidade de resolução de problemas.”

E9 – “Capacidade de estabelecer relações positivas com os outros, eles eram simpáticos, afáveis. Persistência. Respeito pelos outros, de ser capaz de acatar instruções. Assertividade, de serem capazes de dizerem o que é que querem. Capacidade de estabelecer objetivos e de lutar por eles. Mais características... muito simpáticos, acho que é uma característica que eles têm. E essa relação, capacidade de estabelecer uma relação com os adultos, de se deixarem orientar também, porque se rejeitarem os conselhos acabam por não seguir pelos melhores caminhos. E capacidade de esforço...saberem que têm que estudar e saberem que têm que trabalhar. Têm também capacidades de adaptação [Caso 17, Caso 18 e Caso 19].”

E13 – “Ela [Caso 24] era uma miúda sociável, dava-se bem com toda a gente, sabia falar com os outros (...) era sensível à dor dos outros.”

Relativamente às capacidades sociais (6.10.), contempladas por uma subcategoria do mesmo nome, capacidades sociais (6.10.1.), existiram referências como:

E2 – “As características deles...ah...ufa (riu). Têm muitas...ah...mas essencialmente eram e são os três [Caso 1, Caso 2 e Caso 3] responsáveis, autónomos e com muitas capacidades sociais.”

E3 – “(...) Tem um perfil (...) comunicativo, sociável, dá-se bem com os pares, consegue se integrar não digo rapidamente, mas naturalmente num grupo que desconhece [Caso 5].”

E6 – “(...) a capacidade de ouvir os outros, porque há jovens que se dá conselhos, mas eles não querem saber. Ela tem a capacidade de ouvir e constatar que realmente era por ali [Caso 9].”

E7 – “(...) Elas tinham capacidades sociais muito grandes [Caso 10, Caso 11, Caso 12].”

E8 – “(...) E as competências pessoais da relação, elas tinham, eram miúdas que tinham imensas competências sociais [Caso 13, Caso 14, Caso 15, Caso 16].”

E12 – “(...) Sabiam se comportar e comunicar [Caso 22 e Caso 23].”

Verificámos então, e no que concerne às características pessoais presentes nos indivíduos nomeados, e associadas às suas trajetórias de vida de sucesso, que

apenas dois participantes fizeram referências (total de 2 casos) aos níveis de autonomia dos indivíduos (6.2.1.). Na perspectiva desses participantes o alto nível de autonomia foi um fator promotor do desenvolvimento da trajetória de sucesso.

Como já mencionado, nenhum participante referiu a autoestima (6.3.1.) ou o autoconceito (6.4.1). No entanto, verificámos que cinco participantes são da opinião que os indivíduos que nomeiam adotam uma atitude otimista (6.5.1.) com a vida, o que se tornou promotor do desenvolvimento dos seus trajetos de sucesso (total de 6 casos).

No que concerne aos traços de personalidade dos indivíduos, apurámos que mais de metade dos participantes (N=9) refiram que os indivíduos que nomearam (total de 14) apresentam características que sugerem a presença de um temperamento fácil (6.6.1.), como a simpatia, facilidades de adaptação, responsabilidade, amabilidade e humildade. Na visão dos participantes, estas características tornaram-se importantes no desenvolvimento das trajetórias de sucesso na medida em que facilitam a interação com o mundo social. São pessoas que por apresentarem essas características tornam-se sociáveis.

O desempenho ou sucesso escolar (6.7.1.) também foi uma característica apontada pelos nossos participantes (N=3), que afirmaram que esse fator foi protetor e promotor de sucesso dos indivíduos nomeados (total de 6), existindo uma participante que referiu que esta era a única característica positiva do sujeito nomeado. Os bons desempenhos escolares e a motivação para o contexto escolar são, na perspectiva destes participantes, fatores promotores de sucesso, não só a nível escolar, mas a outros contextos da vida.

Relativamente ao autocontrolo (6.8.1.) dos nomeados, constatámos que a maioria dos participantes (N=7) referiu que esses indivíduos (total de 14 casos) apresentavam capacidades como a de antecipação de consequências, capacidade de reflexão e introspeção, capacidade de planificação de objetivos e capacidade de persistir na concretização desses objetivos. Neste aspeto, os participantes consideram que o autocontrolo dos indivíduos, refletido, também, na capacidade de não se envolverem em consumos de substâncias nocivas à saúde, foi um fator chave que promoveu os trajetos de sucesso.

A subcategoria referente à inteligência emocional (6.9.1.) foi observada nos discursos de três participantes, cujas perspectivas apontam que os indivíduos que nomearam (total de 6 casos) apresentam a capacidade de controlar, perceber, avaliar e expressar emoções e, ainda, a capacidade de perceber e/ou gerar sentimentos. Estas características, à luz dos discursos dos nossos participantes, parecem ter

promovido o desenvolvimento das trajetórias de vida de sucesso, pois facilitam, por exemplo, as relações com pares e adultos significativos, que tal como vimos na subcategoria referente às experiências vicariantes (5.2.1.), têm um importante papel na preparação a vida e para o sucesso.

No que se respeita às capacidades sociais (6.10.1.), os resultados apontam que a grande maioria dos participantes (N=11) acredita que os indivíduos que nomearam (total de 21 casos) apresentam capacidade de comunicação e de interação com o outro. Esta característica é depois verificada no contexto da subcategoria relações de proximidade emocional (6.11.1), onde verificámos que todos os participantes (N=13) julgam que as pessoas que nomearam (total de 24 casos) apresentam relações de proximidade emocional com pessoas que lhes são significativas, como amigos, Membros da Instituição, elementos da família biológica e da dos companheiros(as), apresentando ainda facilidade em se relacionarem com pessoas da comunidade em geral.

Verificámos assim que, segundo os nossos participantes, os indivíduos que consideram ser detentores de uma trajetória de vida de sucesso, apresentam características que atuaram como fatores protetores a nível individual, nomeadamente: o percurso escolar, a atitude otimista face à vida, o autocontrolo, o temperamento fácil, as capacidades emocionais, capacidades sociais e as relações que os indivíduos estabelecem os com outros. Com efeito, de acordo com estes resultados e à luz da literatura de pesquisa, essas características individuais funcionaram como fatores protetores do desenvolvimento (Cecconello & Koller, 2000; Fonseca, 2004; Martins, 2005a; Schenker & Minayo, 2005), pelo que podemos sugerir que as mesmas se constituíram como aspetos chave na ocorrência das trajetórias de vida de sucesso.

Quando questionamos os participantes acerca das estratégias de coping (6.1.) utilizadas pelos indivíduos nomeados aquando o surgimento de obstáculos, obtivemos unidades de significação alusivas às subcategorias atividades agressivas (6.1.1.), evitação (6.1.2.), busca de apoio social (6.1.3.), ação direta (6.1.4.), aceitação (6.1.5.), inação (6.1.6.) e expressão emocional (6.1.7.). Contrariamente, não obtivemos nenhuma unidade de registo em que se encontrassem presentes reações como a aceitação (6.1.5) e inação (6.1.6).

No que concerne às atividades agressivas (6.1.1.), obtivemos a seguinte afirmação:

E9 – “Reagem com muita frustração, com muita revolta, com explosões verbais agressivas. As estratégias de *coping* eram desadequadas, muito desadequadas. Só passado um dia ou dois é que voltava ao sítio [Caso 17, Caso 18 e Caso 19].”

Obtivemos a seguinte perspetiva que se enquadra na evitação (6.1.2.):

E13 – “Ela [Caso 24] isolava-se, punha-se no quarto e estava ali sozinha. Não é como muitos jovens que depois são mal criados e agressivos com os ajudantes de Lar ou com as coisas da casa.”

A busca de apoio social (6.1.3.) foi visível em afirmações como:

E4 – “Embora ela [Caso 6] tivesse capacidades, era preciso ajudá-la muito e incentivá-la, porque ela desmotivava com muita facilidade. Não era muito lutadora...preferia pedir ajuda.”

E8 – “(...) As outras [Caso 13, Caso 14 e Caso 16] são um bocado imaturas, pedem ajudam. E quando digo imaturas o que é que eu quero dizer é que para a idade que elas têm já deviam fazer sozinhas. Geralmente recorrem às redes de suporte, geralmente 99% delas recorrem e a maior parte das vezes é a parte emocional mais que vai abaixo, não é?”

E12 – “Eles vinham ter connosco e pediam ajuda [Caso 22 e Caso 23].”

Por sua vez, a ação direta (6.1.4.), observou-se em:

E2 – “Todos eles [Caso 1, Caso 2, Caso 3] têm um autocontrolo muito positivo, não eram agressivos... quando havia algum problema a forma como resolviam era muito positiva. Mesmo coisas da vida. Agiam e com calma.”

E3 – “Sempre foi um jovem [Caso 5] que pensou por si e não destabilizava, agia por si.”

E5 – “Ela [Caso 8] nunca foi de se deixar abater. Sempre enfrentou as coisas de frente!”

E11 – “Quando existe algum problema, eu [Caso 21] fico-me remoendo um bocadinho, eu choro e sofro, mas depois eu levanto-me e venço.”

Por fim, na expressão emocional (6.1.7.), obtivemos novamente a seguinte unidade de registo:

E11 – “Quando existe algum problema, eu [Caso 21] fico-me remoendo um bocadinho, eu choro e sofro, mas depois eu levanto-me e venço.”

No que se respeita às estratégias de coping (6.1.) utilizadas pelos indivíduos nomeados aquando do surgimento de obstáculos, a maioria dos participantes (N=8) referiu que os indivíduos (total de 9 casos) tendem a ter uma ação direta (6.1.4.), o que foi positivo para a trajetória de vida de sucesso dos mesmos. Por outro lado, outra grande parte dos participantes (N=6) referiu que os indivíduos considerados por eles como bem-sucedidos (total de 11 casos) tendem a ter reações como a busca de apoio social (6.1.3.). Tal como abordaremos nas dimensões referentes ao suporte social, os indivíduos ao procurarem apoio junto das suas redes, podem aumentar a creditação das capacidades, maximizando assim a ocorrência de sucesso.

No discurso de um participante encontrámos, como primeira reação da pessoa que este nomeou, a expressão emocional (6.1.7.), passando depois, e dependendo do assunto, a buscar apoio junto das pessoas significativas, que tal como já referido, tem um efeito positivo no indivíduo e na sua trajetória. Existe ainda um outro participante (E11) que referiu tender a ter, em primeiro lugar, uma reação emocional, sendo então depois capaz de passar à ação direta.

Por sua vez, um participante considera que a primeira reação dos indivíduos que nomeou (total de 3 casos) são as atividades agressivas (6.1.1.). Contrariamente, um participante afirmou que a pessoa que nomeou tende a isolar-se quando se encontra na presença de obstáculos, ou seja, evitação (6.1.2.). De acordo com os participantes, as estratégias de *coping* desses indivíduos não coadunam com a sua trajetória de sucesso, porém, existem outras características chave presentes nesses mesmos indivíduos.

Os resultados por nós encontrados sugerem que praticamente todos os participantes afirmaram que os indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional, considerados por eles como detentores de uma trajetória de vida de sucesso (total de 21 casos), utilizam estratégias de *coping* positivas, o que lhes permite lidar eficazmente com as situações desafiantes. Dell'Aglio (2000) elucida-nos acerca da influência das capacidades sociais e características da personalidade dos indivíduos no que os mesmos tendem a interpretar como obstáculo e na estratégia que utilizam para lidar com essa situação. De acordo com Compas (1987a, ref. por Dell'Aglio, 2000), as estratégias de *coping* utilizadas pelos indivíduos estão tendencialmente associadas a aspetos como a atribuição da causalidade, às crenças de autoeficácia, a capacidade de autocontrolo, as capacidades emocionais e os relacionamentos que os próprios têm no seu contexto social. Este quadro fortalece a ideia de que as características encontradas nas subcategorias anteriores influenciaram

positivamente o desenvolvimento das trajetórias de vida dos indivíduos considerados bem-sucedidos. Conseqüentemente, observámos que o adequado reportório de comportamentos utilizados pelos indivíduos aquando do surgimento de obstáculos também se constitui como um fator chave para o sucesso dos sujeitos em foco.

7. Identificação de fatores protetores familiares presentes no desenvolvimento das trajetórias de vida de sucesso

A sétima dimensão do nosso estudo pretende, tal como a dimensão anterior, responder à questão de investigação “*Que fatores protetores do desenvolvimento estiveram presentes na trajetória de vida dos indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional considerados como bem-sucedidos?*”. Esta dimensão foca-se nos contextos familiares dos indivíduos considerados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso. Devemos antes de mais evidenciar que nesta dimensão enquadram-se não só aspetos referentes às famílias biológicas, mas também a características das famílias que os indivíduos constituíram com os(as) seus(suas) companheiros(as), e ainda, com as características dos contextos familiares anteriores e relações que os indivíduos estabelecem com esses elementos.

A presente dimensão (7.) desdobra-se em três categorias, nomeadamente: a aceitação e suporte por parte da família (7.1.), constituída por uma subcategoria do mesmo nome (7.1.1.); pela harmonia e coesão familiar (7.2.), que alberga a subcategoria níveis de harmonia e de coesão familiar (7.2.1); e pela categoria práticas parentais educativas (7.3.), que contém as subcategorias estabelecimento de responsabilidades (7.3.1.), expressão de afeto (7.3.2.), estabilidade (7.3.3.) e confiança (7.3.4.).

No âmbito da categoria e subcategoria tituladas de aceitação e suporte por parte da família (7.1; 7.1.1.) surgiram unidades de significação como:

E2 – “O [Caso 1] cortou com a família desde cedo, por isso nada. O [Caso 3] teve alguns anos sem manter contato também com a sua família, mas depois na reta final a mãe reaproximou-se dos filhos. O [Caso 3] e o [Caso 2] são irmãos, e isso foi também um fator estabilizador para eles. (...) Existe uma aceitação e uma aproximação emocional destes dois jovens para com a família, o que também é muito importante, e nós assistimos que quando isso acontece... há um estabilizar dos próprios jovens.”

E4 – “(...) Eu penso que o positivo... esta relação que mantinha com os irmãos, ou pelo menos com alguns. Ela [caso 7] era a segunda de sete filhos... penso que esta relação com os irmãos também terá levado ela a lutar! (...) A outra [Caso 6] só a mãe

a visitava de vez em quando, não tinha relacionamento com a família. Não estou a ver... não consigo ver nada na família da que tirou jornalismo, que a tivesse influenciado positivamente.”

E8 – “Elas todas [Caso 13, Caso 14 e Caso 16] afastaram-se e construíram uma família muito chegada à família do namorado, que normalmente são modelos mais estruturados, e isso é muito bom quando acontece... elas encontram na sogra, ou em alguém, mas um apoio! (...) O afastamento com a família, para elas contribuiu (...) normalmente quem se aproxima, depois também se aproxima de comportamentos de risco, porque a família não muda e eles regressam ou se aproximam da família biológica, aquilo é um preditor que qualquer coisa vai...”

E9 – “(...) O afastamento protegeu-os, sem dúvida. Foi um fator protetor, nestes casos sim, porque para já eles não sentem a obrigatoriedade de ajudarem as famílias, não sentem a culpabilidade de não conseguirem ajudar como querem e de não receberem o afeto que precisam. Depois não sentem um sentimento de abandono, não está tão vivo porque a família está longe. E depois não assistem aos conflitos, não assistem ao passar fome... não recebem maus-tratos [Caso 17, Caso 18 e Caso 19].”

Quanto à categoria harmonia e coesão familiar (7.2.), os níveis de harmonia e de coesão familiar (7.2.1), foram visíveis em afirmações como:

E6 – “[Caso 9] Tinha uma relação próxima com as irmãs e isso também ajudou. Lá está, ao fim ao cabo ela foi retirada do contexto, mas veio em família não é, ficaram e apoiaram-se todas umas às outras, não é? E acho que pronto, isso foi bom...apoiaram-se. Mas acho que foi um apoio também, acho que é bom! Tinham sempre alguém em quem confiar.”

Relativamente à categoria práticas parentais educativas (7.3.), os discursos dos participantes focaram-se no estabelecimento de responsabilidades (7.3.1.), como é visível nos relatos seguintes:

E8 – “A família desta jovem que entra aos 17 anos [Caso 15], hoje em dia ela não entrava, hoje em dia ela não entrava e isso também tem muito a ver. Hoje em dia ela não entrava porque as condições de admissão são mais exigentes. (...) E tem uma mãe completamente estruturada, podia-se conversar, é uma senhora com pés e cabeça, não tem nada a ver, não tem nada a ver com os outros casos (riu)! (...) Essa [Caso 15] esforçou-se porque teve pais que se esforçaram, ela teve esse modelo, o que é ser lutadora, o que é trabalhar para ter um objetivo.”

E10 – “Ele [Caso 20] não tinha suporte familiar, mas conseguiu encontrar uma companheira que ajudou a dar um outro rumo à sua vida. A família que constituiu acho que o facto da família da companheira ser muito tradicional, com muitas regras, de haver muito respeito, com padrões e muito unida.”

Verificámos a presença de aspetos relacionados com a subcategoria expressão de afeto (7.3.2.), em expressões como:

E10 – “[Caso 10] (...) Talvez como ele sentia falta, porque nunca soube o que era viver numa família, a harmonia e aceitação foi muito importante, porque sentiu-se bem, sentiu-se integrado, aceite e recebeu afeto [família da companheira]. Foi muito importante!”

E12 – “Eles [Caso 22 e Caso 23] tinham uma boa relação com a avó e uma tia. A persistência da avó, o carinho da avó, acho que aquela avó foi sempre um marco positivo na vida deles.”

A subcategoria estabilidade (7.3.3.) encontrou-se presente em afirmações como:

E1 – “(...) No do [Caso 2], eu acho que o mais positivo foi que alguns irmãos também já tinham sido acolhidos antes dele. Acabou por ser um bocadinho mais protetor pela relação com eles. E também o fato da família manter contato, ou seja, não ser uma família ausente como no caso do [Caso 1]. Melhor... ligava, vinha ver, vinha às comunhões... havia uma proximidade e harmonia”.

Por sua vez, a subcategoria confiança (7.3.4.) apareceu ilustrada no testemunho:

E6 – “[Caso 9] Tinha uma relação próxima com as irmãs e isso também ajudou. Lá está, ao fim ao cabo ela foi retirada do contexto, mas veio em família não é, ficaram e apoiaram-se todas umas com às outras, não é? (...) Tinham sempre alguém em quem confiar.”

No que concerne à dimensão IDENTIFICAÇÃO DE FATORES PROTETORES FAMILIARES PRESENTES NO DESENVOLVIMENTO DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE SUCESSO (7.), verificámos que três participantes não fizeram referência a esse aspeto da vida dos indivíduos nomeados (total de 4 casos), entre os quais um afirmou não saber nada acerca da família dos casos, e os outros dois afirmaram não fazer qualquer tipo de associação entre o sucesso dessas trajetórias e família do indivíduo.

A aceitação e suporte (7.1.1.) por parte de familiares dos indivíduos que consideraram bem-sucedidos (total de 14 casos) foi mencionada por nove participantes, que referiram que essas características existiram na relação que os sujeitos estabeleceram/estabelecem com irmãos, progenitoras, avó materna, companheiros(as) e respetivos familiares, constituindo-se num fator promotor de sucesso.

Por sua vez, cinco participantes mencionaram aspetos relacionados com a harmonia e coesão familiar (7.2.1.), afirmando que estas características, existentes entre os indivíduos nomeados (total de 5 casos) e os membros supramencionados, foram um contributo importante para o desenvolvimento das trajetórias de vida de sucesso.

Quanto à categoria práticas parentais educativas (7.3.), e no que concerne ao estabelecimento de responsabilidades (7.3.1.), observámos que este apenas esteve presente no discurso de três participantes, que afirmaram que esse aspeto, tal qual os anteriores, constitui-se num fator chave para o sucesso dos indivíduos que nomearam (total de 3 casos). Por sua vez, dois participantes perspetivam que a existência da expressão de afeto (7.3.2.) no contexto das relações familiares dos sujeitos nomeados (total de 3 casos), também constituiu um marco positivo para as trajetórias de vida de sucesso.

Na perspetiva da maioria dos participantes (N=10), os indivíduos bem-sucedidos (total de 20 casos) mantêm relações de boa qualidade com alguns dos seus familiares, cônjuges e respetivos familiares, o que indica que a estabilidade (7.3.3.) foi um fator chave no desenvolvimento dessas trajetórias de vida. Apenas um participante referiu a presença de confiança (7.3.4.) na relação que um indivíduo de sucesso estabelecia com outros membros da fratria acolhidos. Porém, acreditamos que embora não tenha sido referido pelos outros participantes, este aspeto também esteve presente na relação que os outros indivíduos considerados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso estabeleceram com as pessoas que lhes são significativas, tendo em consideração resultados mencionados anteriormente.

Por último, destacamos que dois participantes afirmaram que, embora não considerassem existir fatores relacionados com o contexto familiar que foram promotores de sucesso, o corte que os indivíduos (total de 4 casos) fizeram com a família atuou como um efeito protetor, na medida em que permitiu a descentralização da família e afastamento de modelos parentais não educativos.

As características ligadas ao contexto familiar, identificadas nos testemunhos dos nossos participantes, relacionaram-se então com a harmonia, qualidade das

relações, apoio proporcionado, aceitação, estabelecimento de vínculos positivos e significativos e, ainda, contato com modelos educativos. Como podemos verificar na literatura, em Fonseca (2004), Martins (2005a), Schenker e Minayo, (2005), e Freitas, Simões e Martins (2011), estes aspetos são considerados fatores protetores do desenvolvimento, pelo que, quando existentes conjuntamente com, por exemplo, características individuais dos sujeitos, promovem a ocorrência de trajetórias de vida de sucesso.

8. Identificação de fatores protetores ligados ao percurso da pessoa enquanto acolhida

A oitava dimensão do nosso estudo refere-se a fatores protetores do desenvolvimento associados às Instituições de acolhimento e presentes nos percursos de vida dos indivíduos nomeados como detentores de uma trajetória de vida de sucesso. Esta dimensão desdobra-se nas categorias facilidade de acesso a serviços de apoio comunitário (8.1.), apreensão de normas e valores (8.2.) e relações com pares (8.3.) e adultos da Instituição (8.4.)

A primeira categoria é composta por três subcategorias, sendo elas a facilidade de acesso à saúde (8.1.1.), a facilidade de acesso à educação (8.1.2.) e a facilidade de acesso a atividades extracurriculares (8.1.3.), identificáveis em testemunhos como:

E1 – “[Caso 1 e Caso 2] Eu acho que em primeiro lugar trouxe segurança através das relações com as pessoas, não é? Ou seja, quando algo falhou, quando algo faltou, houve um sítio que proporcionou o que estava em falta e isto é um fator importante. Não só trouxe segurança pelas relações, mas também o acesso a outras coisas básicas ao desenvolvimento, como acesso à saúde, às atividades como a Lavoura e a questão da escola, que sempre foi muito estimulada pela Instituição. (...) Mas foi importante, o acesso à saúde e à educação e a interiorização de normas e valores.”

E3 – “[Caso 4 e Caso 5] É assim, eu acho que viver numa instituição nunca é o ideal, a não ser que não viver lá seja muito pior para a pessoa, não é? Pronto, mas por outro lado eles têm tudo aqui! Tudo! Saúde, escola, desporto, valores, apoios, em... TUDO!”

E4 – “Quer numa [Caso 6], quer noutra [Caso 7], a Instituição foi para elas...foi uma família. (...) Portanto, se não tivesse sido a Instituição... aqui também souberam aproveitar (...) oportunidade e valores dados pela Instituição. Tudo! Apreensão de normas, valores sociais, o desporto, a escola, tudo! A Instituição tentou oferecer-lhes uma vida normal e com valores e elas encaminharam-se as duas com sucesso.”

A categoria seguinte, titulada de apreensão de normas e valores (8.2.) é formada por uma subcategoria do mesmo nome (8.2.1.), onde se apuraram perspectivas como:

E6 – “Foi quase a tábua de salvação dela [Caso 9], porque proporcionou-lhe uma estrutura, valores, normas, rotinas, portanto, uma noção do mundo e do que era desejado, o que enquanto ela criança tinha que viver e que responsabilidades tinha que ter, portanto, muito mais focadas na sua formação académica e nas férias descontraí-las, ou seja, não ser aquela criança/adulto, aquela criança muito preocupada, muito tensa, a viver os problemas da família, os problemas da Instituição, ou isto, ou aquilo.”

E8 – “Estrutura! Estrutura, regras, rotinas, elas [Caso 13, Caso 14, Caso 15, Caso 16] não sabem isso o que é... uma família disfuncional é isso. É o imprevisível ser uma constante.”

No que concerne às categorias relações com os pares (8.3.) e relações com os adultos (8.4.), compostas por subcategorias com a mesma designação (8.3.1 e 8.4.1), obtivemos afirmações como:

E1 – “[Caso 1 e Caso 2] Com o restante grupo relacionavam-se muito bem. Eram muito reservados mas integravam-se bem no grupo e nas atividades. Mais recentemente, e mais do [Caso 1] por uma questão de idade e perfil, há jovens que ele apadrinha. São protegidos de uma forma positiva...tem esse prazer de poder ajudar. Com os adultos relacionavam-se bem, com todos (riu), também já os conhecem há mais de 15 anos... estavam completamente à vontade. [Efeitos] Eu acho que fizeram aumentar as competências sociais, tanto num, como no outro, quase que de dentro para fora. Começaram a relacionar-se cá dentro e souberam fazer muito bem essa transferência para outros pares e adultos, fora da instituição. E depois como trabalhavam com adultos souberam interagir melhor com os adultos da instituição, com outras pessoas de outras idades e experiências...e souberam transferir isso de dentro para fora...e apanham essa ferramenta essencial.”

E5 – “Ela [Caso 8] sempre teve muitos bons relacionamentos aqui na Instituição. Com as meninas mais velhas e da sua idade, sempre teve boas relações. Com as mais novas, ela servia como um modelo. Com os adultos ela sempre foi uma menina muito educada o que promoveu sempre boas relações entre todos. Os efeitos foram muitos positivos e acho que a vida que ela tem hoje se deve ao que aprendeu com essas relações. Fomos a sua família.”

E6 – “Bem. Muito bem. Ela [Caso 9] relacionava-se muito bem. Com os adultos estabeleceu e se calhar tinha uma relação mais próxima com umas do que com

outras, mas relacionava-se muito bem e desabafava muito bem. Eu acho que os efeitos foram positivos, porque lá está, o grupo de jovens manteve-se muito igual durante muitos anos, quer de jovens, quer de funcionárias, e então estava tudo ali. Elas conheciam-se todas, ela sabia que reações esperar de uma pessoa, ou da outra, ou da outra, e acho que isso dá uma noção até de família, embora fossem bastantes pessoas, dava um ambiente familiar.”

No que se respeita à influência dos fatores protetores existentes nas Instituição de acolhimento, verificámos que todos os participantes mencionaram a importância do acesso a serviços de apoio comunitário (8.1.) no desenvolvimento das trajetórias de vida dos indivíduos considerados bem-sucedidos. Na opinião da maioria dos participantes (N=7), a facilidade de acesso à saúde (8.1.1.) foi um aspeto importante na trajetória de sucesso dos indivíduos nomeados (total de 14 casos). A facilidade de acesso à educação (8.1.2.) apareceu como outro fator chave para o sucesso dos indivíduos (total de 18 casos), estando presente nos discursos da grande maioria dos participantes (N=10). Por sua vez, quatro participantes referiram que a facilidade de acesso a atividades extracurriculares (8.1.3.) foi também promotora de sucesso para os indivíduos que nomearam (total de 9 casos), principalmente por permitir o contato com outros contextos igualmente protetores. Destacamos ainda que essas facilidades de acesso a serviços de apoio comunitário (8.1.) atuaram como fatores promotores de sucesso, mas apenas, e como referiram alguns participantes, porque foram oportunidades aproveitadas pelos indivíduos em foco.

Na categoria seguinte, titulada de apreensão de normas e valores (8.2.), verificámos que todos os participantes perspetivam que esta oportunidade constituiu-se como um aspeto fundamental na vida e no trajeto dos indivíduos considerados bem-sucedidos. Tal como referiram alguns participantes, a educação proveniente desse contexto tornou-se num meio para o sucesso, na medida em que os indivíduos decidiram qual era o melhor caminho e percorreram-no com sucesso. Não obstante, tal não seria possível sem haver a envolvimento das relações estabelecidas no contexto institucional.

Por fim, e no que concerne às categorias que abrangem as relações estabelecidas em contexto de acolhimento, nomeadamente as subcategorias relações com os pares (8.3.1.) e relações com os adultos (8.4.1.), verificámos que todos os participantes consideram que essas relações foram importantes e tiveram efeitos muito positivos na vida dos indivíduos que experienciaram o acolhimento prolongado. De acordo com os nossos participantes, foi através dessas relações, com essa segunda família, com esse porto seguro, que os sujeitos apreenderam normas, valores

e comportamentos que coadunam com o desenvolvimento de trajetórias de vida de sucesso. As relações com os pares permitiram aos indivíduos desenvolverem capacidades sociais e estabelecem relações de proximidade emocional, funcionando ainda como fontes de autoeficácia, tal como já mencionado na dimensão correspondente. Por sua vez, a relação com os adultos promoveu a interiorização de valores, o acesso a modelos internos positivos e, acima de tudo, o acesso a suporte social.

Os resultados que apurámos vão ao encontro do que encontrámos na revisão de literatura que efetuámos. Canha (2003) e Martins (2005b) referem que as Instituições de acolhimento, apesar de apresentarem alguns riscos, podem se constituir num contexto promotor de sucesso, na medida em que as crianças/jovens acolhidos encontram os recursos necessários para a sua segurança e bem-estar emocional, como é o caso do acesso a cuidados básicos, saúde, educação, cultura e lazer. Ademais, e tal como verificámos nos testemunhos dos nossos participantes, esse contexto é oportuno para a criação de laços com pares e adultos, o que por sua vez leva à apreensão de valores e padrões culturais. Esses aspetos ligados ao contexto institucional promovem o desenvolvimento da identidade, sentimentos de pertença e capacidades, como as capacidades sociais e emocionais, o que por sua vez parece favorecer a ocorrência de trajetórias de vida de sucesso em indivíduos que cresceram e se desenvolveram nesse contexto.

9. Suporte social: facetas, fontes, formas e funções

Focar-nos-emos agora no suporte social, que aparece no nosso estudo dividido em quatro dimensões, nomeadamente: facetas do suporte social (9.), fontes do suporte social (10.), formas do suporte social (11.) e funções do suporte social (12.). Destacamos que é dada uma atenção individual a cada uma das dimensões, refletindo-se depois sobre os resultados como um todo, por serem partes de um todo que é o suporte social.

Começaremos por nos debruçar na primeira dimensão titulada de facetas do suporte social (9.), onde se reúnem as unidades de significações relativas ao suporte social percebido (9.1.), composto pelas subcategorias disponibilidade (9.1.1.) e satisfação (9.1.2.). Esta dimensão alberga ainda a categoria envolvimento social (9.2.), onde se explora o grau de envolvimento social da pessoa (9.2.1.). Por último, enquadram-se nessa dimensão referências relativas ao suporte ativo (9.3.), onde se dá atenção ao suporte que a pessoa recebe/recebeu na realidade (9.3.1.). Salientamos que embora tenhamos demarcado a categoria suporte que a pessoa

recebe/recebeu na realidade (9.3.1.), ela apresenta-se enlaçada nos discursos referentes à dimensão formas de suporte social (11.), pelo que mais adiante será dada atenção a este aspeto.

Na categoria suporte social percecionado (9.1.) surgiram testemunhos como:

E3 – “[rede de suporte disponível] Têm! Sem dúvida alguma! E sentem-se satisfeitos...nota-se a distância. Eles [Caso 4 e Caso 5] não dizem, mas vê-se! Principalmente o de cá [Caso 4], não é? Fazem-lhe a comida e lavam-lhe a roupa!”

E5 – “[rede de suporte disponível] Eu creio que sim, por toda a trajetória de vida dela [Caso 8]. Certamente tem boas redes que lhe satisfazem as suas necessidades à medida que vão surgindo.”

E6 – “Eu acho que ela [Caso 9] está satisfeita, mas lá está, pode também lhe causar alguma ansiedade na medida em que a rede não é muito grande, acho que não é. Da maneira como estou a ver a rede, acho que não é, mas... á partida... há uma das pessoas dessa rede que à partida não falha.”

E7 – “Eu acho que sim [rede de suporte disponível]. Insatisfeitos somos nós por natureza, mas não quer dizer que haja um dia olha o que é que aconteceu, aquela já uns dias que não me liga, porque acabam por ser um bocadinho inseguras. (...) Elas [Caso 10, Caso 11, Caso 12] têm muito medo do abandono, mas sim, têm esse suporte, porque sempre que precisam de alguma coisa, vêm a nós, a nós que trabalhamos na Instituição e aos amigos, que são a família.”

E9 – “[rede de suporte disponível] Têm. (...) Com os apoios económicos não se sentem nada satisfeitos, com a rede não sei, mas devem sentir.”

No que concerne à perspetiva dos participantes relativamente ao suporte que os indivíduos nomeados percecionam receber, verificámos que todos os participantes afirmaram acreditar que os indivíduos bem-sucedidos sentem a existência de redes com a disponibilidade (9.1.1.) para oferecer apoio quando estes necessitam. Por outro lado, e no que se respeita à satisfação (9.1.2.) com a disponibilidade e também com os próprios apoios, à exceção de um participante que referiu que o indivíduo que nomeou não se encontra satisfeito com os apoios em termos monetários, todos os outros participantes acreditam que os indivíduos bem-sucedidos se encontram satisfeitos.

Quanto à categoria envolvimento social (9.2.), constatou-se a presença de indicadores do grau de envolvimento social da pessoa (9.2.1.), em verbalizações como as seguintes:

E1 – “O [Caso 1], tem uma atividade desportiva, o Futebol. Sai com os amigos e envolve-se em outras coisas na comunidade. É assim... música e escoteiros, isso não é muito a onda dele... mas se a gente o vê [Caso 1] ali no café, não é uma pessoa como a gente, mas é uma pessoa que se enquadra na imagem que ali está. É um lavrador, como outro qualquer! Tem os mesmos interesses, a mesmas... está bem integrado nesse contexto. O ano passado ajudou um senhor numa coisa (...), vai ao café, está com os amigos, vem às festas, ajuda as pessoas na comunidade. (...) O [Caso 2] (...) é um jovem que vive muito para o trabalho... para a família e para o trabalho. Mas gosta de se divertir e ir às festa, ver futebol... faz atividades de lazer e prazer com as pessoas que gosta. Eu acho que é isso, fazem aquilo que lhes dá prazer.”

E3 – “Olha, a Associação de (...), Futebol, ou qualquer outra atividade que aquela Associação dinamize. Aqui na freguesia participa, porque ele [Caso 4] está inscrito na Junta e desde que haja atividades ele vai! Se ele gosta... ah minha filha, não lhe agentas (riu)! O segundo caso [Caso 5], não te posso dizer muito bem porque já não está aqui connosco, mas sempre participou. No exército, no Lar, mesmo depois de sair daqui... vem e sai connosco! Eles integram-se nas atividades que propomos e têm amigos e saem como qualquer pessoa [Caso 4 e Caso 5].”

E7 – “Sim...sim. Elas [caso 10 e caso 11] andaram nos Escuteiros e na Ginástica Artística. (...) Atualmente as três participam em atividades na comunidade e com os amigos.”

E8 – “A segunda [Caso 14] esteve nos Escuteiros muitos anos, aliás quando foi acolhida já lá estava. As outras não tinham nada, a primeiro então [Caso 13], bem que agente queria mas ela dizia que nunca gostava de nada. Agora com as pessoas próximas sim, sem dúvida, vão acampar, todas elas adoram acampar! Vão acampar, vão ver os concertos que gostam, vão todas para a maré de agosto... o que é normal na sociedade elas vão e elas fazem.”

E10 – “Ele [Caso 20] é Vice-Presidente da Junta de Freguesia de (...), este verão realizou várias atividades com as crianças e jovens da sua freguesia, participa todos os anos ou como treinador ou como selecionador do futebol de rua. Ele é muito dinâmico e gosta muito de realizar atividades para os jovens e com os jovens. Organiza na Freguesia e com os jovens aqui da Instituição. É muito muito dinâmico.”

Nesta categoria (9.2.), averiguámos que, de acordo com os nossos participantes, todos os indivíduos nomeados como bem-sucedidos têm boas ligações com os outros no meio social, apresentando um bom grau de envolvimento social da pessoa (9.2.1.). Verificámos que, embora tenham estado integrados em organizações desportivas no

passado, atualmente, a grande maioria dos indivíduos bem-sucedidos (total de 22 casos) restringe-se a contatos de lazer e de socialização com as pessoas que lhes são próximas, como cônjuges, descendentes, familiares, amigos e outras pessoas da comunidade. Concomitantemente, evidenciámos que dois indivíduos apresentam um papel ativo na sua comunidade, através da participação em organizações e associações desportivas e comunitárias, entre os quais um também se dedica ao desenvolvimento de ações em prol do bem da comunidade.

Passaremos agora a focar-nos nas dimensões fontes do suporte social (10.) e formas do suporte social (11.), por julgarmos não ser possível separar unidades de significação dos discursos dos participantes, sem se perder a noção da sua perspetiva como um todo. Em relação a essas dimensões do suporte social, obtivemos relatos como:

E2 – “Acho que todas aquelas instituições e pessoas que passaram pela vida desses jovens, tentaram os marcar de alguma maneira, quer a nível do Lar, que tenta desde o primeiro dia trabalhar para o bom desenvolvimento desse jovem, quer a nível da saúde, hospital, centro de saúde, intervenção médica, quer também a nível escolar e da comunidade...os grupo que existem na comunidade. (...) Os Dirigentes Desportivos. (...) Todos esses serviços e pessoas que os constituem as redes de suporte destes jovens [Caso 1, Caso 2, Caso 3] deram suporte ao nível do apoio moral, do reforço, de orientação, damos informações importantes para a vida deles.”

E5 – “[Caso 8] As duas Instituições, nós e a Universidade. Apoiamos a todos os níveis, não é? Apoiamos, orientamos, aconselhamos, financiamos, ajudamos, ensinamos... enfim, apoiamos a todos os níveis.”

E6 – “Os apoios por parte das pessoas da Instituição foram fundamentais. O carinho, o afeto e tudo mais. Isso ajuda uma pessoa a manter-se na vida, dá confiança à pessoa para seguir sozinha. O Tribunal foi muito importante em ter-lhe deixado lá estes anos todos (riu) e não ter decidido ela ir para lado nenhum! Instituições e serviços... pronto, depois quando ela [Caso 9] saiu do Lar ela também precisou de fazer ali um RSI, pronto houve ali uma indicação qualquer sobre que rendimentos ela podia ter, houve também aqui algum apoio da Ação Social da freguesia, nessa situação foi fundamental. A bolsa, na universidade ela teve uma bolsa muito boa e acho que também a partir daí ela sentiu aquela segurança financeira para opá se eu quiser sair do Lar eu saio, e deu esse passo. Passado um ano e meio de estar na Universidade ela saiu. (...) Porque acho que ela falou lá com os serviços de ação social da Universidade e deve ter planeado as coisas. Olha vais, podes ir para a residência e recibes estas coisas. Eu acho que ela teve assim esses apoios. Depois em mais novinha, elas eram acompanhadas todas no

Centro de Saúde pelo mesmo Médico, também com uma boa relação com o Centro de Saúde, tudo o que se precisava, normalmente eles eram impecáveis.”

E7 – “Os Escuteiros, como já referi, foram um suporte muito grande, porque eles levavam-nas a conhecer outras crianças, a conviver, têm uma rotina, uma regra, a partilha e costumes muito vincados, e ensinar-lhes muitas coisas para vida, porque acabam por estarem com crianças, com crianças, sozinhas por si, que são obrigadas a não terem o suporte do pai ou da mãe, não é, que nestes casos fomos nós, a Instituições, que não íamos estar a vestir, a fazer a comida [Caso 10 e Caso 11]. (...) [a Instituição] Olha, eu acho que troço essencialmente amor. Não quer dizer que foram todos os elementos da Instituição, mas acho que foi amor e o reforço positivo [Caso 10 e Caso 11]. (...) Eu acho que os Escuteiros foram um ensinamento para elas e um meio de encontrarem outros amigos [Caso 10 e Caso 11].”

E9 – “[Caso 17, Caso 18 e Caso 19] A escola foi importante. Os rotários devam algum apoio financeiro quando um foi fazer o curso para a universidade. O Lar foi importante, não é, por todos estes motivos que já falei. A segurança Social foi importante durante alguns meses porque subsidiou um apartamento de autonomização, mas foi com muito pouco dinheiro que depois foi cortado sem motivo aparente. O Karaté foi muito importante. A empresa um deles [Caso 19] fez estagiar T foi muito importante também. A universidade também foi muito importante, a Associação Académica foi muito importante para este miúdo. O Hospital também foi muito importante, porque este miúdo daqui teve muito apoio por parte da psiquiatria do Hospital, aqui e no continente também. (...) Este miúdo [Caso 18], a empresa dele tornou-se uma família. A família da namorada tornou-se família dele.”

E10 – “A própria Instituição, os Monitores, a namorada, a própria família da namorada, o orientador de curso, a funcionária aqui do Lar...foram todas estas pessoas. (...) Foram todas pessoas importantes porque apoiaram o seu percurso de vida e estiveram sempre presentes na vida dele, quer durante quer após o acolhimento [Caso 20]. Foram importantes porque apoiaram a nível da orientação, supervisão, aconselhamento.... a senhora daqui até foi mais uma figura maternal, deu afeto, carinho, portanto prestou-lhe tudo aquilo que era necessário e que ele [Caso 20] não tinha. Muita orientação, muita supervisão, muito aconselhamento e da parte dos afetos tinha desta Senhora e teve da namorada e família dela. (...) Os Monitores ajudaram também na procura ativa de emprego, na elaboração do currículo e através de conhecimentos conseguimos integrá-lo no mundo de trabalho [Caso 20].”

E12 – “A Instituição foi importante, a família das esposas foi muito importante, em termos do trabalho o apoio que têm dos colegas e dos patrões, acho que foram e são tudo coisas e apoios importantes” Caso 22 e Caso 23].”

E13 – “Para começar os pais. A Instituição, a nossa, porque foi onde ela esteve. A escola, porque ela começou a fazer um bom grupo de amigos e havia um miúdo que ela dava-se muito bem com ele, era uma boa referência na altura. Ela recebeu apoios em termos de dinheiro, conselhos, uma força e orientações.”

Quanto à dimensão fontes (10.), constituída pela categoria tipo de fontes (10.1.) e subcategorias informais/pessoais (10.1.1.) e formais/impessoais (10.1.2.), verificámos que os discursos dos participantes apontam que todos os indivíduos nomeados apresentam redes de suporte social. As redes de suporte desses indivíduos são compostas por familiares dos próprios e das famílias e respetivos cônjuges ou companheiros(as), por amigos, colegas de trabalho, elementos das Instituições de acolhimento e das Associações desportivas, estabelecimentos de ensino, organizações e grupos sociais, empresas privadas e, ainda, por profissionais dos serviços de saúde. Notámos que todos os indivíduos considerados pelos nossos participantes como detentores de uma trajetória de vida de sucesso recebem suporte por parte de redes formais e informais. Destacamos o papel da Instituição, pois, por ser “a casa que acolheu” os indivíduos bem-sucedidos enquanto crianças/jovens e por ter sido a “segunda família” dessas pessoas, acabou por ser uma fonte formal, mas com um carácter muito pessoal.

A partir dos discursos dos participantes, foi-nos possível identificar alguns tipos de suporte/apoios que foram sendo prestados pelo vasto leque de elementos que formam a rede de suporte dos indivíduos em foco. Entramos agora na dimensão referente às formas de suporte social (11.), que se divide em quatro categorias, nomeadamente apoio emocional (11.1.), apoio informacional (11.2.), apoio instrumental (11.3.) e apoio do convívio social (11.4.), compostas por subcategorias designadas pelo mesmo nome que as anteriores.

Todos os participantes referiram que as redes de suporte social anteriormente identificadas oferecem apoio emocional (11.1.1.) ou afetivo, através de expressões de empatia, carinho, elogio, encorajamento e feedback positivo. A maioria dos participantes (N=9) também referiu a existência de apoio informacional (11.2.1.) na vida dos indivíduos que nomearam (total de 17 casos), através do aconselhamento, orientação e cedência de informações importantes para a vida dos mesmos. O apoio instrumental (11.3.1.) foi mencionado por seis participantes, que referiram que os indivíduos por eles nomeados (total de 14 casos) receberam apoios materiais e na realização de tarefas. Por sua vez, o apoio do convívio social (11.4.1.) foi abordado por quatro participantes, que afirmaram que os indivíduos (total de 12 casos) recebem apoio através da realização de atividades de lazer e/ou culturais.

Relativamente ao efeito que esses apoios têm tido na vida dos indivíduos nomeados, contemplados na dimensão funções do suporte social (12.), os participantes relataram aspetos como:

E1 – “Eu acho que além das questões mais pragmáticas dos cuidados básicos, eu acho que só o fato das pessoas estarem ali... e estarem disponíveis. É um apoio afetivo securizante, não é? O eles saberem que as pessoas estão ali disponíveis para os ouvir e ajudar caso eles precisarem no que for preciso... É isso no caso do (caso 1) é muito importante, não é? São pessoas que estão ali e que não vão desaparecer de um momento para o outro. Isso só pode ter reflexos positivos nas relações desses jovens, sentem-se mais reconhecidos e acarinhados... e eu acho que é por aí que passa o sucesso.”

E2 – “(...) Acho que isso para eles [Caso 1, Caso 2, Caso 3] é uma mais-valia, porque quando não têm família, nem um recurso a quem recorrer, eles sabem que a Instituição tem sempre a porta aberta, isso é tido a todos os jovens quando saem daqui. Se alguma coisa for preciso, da nossa parte a porta está aberta, quer o gabinete Técnico, quer a nível da Direção da própria Instituição... eles têm sido impecáveis nesse sentido. (...) Acho também que foi a estabilidade dos jovens... no caso desses jovens em concreto [Caso 1, Caso 2, Caso 3]. Uma maior estabilidade, acesso à educação, apreensão de valores e normas sociais, um sentimento de pertença aqui da zona, sentir-se integrado... não sentir-se com aquele estigma que agente vê muitas vezes, e o rótulo que muitas vezes é colocado nas pessoas que estão em Instituição.”

E3 – “A Associação de (...) tem sido uma Instituição muito importante na vida dele [Caso 4]. Acho que tem o apoiado a muitos níveis! Acolheram-no, ele sente-se integrado, participa em tudo, gostam dele, ele adora lá estar e eu acho que isso foi muito importante. Também acho que essa Instituição [Lar] foi muito importante para ele e para o outro também [Caso 5]. Mas nesse [Caso 4] teve efeitos muito, muito positivos e bem visíveis, porque a educação dele foi feita cá, as bases dele foram feitas cá, os valores foram desenvolvidos cá, não é? Ele aprendeu e evoluiu cá! E depois sempre teve toda aquela resposta em termos de apoios por parte da Instituição, não é? E ainda tem.”

E4 – “(...) Esses apoios ajudaram-nas [Caso 6 e Caso 7] a ser quem são e a reconhecerem aquilo que valem. (...) Pelo que conheço, em relação à Polícia [Caso 7], que é a que eu contato mais, a nível de apoio social, para ela não necessita, mas para a família, tenho ouvido comentários sempre positivos. Ele pede ajuda para os ajudar e tem tido as respostas que necessita.”

E5 – “O efeito foi muito positivo, acho que ajudou-a [Caso 8] a ter um curso e a exercer na mesma área, na medida em que a apoiamos e fomentamos a creditação das suas capacidades. Ela sentia que nós acreditávamos nela e acho que isso foi positivo.”

E6 – “(...) Os apoios deram alguma segurança, de ela se autonomizar, porque vontade ela já tinha, faltava-lhe o resto, capacidade de estruturar as coisas [Caso 9].”

E7 – “Os Escuteiros, como já referi, foram um suporte muito grande, porque eles levavam-nas a conhecer outras crianças, a conviver, têm uma rotina, uma regra, a partilha e costumes muito vincados, e ensinar-lhes muitas coisas para vida, porque acabam por estarem com crianças, com crianças, sozinhas por si, que são obrigadas a não terem o suporte do pai ou da mãe, não é, que nestes casos fomos nós, a Instituições, que não íamos estar a vestir, a fazer a comida [Caso 10 e Caso 11]. (...) [a Instituição] Olha, eu acho que troço essencialmente amor. Não quer dizer que foram todos os elementos da Instituição, mas acho que foi amor e o reforço positivo [Caso 10 e Caso 11]. (...) Eu acho que os Escuteiros foram um ensinamento para elas e um meio de encontrarem outros amigos [Caso 10 e Caso 11].”

E11 – “Bons efeitos. Elas até mais novas que eu dão-me muitos bons conselhos que me têm ajudado muito [Caso 21] e também se elas precisarem eu estou aqui, posso ter um coração de pedra, mas se alguém precisa de alguma coisa, se eu tenho eu ajudo. Eu gosto de ajudar quando posso, se não posso uma boa conversa também é sempre um apoio, não é? [Caso 21].”

E12 – “[Caso 22 e Caso 23] Recebem conselhos, orientações, uma palavra amiga, um incentivo... acho que isso os mantém acho que isso é importante. E mesmo para não vacilarem, o apoio da família tem sido muito importante.”

Os testemunhos dos participantes relativamente aos efeitos do suporte recebido nos indivíduos considerados por eles como bem-sucedidos, inseriram-se nas categorias attachment/vinculação (12.1.), alianças estáveis (12.2.), orientação (12.3.), integração social (12.4.), reconhecimento do valor pessoal (12.5.) e oportunidade de prestação de cuidados (12.6.), que por sua vez são compostas por subcategorias do mesmo nome.

Relativamente à primeira subcategoria, attachment/vinculação (12.1.1.), verificámos que a maioria dos participantes (N=7) afirmaram que o suporte que os indivíduos receberam (total de 14 casos) proporciono-lhes sentimentos de proximidade emocional, sentimentos de segurança e de aprovação emocional, o que, pelo entender dos participantes, foi um dos pilares para o desenvolvimento das trajetórias de vida sucesso desses indivíduos.

Três participantes evidenciaram que o suporte social proporcionou aos indivíduos que nomearam (total de 5 casos) a sensação da existência de uma relação forte e segura com as pessoas que são significativas para os mesmos, como é o caso de elementos da Instituição, cônjuges e familiares. Embora apenas estes participantes tenham referido a sensação de alianças estáveis (12.2.1.), no momento em que explorámos o suporte social percebido, todos os participantes afirmaram perspetivar que os indivíduos sentem que existem pessoas disponíveis para os ajudar quando necessitam (subcategoria 9.1.1.). Deste modo, mesmo não tendo sido referido quando se questionou acerca dos efeitos do suporte social na trajetória de vida dos indivíduos, com base nos discursos dos participantes, entendemos que todos os nomeados experienciam relações fortes e seguras com as pessoas que lhes são significativas.

Apurámos ainda que, de acordo com seis participantes, os indivíduos sentem usufruir de orientação (12.3.1.), na medida em que as redes de suporte apoiam através do fornecimento de informações e de conselhos importantes para as trajetórias de vida dos indivíduos bem-sucedidos (total de 7 casos).

A partir das perspetivas de seis participantes, percebemos que o apoio social atou ao nível da integração social (12.4.1) na grande maioria dos indivíduos bem-sucedidos (total de 15 casos), sequência da existência de laços sociais significativos entre os indivíduos nomeados e as pessoas que constituem as redes de suporte social.

Na visão de seis participantes, o suporte que as redes proporcionam aos indivíduos bem-sucedidos (total de 10 casos), fomentou o reconhecimento do valor pessoal (12.5.1.), visto que as mesmas promoveram a valorização de capacidades.

Por último, importa referir que quatro participantes afirmaram que a existência de laços com pessoas significativas proporcionou aos indivíduos que nomearam (total de 6 casos) a oportunidade de prestação de cuidados (12.6.1.), nomeadamente a familiares e amigos.

Os resultados por nós encontrados na dimensão facetadas do suporte social (9.), vão ao encontro da pesquisa efetuada. Tal como mencionam Neves e Pereira (2009), muitas vezes, os indivíduos sentem obstáculos na resolução de determinadas situações, necessitando por isso de recorrer a pessoas que lhes são significativas. O grau de envolvimento social da pessoa (9.2.1.), ou seja, as ligações que os indivíduos mantêm com os outros no meio social, através da participação em organizações comunitárias, estado civil, contactos com pessoas da família, amigos e outros,

representam um papel fundamental aquando do surgimento de obstáculos, pois podem oferecer ao indivíduo apoio (*Idem*). Essa disponibilidade (9.1.1) dos outros em fornecer suporte social transmite ao indivíduo a sensação que não está sozinho, o que por sua vez aumenta o seu sentimento de segurança e de eficácia para a resolução dos obstáculos. Tal como refere Sarason (1974), se as redes de suporte social prestam apoios quando os indivíduos sentem necessidade, e se são apoios úteis para a vida dos mesmos, estes tendem a sentir-se satisfeitos (9.1.2.) com a disponibilidade e apoio por parte dessas mesmas redes.

No que se respeita às dimensões fontes (10.) verificámos a presença de redes de suporte formais e informais. Na perspetiva dos participantes neste estudo, apurámos que mesmo os indivíduos com redes de suporte mais pequenas sentem que existem pessoas disponíveis para os ajudar quando necessitam. Fazem parte dessa rede, e tal como encontramos em Ribeiro (1999), pessoas próximas aos indivíduos, como familiares, amigos, colegas de trabalho, Padre, grupos sociais, organizações e os profissionais dessas organizações, tais como Médicos, Assistentes Sociais, Enfermeiros, Psicólogos, entre outros.

Quanto às formas do suporte social (11.) proveniente dessas redes, através dos testemunhos dos participantes, verificámos que, tal como conceptualizam House e Kahn (1985, ref. por Cohen, 2004), os indivíduos bem-sucedidos têm recebido apoios em termos emocionais, informacionais, instrumentais e convívio social. Na dimensão funções do suporte social (12.), verificámos que esses apoios têm surtido efeitos muito positivos na trajetória de vida dos indivíduos nomeados pelos participantes como detentores de uma trajetória de vida de sucesso. Tal como mencionado em Moreira e Canaipa (2007), o suporte fornecido aos indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional, promoveu o desenvolvimento de sentimentos de proximidade emocional, sentimentos de segurança e de aprovação emocional (attachment/vinculação – 12.1.) e o desenvolvimento da sensação de existirem alianças estáveis (12.2.). Ademais, o suporte social produziu efeitos positivos ao nível da orientação (12.3.), integração social (12.4.), reconhecimento do valor pessoal (12.5.) e oportunidade de prestação de cuidados (12.6).

Pelos resultados encontrados, consideramos que o suporte social fornecido aos indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional constitui-se como um fator protetor do desenvolvimento dos indivíduos e promotor do desenvolvimento das suas trajetórias de vida de sucesso.

10. Considerações finais

Apresentamos agora uma breve síntese dos resultados que emergiram da análise aos discursos dos Técnicos e Ajudantes de Lar ao serviço de instituições de acolhimento infantojuvenil. Destacamos que embora tenhamos explorado com maior aprofundamento as tendências mais emergentes nos discursos dos nossos participantes, também atendemos às referências a significados singulares, tendo em conta que cada participante apresenta um testemunho pessoal sobre a vida de um ou mais indivíduos, cada um com as suas histórias e características individuais. Consideramos que essa diligência facultou o acesso a uma maior diversidade e aprofundamento das perspetivas acerca das vinte e quatro trajetórias de vida de sucesso identificadas pelos participantes.

Com a análise por nós realizada, baseada nos objetivos da investigação e desenvolvida à luz da pesquisa efetuada, verificámos que, na perspetiva de pessoas ao serviço de Instituições de acolhimento infantojuvenil, uma trajetória de sucesso nesse contexto relaciona-se com as conquistas e ações dos indivíduos, nos mais variados campos da sua vida. Apurámos que todos os participantes consideram que o sucesso de indivíduos que experienciaram o acolhimento durante um longo período de tempo passa pela conquista e manutenção de um posto de trabalho. Por sua vez, grande parte dos participantes perspetiva que o sucesso passa primeiramente pela obtenção de um grau de escolaridade, o que mais tarde permite ao indivíduo obter um emprego. A constituição de uma família estruturada, onde existe, para além de aceitação e harmonia, o fornecimento de suporte social, aparece também como um ponto muito focado pelos participantes no que concerne às suas visões de sucesso em indivíduos que estiveram institucionalizados enquanto crianças/jovens. Embora em menor número, existiram três representações de trajetórias de vida de sucesso associadas ao estabelecimento de relações seguras, ao sucesso emocional, ao sucesso financeiro baseado na estabilidade económica e ausência de apoios sociais. Existiu ainda uma referência a trajetórias associadas ao sucesso baseado na saúde física e mental dos indivíduos que viveram nas Instituições de acolhimento.

Relativamente às atribuições de causalidade feitas pelos participantes acerca da ocorrência dessas trajetórias de vida bem-sucedidas, verificámos que a maioria atribui o sucesso ao esforço e capacidade dos indivíduos nomeados, embora reconheçam que também existiu alguma sorte e facilidades, na medida em que foram facultadas oportunidades. Referiram ainda que se essas oportunidades surtiram um efeito positivo, foi porque os indivíduos lutaram e souberam as aproveitar. Por outro lado, a própria história de vida, o afastamento da família, a institucionalização e a

discriminação da sociedade são perspetivadas pelos participantes como uma dificuldade na vida dos indivíduos que nomearam, afirmando que atribuem o sucesso aos fatores internos, ou seja, ao esforço e a capacidade.

No que concerne a outros motivos que levam os participantes a considerar os indivíduos que nomearam como detentores de uma trajetória de vida de sucesso, identificamos que os mesmos atribuem a ocorrência dessas trajetórias às características da personalidade, à ocupação, à evolução que os mesmos tiveram nas suas vidas e às ações desempenhadas. Destacamos também que mais de metade dos participantes atribui o sucesso à constituição de uma família. Por sua vez, três participantes mencionaram ainda a existência de um contributo de fatores associados ao percurso institucional.

Relativamente a experiências de mestria dos indivíduos em foco, sobressaíram aspetos relacionados com as conquistas no âmbito familiar/relacional, escolar/académico e profissional, o que segundo os participantes, promoveu e continua a promover a concretização de outras conquistas. Enquanto trabalhavam para o sucesso, de acordo com os participantes, a maioria dos indivíduos experimentavam estados fisiológicos e psicológicos de calma, descontração e confiança. Por outro lado, os participantes referiram que alguns indivíduos apresentavam estados fisiológicos e psicológicos mais negativos, como ansiedade, stress e medo. Após alcançarem as suas conquistas, os indivíduos sentiam orgulho, o que por sua vez aumentou a creditação que tinham das suas capacidades.

Quanto às experiências vicariantes, verificámos que todos os participantes referiram que os indivíduos bem-sucedidos tiveram modelos que foram muito importantes nas suas trajetórias, como é o caso dos pares e adultos das Instituições que os acolheram.

Por sua vez, segundo todos os participantes, a creditação das capacidades dos indivíduos detentores de uma trajetória de vida de sucesso foi fomentada pela presença de persuasões/pressões sociais, onde se encontra a predominância e efeito positivo dos elogios, embora também se presencie a existência de algumas críticas.

No que se respeita a fatores protetores do desenvolvimento presentes e associados às trajetórias de vida de sucesso dos indivíduos nomeados, relativamente a fatores individuais, os participantes destacaram o papel positivo das capacidades sociais e emocionais, do temperamento fácil, do otimismo, do nível de autonomia, do autocontrolo, dos desempenhos escolares e da presença de capacidades para estabelecer e manter relações próximas com os outros. Na perspetiva dos

participantes, estas características individuais contribuíram muito para a ocorrência das trajetórias de vida de sucesso dos seus nomeados.

As estratégias de coping que os sujeitos recorrem quando estão na presença de obstáculos foi outro aspeto considerado pelos participantes como um contributo para as trajetórias de vida bem-sucedidas, visto que a grande maioria dos indivíduos tem como reação uma ação direta ou/e a busca de apoio social, o que lhes permite lidar eficazmente com os obstáculos, embora dois deles tendem a reagir primeiramente com expressões emocionais. Por outro lado, um participante referiu que os indivíduos que nomeou tendem a reagir pela agressividade (total de 3 casos) e um outro que referiu a evitação (total de 1 casos), pelo que nesses casos as estratégias não atuaram como um fator protetor, sobressaindo assim o papel das características individuais supramencionadas.

Quanto a fatores protetores relacionados com os contextos familiares presentes e importantes para o desenvolvimento das trajetórias de sucesso, a maioria dos participantes sublinham o papel da aceitação e suporte por parte dos(as) cônjuges/companheiros(as) e respetivos familiares (dos anteriores e dos próprios indivíduos) e a estabilidade existente nas relações que os sujeitos estabelecem com esses elementos. A harmonia e coesão familiar foi também apontada pelos participantes como um marco importante na trajetória de vida da maioria dos indivíduos bem-sucedidos. Existiram ainda algumas referências à importância do estabelecimento de responsabilidades, expressão de afeto, e confiança provenientes desses contextos familiares, ou seja, da família biológica e da família constituída.

No que diz respeito aos fatores ligados ao contexto institucional, presentes e perspectivados como contributos importantes para os percursos de vida dos indivíduos, as relações estabelecidas com os pares e principalmente com os adultos foi, segundo todos os participantes, um pilar fundamental no desenvolvimento dessas trajetórias de vida bem-sucedidas. Por outro lado, e em sequência dessas relações, a apreensão de normas e valores enquanto acolhidos, foi também um aspeto que se sobressaiu nos discursos de todos os participantes. O acesso à educação foi também uma oportunidade perspectivada pela grande maioria dos participantes como um fator importante na trajetória de vida dos indivíduos por estes nomeados. Ademais, mais de metade dos participantes fizeram alusões ao contributo do acesso à saúde, existindo ainda, embora em menor número, referências às atividades extracurriculares cuja frequência foi incentivada pelas Instituições.

Relativamente à importância do suporte social nas trajetórias de vida dos indivíduos considerados pelos participantes como bem-sucedidos, evidenciou-se a que

a sua presença foi fulcral para o desenvolvimento dessas trajetórias e para a estabilidade dos indivíduos. Todos os participantes perspetivam a existência de pessoas disponíveis a fornecer suporte quando os indivíduos necessitam, acreditando que, à exceção de um caso, todos se sentem satisfeitos com as redes e com o suporte recebido. Na perspetiva dos participantes, o envolvimento social dos sujeitos por eles nomeados permitiu o estabelecimento de redes de suporte social informais/pessoas e formais/impessoais. Nesse aspeto, sobressaem os papéis dos familiares, cônjuges/companheiros(as), amigos, membros da Instituição, de grupos desportivos/sociais e da comunidade em geral e, ainda, o papel de serviços comunitários, como os de saúde e de educação.

Esses elementos que compõem a rede de suporte dos indivíduos bem-sucedidos forneceram maioritariamente apoios emocionais, informacionais e instrumentais, existindo também a presença de referências ao apoio do convívio social. Em termos os efeitos que esses apoios têm tido na vida dos indivíduos bem-sucedidos, segundo a maioria dos participantes o mesmo conferiu principalmente relações de vinculação, pelos sentimentos de proximidade emocional, sentimentos de segurança e de aprovação emocional, e ao nível da integração social. Por outro lado, existiram também testemunhos que relevam a função orientação e o reconhecimento do valor pessoal. Embora em menor número, ocorreram ainda algumas referências à oportunidade de prestação de cuidados e uma às alianças estáveis.

Por fim, e como forma de terminamos este capítulo, onde apresentámos, analisámos e discutimos os resultados emergentes, elucidamos que, embora se tenham identificado, tanto na literatura, como nos discursos dos nossos participantes, fatores protetores comuns e perspetivados como importantes contributos para as trajetórias de vida de sucesso em contexto de acolhimento, cada indivíduo apresenta uma história de vida idiossincrática e única, havendo assim uma multiplicidade de combinações de fatores envolvidos.

Em seguida e para terminarmos a nossa exposição, tecemos as considerações finais do estudo, referindo as conclusões gerais, limitações e, ainda, implicações e sugestões para futuras investigações.

CONCLUSÕES

Concluída a apresentação, análise e discussão dos resultados, explanamos agora uma reflexão relativamente ao desenvolvimento global e às conclusões desta investigação. Evidenciamos também os principais obstáculos sentidos na realização deste estudo, terminando com a apresentação de algumas sugestões para investigações futuras.

Quando o assunto se relaciona com indivíduos institucionalizados, frequente ouvirem-se referências às suas dificuldades e limitações, como o insucesso escolar, o consumo de estupefacientes ou os comportamentos agressivos, e outros rótulos discriminatórios que a sociedade atribui a estes indivíduos. Tal como refere Martins (2005), normalmente as crianças e jovens acolhidos tendem a manifestar problemas em várias áreas do desenvolvimento, nomeadamente a nível cognitivo, físico, psicossocial e linguístico, que nem sempre são ultrapassados com o acolhimento numa Instituição.

Foi da nossa primordial intenção oferecer um outro olhar sobre as crianças e jovens institucionalizados, explorando as perspetivas de sucesso de Técnicos e Ajudantes de Lar ao serviço de Instituições de acolhimento infantojuvenil. Esta opção sustenta-se em sempre termos acreditado que as crianças e jovens que vivem longos períodos de tempo em Instituições de acolhimento podem ter acesso a fatores protetores do desenvolvimento e a contextos estruturados e que tal pode contribuir para que assumam o controlo sobre as suas próprias vidas.

Partindo da revisão de literatura efetuada e da análise dos dados recolhidos através de entrevistas semiestruturadas, procurou-se conhecer o que pessoas ao serviço de Instituições de acolhimento consideram ser uma trajetória de vida de sucesso em indivíduos com um passado de vivência prolongada em contexto institucional. Ademais, partindo das perspetivas das pessoas ao serviço de Instituições de acolhimento, intencionámos perceber que fatores protetores do desenvolvimento estiveram presentes nessas trajetórias de vida consideradas como bem-sucedidas.

Respondendo à questão central que norteou esta investigação: *“O que é considerado uma trajetória de vida de sucesso em indivíduos com um passado de vivência prolongada em contexto institucional?”*, na perspetiva das pessoas ao serviços das Instituições de acolhimento, uma trajetória de vida de sucesso nesse contexto passa por um desenvolvimento integral e saudável e pela concretização de papéis que a sociedade normalmente atribui a pessoas adultas ou jovens adultos. Ou seja, para os Técnicos e Ajudantes de Lar ao serviço de Instituições de acolhimento infantojuvenil, um indivíduo é detentor de uma trajetória de vida de sucesso quando se encontra bem

realizado nos vários campos da sua vida, nomeadamente ao nível escolar, profissional, familiar, financeiro, relacional, emocional e ao nível da saúde física e mental.

Ao procuramos responder à questão "*Quem são os indivíduos com um passado de vivência prolongada em contexto institucional detentores de uma trajetória de vida de sucesso?*", observamos que os indivíduos referenciados pelos participantes são maioritariamente adultos e com descendentes, havendo ainda referência a jovens adultos. As idades desses indivíduos variam entre os 20 e os 54 anos de idade e existe uma distribuição considerada equilibrada entre os indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino. Destaca-se a grande diversidade de profissões e níveis de escolaridade dos indivíduos bem-sucedidos, existindo padrões mais elevados do que outros, como é o caso de profissões que exigem a conclusão do Ensino Superior e outras que exigem um nível de ensino consideravelmente mais baixo, existindo ainda casos em que os indivíduos optaram pelo Ensino Profissional.

Relativamente à questão "*Que motivos e que fatores (de natureza interna e externa) contribuem para o reconhecimento dessas pessoas como detentoras de uma trajetória de vida de sucesso?*", e no que concerne aos motivos conducentes às perspetivas de sucesso, que também são atribuições, verificámos que os participantes fizeram referência a fatores internos, como as características da personalidade, a ocupação, a evolução na vida e ações desempenhadas pelos indivíduos, assim como a fatores externos, nomeadamente a constituição de uma família e as oportunidades aproveitadas durante o percurso de acolhimento. Ademais, os resultados apontaram que os participantes atribuem o sucesso maioritariamente a causas internas como o esforço e a capacidade, em detrimento das causas externas como o destino (sorte/azar) e as dificuldades/facilidades na vida. Por sua vez, a existência de experiências de mestria, de estados fisiológicos e psicológicos de calma/confiança e descontração, de experiências vicariantes e de elogios, assumem-se como fontes de autoeficácia, que atuaram ao nível da confiança e creditação das capacidades. Estes resultados parecem corroborar com as conclusões de estudos no âmbito das perspetivas de sucesso, atribuições causais e autoeficácia, como é o caso dos resultados encontrados por Bartal e Daron (1977), Bandura (1986, 1997), Pajares (2005), Santos (2010) e Correia (2012).

Com a segunda parte da nossa questão de investigação principal, nomeadamente "*Na perspetiva das pessoas ao serviço de Instituições de acolhimento, que fatores protetores do desenvolvimento estiveram presentes nessas trajetórias de vida consideradas como bem-sucedidas?*", identificámos o importante contributo de fatores ligados aos indivíduos, aos seus contextos familiares e ao contexto de acolhimento, sobressaindo o papel do suporte social no desenvolvimento dessas trajetórias de vida

bem-sucedidas. Deste modo, e ao explorarmos a questão “*Que fatores protetores do desenvolvimento estiveram presentes na trajetória de vida dos indivíduos, com passado de vivência prolongada em contexto institucional considerados como bem-sucedidos?*”, a partir dos discursos dos participantes concluímos que as trajetórias de vida de sucesso em foco ao longo deste estudo tiveram como fio condutor os seguintes fatores:

- A nível individual, destaca-se influência e presença de estratégias de *coping* positivas (i.e. ação direta e/ou busca de apoio social), capacidades sociais, capacidades emocionais, temperamento fácil, otimismo, autonomia, autocontrolo, desempenhos escolares e relações de proximidade emocional. Estes fatores aparecem apontados na literatura como fatores que promovem o desenvolvimento dos indivíduos, logo, parecem promover a ocorrência de trajetórias de vida de sucesso (Dell’Aglío, 2000; Fonseca, 2004; Schenker & Minayo, 2005; Coelho & Murta, 2007; Poletto & Koller, 2008; Freitas, Simões & Martins, 2011);
- A nível familiar, sobressaem os vínculos positivos e significativos estabelecidos com elementos da família biológica, com cônjuges/companheiros(as) e respetivos familiares, a aceitação e suporte, a harmonia e coesão familiar, a estabilidade, e, ainda, o estabelecimento de responsabilidades, expressão de afeto e confiança. Estes fatores também se encontram sinalizados na literatura como fatores protetores do desenvolvimento, logo, fatores promotores do desenvolvimento de trajetórias de vida de sucesso (Fonseca, 2004; Martins, 2005a; Poletto & Koller, 2008);
- A nível dos fatores associados ao contexto institucional, presentes nos percursos dos indivíduos nomeados enquanto acolhidos, relevam-se as relações estabelecidas com os pares e adultos, a apreensão de normas e valores e o acesso à educação, saúde e atividades extracurriculares, tal como evidenciam Canha (2003) e Martins (2005b);
- A nível do suporte social, realça-se a presença de um bom grau de envolvimento social e a existência de boas redes de suporte social, disponíveis e que satisfazem as necessidades dos indivíduos, na medida em que fornecem apoios emocionais, informacionais e instrumentais e, ainda, apoio do convívio social. A existência de suporte social conferiu relações vinculativas, alianças estáveis, integração social, orientação, reconhecimento do valor pessoal e, ainda oportunidade de prestação de cuidados, aspetos considerados pelos participantes como fundamentais para o desenvolvimento das trajetórias bem-

sucedidas. Estes resultados vão ao encontro dos aspetos teóricos e de estudos no âmbito do suporte social (Barrera, 1981, ref. por Ornelas, 2008; Singer & Lord, 1984, ref. por Ribeiro, 1999; House & Kahn, 1985, ref. por Cohen, 2004; Serra, 1999; Neves & Pinheiro, 2009; Seco, Pereira, Dias, Casimiro & Custódio, 2011).

De acordo com vários investigadores, os fatores protetores são influências que facilitam respostas positivas e que suavizam de forma distinta os efeitos dos fatores de risco que comprometem o desenvolvimento saudável e integral dos indivíduos (Fonseca, 2004; Schenker & Minayo, 2005; Coelho & Murta, 2007; Poletto & Koller, 2008; Freitas, Simões & Martins, 2011). Assim, a presença de fatores protetores na vida das crianças e jovens que são institucionalizados torna-se um pilar central para o desenvolvimento de trajetórias de vida de sucesso.

Estudos sobre o risco, perigo e institucionalização como medida de promoção e proteção têm tido um grande relevo para as ciências sociais e para entidades como as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), Tribunais de Família e Menores (TFM) e Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais (EMAT), que se preocupam com a identificação e intervenção em crianças/jovens expostos a fatores biológicos, cognitivos ou sensórios, familiares e comunitários considerados de risco/perigo.

Concluimos que esta investigação, ao abordar a temática das crianças e jovens em perigo de uma forma distinta do que até então tem sido investigada, ao ter procurado estudar o fenómeno das atribuições de sucesso num contexto real muito particular e, ainda, ao ter identificado fatores protetores associados ao desenvolvimento das trajetórias de vida bem-sucedidas, acrescenta um maior conhecimento acerca da temática e da ocorrência “de sucesso”. Consequentemente, cremos que este estudo poderá ajudar a delinear intervenções mais fundamentadas na promoção do desenvolvimento de trajetórias de vida de sucesso. Embora não tenhamos um número de participantes muito elevado, e esse número e opções metodológicas não permitirem generalizações a outros contextos, pensamos que os resultados por nós encontrados poderão ser enquadrados nos objetivos de intervenções com crianças e jovens institucionalizados, maximizando a ocorrência de trajetórias de vida de sucesso.

Em termos dos desafios que surgiram ao longo desta investigação, destacamos as diferenças entre os períodos de férias dos Técnicos e Ajudantes de Lar ao serviço de Instituições de acolhimento e, ainda, o reduzido tempo definido para a realização deste trabalho, o que exigiu um esforço muito acrescido por parte da autora. Foram também sentidas algumas dificuldades aquando da análise dos dados recolhidos, dada a subjetividade inerente aos vários casos de sucesso indicados pelos participantes e a

existência de aspetos dificilmente separáveis de outros. Salientamos que foram utilizadas estratégias para minimizar esse obstáculo, como é o caso da “junção” entre a dimensão referente às redes de suporte social e formas de suporte fornecidas por essas redes.

Por fim, como nota de conclusão deste trabalho, consideramos que o tema é muito pertinente para a sociedade atual e julgamos termos deixado relevantes marcas de revisões de literatura, dados da investigação empírica e resultados encontrados. Conscientes que não esgotamos o assunto em foco neste trabalho, cremos que seria uma mais-valia a realização de mais estudos que tentassem responder às questões por nós lançadas, em contexto socioculturais e geográficos diferentes do abordado nesta investigação. Acreditamos que seria igualmente rico se estas questões fossem exploradas junto dos próprios indivíduos que viveram numa Instituição de acolhimento.

Trabalhemos todos para o sucesso de cada um e juntos para o sucesso da nossa comunidade. Que estas palavras finais inspirem muitas conquistas:

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis”

(José de Alencar)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberto, I. M. (2002). "Como pássaros em gaiolas?" Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes. Vol. 2 – Crianças* (pp. 223-244). Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, A. N., André, I. M., & Almeida, H. N. (1999). Sombras e marcas: Os maus tratos às crianças na família. *Análise Social*, 34 (150), 91-121.
- Almeida, L., & Freire, T. (2000). *Metodologia da investigação em psicologia da educação* (2º ed.). Braga: Psiquilíbrios.
- Almeida, L., Miranda, L., & Guisande, M. (2008). Atribuições causais para o sucesso e fracasso escolares. *Estudos de Psicologia*, 25 (2), 169-176.
- Alves, S. (2007). *Filhos da madrugada: percursos de jovens em lares de infância e juventude*. Lisboa: ISCSP.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: a social cognitive theory*. New Jersey: Prentice-Hall Inc.
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy: the exercise of control*. New York: W. H. Freeman and Company.
- Bardin, L. (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barrón, A., & Moreno, E. S. (2001). Estructura social, apoyo social e salud mental. *Psicothema*, 13 (1), 17-23.
- Beck, M. (2001). A teoria da atribuição e a sua relação com a educação. *Quadrimestral*, 3, 1519-6178. Acedido Janeiro 7, 2014, em <http://www.urutagua.uem.br//03beck.htm>.
- Brandão, H., & Borges-Andrade, J. (2007). Causas e efeitos da expressão de competências no trabalho: Para entender melhor a noção de competência. *Revista de Administração Mackenzie*, 8 (3), 32-49.
- Canha, J. (2002). A criança vítima de violência. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes. Vol. 2 – Crianças* (pp. 13-36). Coimbra: Quarteto Editora.
- Canha, J. (2003). *Criança maltratada: o papel de uma pessoa de referência na sua recuperação. Estudo prospectivo de 5 anos* (2ª ed). Coimbra: Quarteto Editora.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para a Autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2000). Competência social e empatia: Um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. *Estudos de Psicologia*, 5 (1), 71-93.

- Chaleta, M., Rosário, P., & Grácio, M. (2006). Atribuição causal do sucesso académico em estudantes do Ensino Superior. In *Actas do VII Congresso Galáico-Português de Psicopedagogia*, 2ªEd, Universidade do Minho, 11-13 set. 2013.
- Claudino, J., Cordeiro, R., & Arriaga, M. (2006). Depressão e suporte social em adolescentes e jovens adultos: Um estudo realizado junto de adolescentes pré-universitários. *Revista Millenium*, 32, 185-196.
- Cobb, S. (1976). Social support as a moderator of life stress. *Psychosomatic Medicine*, 38 (5), 300-314.
- Coelho, M., & Murta, S. (2007). Treino de pais em grupo: Um relato de experiência. *Estudos em Psicologia*, 24 (3), 333-341.
- Cohen, S., & Syne, L. (1985). Issues in the Study and Application of Social Support. In S. Cohen & S. L. Syne (Eds.), *Social Support and Health* (pp. 3-22). Sam Francisco: Academic Press.
- Cohen, S. (2004). Social relationships and health. *American Psychologist*, 11 (1), 676-684.
- Coleta, J., & Godoy, S. (1986). Atribuição de causalidade ao sucesso e fracasso e reações emocionais: Pesquisas brasileiras com os modelos de Bernard Weiner. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2 (2), 145-156.
- Correia, R. (2012). *Percursos de vida de sucesso: Concepções de jovens e de indivíduos bem-sucedidos da vila de Rabo de Peixe*. Ponta Delgada: Tese de Mestrado – Universidade dos Açores.
- Cró, M. L., & Pinho, A. M. (2011). A primeira infância e a avaliação do desenvolvimento pessoal e social. *Revista Ibero-Americana de Educação*, 56 (1), 1-11.
- Dell'Aglio, D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescente*. Porto Alegre: Tese de Doutorado não-publicada – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Direcção-Geral da Saúde (2011). *Maus Tratos em Crianças e Jovens. Guia Prático de abordagem, diagnóstico e intervenção*. Portugal: B. Menezes & V. Prazeres (coord.).
- Direcção-Geral da Saúde (2013). *Acção de Saúde para Crianças e Jovens em Risco. Relatório de 2012*. Portugal: V. Prazeres (coord.).
- Eisenstein, E. (2005). Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolescência & Saúde*, 2 (2), 6-7.
- Erol, R., & Orth, U. (2011). Self-esteem development from age 14 to 30 years: A longitudinal study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101 (3), 607-619.

- Esteves, M. (2006). Análise de conteúdo. In J. A. Lima, & J. A. Pacheco (Eds.), *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 105 -126). Porto: Porto Editora.
- Faria, L. (2000). Aspectos desenvolvimentais das atribuições e dimensões causais: Estudos no contexto português. *RIDEP*, 9 (1), 23-39.
- Ferreira, M., Assmar, E., Omar, A., Delgado, H., González, A., Silva, J., Souza, M., & Cisne, M. (2002). Atribuição de causalidade ao sucesso e fracasso escolar: Um estudo transcultural Brasil-Argentina-México. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (3), 515-527.
- Fernandes, A. (2000). (Alguns) quadros teóricos da psicologia comunitária. *Análise Psicológica*, 2 (18), 225-230.
- Fonseca, A. C. (2004). Crianças e jovens em risco. In M. H. Silva, A. C. Fonseca, L. Alcoforado, M. M. Vilar, & C. M. Vieira (Eds.), *Crianças e jovens em risco: da investigação à intervenção* (pp. 13-36). Coimbra: Almedina.
- Fontaine, A., & Faria, L. (1989). Teorias pessoais do sucesso. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 5 (1), 5-18.
- Fontes, R., & Ferreira, M. (2008). A criança e o adolescente como actores sociais: Fomentando "Kidpower". *Instituto Politécnico de Viseu*, 34, 107-117.
- Freitas, E., Simões, M., & Martins, A. (2011). Impacto de um programa de competências pessoais e sociais em crianças de risco. *Ata do XI Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*, Coruña, Espanha, 7-9 set. 2011.
- Gardner, H. (1994). *Inteligências múltiplas: A teoria na prática*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Gaspar, J. (2013). Do acolhimento à autonomização: O que dizem adultos que viveram institucionalizados. Breves notas metodológicas. *Polémica*, 12 (1), 7-22.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentido e formas de uso*. Estoril: Príncipia Editora.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1997). *O inquérito: Teoria e Prática* (3ªEd.). Oeiras: Celta Editora.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O inquérito: Teoria e prática*. Oeiras: Celta.
- Iglesias, F., & Günther, H. (2007). Normas, justiça, atribuição e poder: Uma revisão e agenda de pesquisas sobre filas de espera. *Estudos de Psicologia*, 12 (1), 3-11.
- Instituto da Segurança Social. (2005). *Percursos de vida dos jovens após a saída de Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais.
- Instituto da Segurança Social. (s.d.). *Manual de processos chave: Lar de infância e juventude*. Lisboa: Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social (CID-Crianças, Idosos e Deficientes – Cidadania, Instituições e Direitos).

- Instituto da Segurança Social. (2013). *CASA 2012 – Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens. Art.º 10.º do Capítulo V da Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- Instituto para o Desenvolvimento Social (2000). *Lares de crianças e jovens: caracterização e dinâmicas de funcionamento*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Jesus, S. (2004). *Psicologia da educação*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Lima, J. (2013). Por uma Análise de Conteúdo Mais Fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 47 (1), 7-29.
- Magalhães, T. (2002). *Maus tratos em crianças e jovens: guia prático para profissionais*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Maia, J. M., & Williams, L. C. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: Uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13 (2), 91-103.
- Martins, M. J. (2005a). Condutas agressivas na adolescência: Fatores de risco e de proteção. *Análise Psicológica*, 2 (23), 129-135.
- Martins, P. (2005b). A qualidade dos serviços. Comunicação apresentada no "Encontro Cidade Solitária Crianças em Risco: será possível converter o risco em oportunidade?", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 23 maio. 2005.
- Martins, M. (2005c). A relevância do apoio social na velhice. *Revista Millenium*, 31, 128-134.
- Martins, J. & Belfo, F. (2010). Métodos de investigação qualitativa: Estudos de casos na investigação em sistemas de informação. *Proelium - Revista da Academia Militar*, 14, 39-71.
- Marzol, R., Bonafé, L., & Yunes, M. (2012). As perspectivas de crianças e adolescentes em situação de acolhimento sobre os cuidadores protetores. *Psico*, 43 (3), 317-324.
- Mascarenhas, S., Almeida, L., & Barca, A. (2005). Atribuições causais e rendimento escolar: Impacto das habilitações escolares dos pais e do género dos alunos. *Revista Portuguesa de Educação*, 18 (1), 77-91.
- Mendonça, L., Maia, A., & Ribeiro, F. (2007). Experiências de cuidado vividas na infância e comportamentos de risco para a saúde. *Ata do Congresso Família, Saúde e Doença*, Braga, Portugal, 18 out. 2007.
- Menezes, I. (2007). *Intervenção comunitária: uma perspectiva psicológica*. Porto: Legis Editora.
- Moreira, C. (2007). *Teorias e práticas de investigação*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

- Moreira, J. M., & Canaipa, R. (2007). A escala de provisões sociais: Desenvolvimento e validação da versão portuguesa da "Social Provisions Scale". *Ridep*, 2 (24), 23-58.
- Mota, C., & Matos, P. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise Psicológica*, 2 (28), 245-254.
- Neves, C., & Pinheiro, M. (2009). A qualidade dos relacionamentos interpessoais com os amigos: Adaptação e validação do Quality of Relationships Inventory (QRI) numa amostra de estudantes do ensino superior. *Exedra*, 2, 9-32.
- Newman, K., Harrison, L., Dashiff, C., & Davies, S. (2008). Relationships between parenting styles and risk behavior in adolescents health: An integrative literature review. *Latino-Americana Enfermagem*, 16 (1), 142-150.
- Nunes, M. (2005). Apoio social na diabetes. *Revista Milleniu*, 32, 135-149.
- Orford, J. (2008). *Communitiy Psycology: challenges, controversies and emerging Consensus*. West Sussex: Wiley.
- Ornelas, J. (1997). Psicologia comunitária: origens, fundamentos e áreas de intervenção. *Análise Psicológica*, 3, pp. 375-388.
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia comunitária*. Lisboa: Fim de Século.
- Pajares, F. (2005). Self-efficacy during childhood and adolescence: implications for teachers and parents. In F. Pajares & T. Urdan (Eds.). *Self-efficacy beliefs of adolescents*. Greenwich, CT: Information Age Publishing.
- Piccinini, C. (2012). Atribuição de causalidade em crianças: Alguns aspectos críticos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 5 (1), 57-69.
- Pinheiro, M. R. & Ferreira, J. A. (2005). A Percepção de suporte social da família e dos amigos como elementos facilitadores de transição para o ensino superior. *Atas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*, Braga, Instituto de Educação e Psicologia/Centro de Investigação em Educação, 11-13 set. 2013.
- Pinheiro, M. I., Haase, V. G., Amarante, C. L., Del Prette, A. D., & Del Prette, Z. A. (2006). Treinamento de habilidades sociais e educativas para pais de crianças com problemas de comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (3), 407-414.
- Pinhel, J., Torres, N., & Maia, J. (2009). Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associado. *Análise Psicológica*, 4 (27), 509-521.
- Poletto, M., & Koller, S. (2008). Contextos ecológicos: Promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*, 25 (3), 405-416.
- Quintãns, C. (2009). *Era Uma Vez A Instituição Onde Eu Cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho, Portugal.

- Rego, A., & Carvalho, T. (2002). Motivos de sucesso, afiliação e poder: Evidência confirmatória do constructo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18 (1), 17-26.
- Ribeiro, J. (2007). *Introdução à psicologia da saúde* (2ª ed). Coimbra: Quarteto.
- Ribeiro, J. L. (1999). Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS). *Análise Psicológica*, 3 (17), 547-555.
- Rodrigues, V. B., & Madeira, M. (2009). Suporte social e saúde mental: Revisão de literatura. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 6, 390-399.
- Rossetti-Ferreira, M., Almeida, I., Costa, N., Guimarães, L., Mariano, F., Teixeira, S., & Serrano, S. (2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (2), 390-399.
- Sá, A., Grilo, I., & Trigo, L. (2008). As instituições de acolhimento sobre o olhar dos profissionais que nela trabalham: Percepções em torno da institucionalização de crianças e jovens em risco. *Atas eletrónicas do Congresso Internacional em Estudos da Criança*, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2-4 fev. 2008.
- Sani, A. I. (2002). Crianças expostas à violência interparental. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes. Vol. 2 – Crianças* (pp. 95-131). Coimbra: Quarteto Editora.
- Santos, M. (2010). *O Acolhimento Institucional Prolongado de Jovens em Risco: A experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos adultos*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade de Coimbra, Portugal.
- Santos, P. (2010). *Percursos de sucesso: Concepções de alunos do ensino profissional – um estudo na Escola Profissional de Capelas*. Ponta Delgada: Tese de Mestrado – Universidade dos Açores.
- Sapienza, G., & Pedromônico, M. R. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10 (2), 209-216.
- Sarason, I. G., & Sarason B. R. (2009). Social support: Mapping the construct. *Journal of Social and Personal Relationships*, 26 (1), 113-120.
- Schenker, M., & Minayo, M. C. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10 (3), 707-717.
- Seco, G. M., Pereira, M. I., Dias, M. I., Casimiro, M. C., & Custódio, S. M (2011). Estudo de validade do Questionário de Suporte Social – versão reduzida (SSQ6): Respostas obtidas com base numa amostra de alunos do ensino superior politécnico. *Ata do VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Portugal, 20-25 mar. 2011.

- Serra, A. V. (1999). *O stress na vida de todos os dias*. Gráfica de Coimbra: Coimbra.
- Silva, M. H. (2004). Crianças e jovens a cargo de instituições: riscos reversíveis/irreversíveis. In M. H. Silva, A. C. Fonseca, L. Alcoforado, M. M. Vilar, & C. M. Vieira (Eds.), *Crianças e jovens em risco: da investigação à intervenção* (pp. 83-113). Coimbra: Almedina.
- Siqueira, M. M. (2008). Construção e validação da escala de percepção de suporte social. *Psicologia em Estudo*, 13 (2), 381-388.
- Siqueira, A., & Dell'Aglio, D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18 (1), 71-80.
- Siqueira, A., Tubino, C., Schwarz, C., & Dell'Aglio, D. (2009). Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. *Artigos Brasileiros de Psicologia*, 61 (1), 176-190.
- Sousa, P., Rosado, A., & Cabrita, T. (2008). Análise das atribuições causais do sucesso e do insucesso na competição, em função do nível competitivo dos futebolistas portugueses. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21 (2), 203-211.
- Souza, L., Trindade, Z., Coutinho, S., & Menandro, M. (2007). Sentidos atribuídos ao sucesso pessoal e profissional em estudantes do ensino médio. *Revista de Psicologia da Vetor Editora*, 8 (1), 1-12.
- Tomás, C., & Fonseca, D. (2004). Crianças em perigo: O papel das Comissões de Proteção de Menores em Portugal. *Dados*, 47 (2), 383-408.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A.S. Silva & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Vale, V. (2009). Do tecer ao remendar: Os fios da competência socio-emocional. *Exedra*, 2, 129-146.
- Vidal, A. (2007). *Manual de psicologia comunitária: um enfoque comunitário*. Madrid: Ediciones Pirâmide.
- Weiner, B. (1974). Na attributional interpretation of expectancy-value theory. In B. Weiner (Ed.), *Cognitive views of human motivation* (pp. 51-69). New York: Academic Press Inc.
- Weiner, B. (1979). A theory of motivation for some classroom experiences. *Journal of Educational Psychology*, 71 (1), 3-25.
- Weiner, B., Russell, D., & Lerman, D. (1979). The cognition-emotion process in achievement-related contexts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37 (7), 1211-1220.
- Weiner, B. (1985). An attributional theory of achievement motivation and emotion. *Psychological Review*, 92 (4), 548-573.

Weiner, B. (2000). Intrapersonal and interpersonal theories of motivation from an attributional perspective. *Educational Psychology Review*, 12 (1), 1-14.

Woyciekoski, C., & Hutz, C. S. (2009). Inteligência emocional: Teoria, pesquisa, medida, aplicações e controvérsias. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22 (1), 1-11.

- Legislação consultada:

Portaria n.º 147/99 de 1 de Setembro. *Diário da República n.º 204/99 - I série A*. Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Portaria n.º166/99 de 14 de Setembro. *Diário da República n.º215/99 – I série A*. Lei Tutelar Educativa.

- Sites consultados:

http://www.uac.pt/pdf/regulamento_dos_mestrados.pdf.

Anexos



Universidade dos Açores
Departamento de Ciências da Educação
Mestrado em Psicologia da Educação

CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Ex. Senhor/ Exa. Senhora,

No âmbito da elaboração de uma Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação em Contextos Comunitários, na Universidade dos Açores, encontro-me a desenvolver uma investigação designada de “Trajetórias de vida de sucesso em indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional”. Este estudo tem como principais objetivos conhecer trajetórias de sucesso de indivíduos adultos com passado de vivência prolongada em contexto institucional e identificar fatores protetores que poderão ter estado associados ao desenvolvimento dessas trajetórias de vida de sucesso.

A sua opinião enquanto Técnico ou Funcionário de uma Instituição de acolhimento é fundamental, constituindo-se um contributo importantíssimo para o desenvolvimento e sucesso do estudo.

É neste sentido que solicito a sua colaboração e autorização para conceber uma entrevista anónima e confidencial, sendo que a sua identificação nunca será apresentada. A sua participação é livre e voluntária, havendo a possibilidade de interromper a entrevista se assim o desejar.

Por questões relacionadas com a análise dados recolhidos, peço também a sua autorização para a gravação da entrevista, garantindo-lhe a estrita confidencialidade do material e a destruição do mesmo após o término do estudo.

Agradeço desde já a disponibilidade e participação. Para o esclarecimento de alguma dúvida pode contactar-me para número 916017650 ou através de correio eletrónico para catiasrfs@gmail.com.

Atenciosamente, a investigadora responsável, Cátia Ferreira.

Data: __/__/__

Assinatura do participante: _____

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Identificação Sociodemográfica:

Idade:

Profissão:

Instituição em que exerce funções:

Tempo de serviço na Instituição:

Breve descrição das funções desempenhadas:

Questões do Guião¹
1. Atendendo à sua experiência profissional, o que entende por uma trajetória de vida de sucesso em adultos ou jovens adultos que estiveram institucionalizados durante um longo período da sua infância e/ou adolescência?
2. Conhece alguém que estivesse estado institucionalizado durante algum tempo e que para si seja uma trajetória de sucesso? Quem? Mantém contacto com essas pessoas?
3. Quais os motivos que o/a levam a considerar essas pessoas casos de sucesso?
4. Na sua opinião, estas pessoas esforçaram-se na vida? De que modo?
5. Considera estas pessoas capazes e inteligentes? Em que medida?
6. Consegue indicar-me exemplos concretos em que essas pessoas tenham tido sucesso? E na sua opinião o facto de terem tido sucesso nessas situações levou a que tivessem ainda mais sucesso?
7. Como acha que estas pessoas se sentiam aquando dessas situações? Como se comportavam? Porque acha que se comportavam assim?
8. Considera que o sucesso dessas pessoas se deveu a uma questão de sorte? Porquê?
9. Acha que essas pessoas tiveram a vida facilitada ou dificultada? Em que sentido?
10. Considera que essas pessoas foram influenciadas por alguém ou tiveram algum modelo?

¹ As questões são colocadas no plural, mas devem ser adaptadas às particularidades dos discursos.

11. Essas pessoas foram ou têm sido elogiadas ou criticadas pelos outros? Que efeitos julga que esses elogios ou críticas tiveram na vida dessas pessoas?
12. Relativamente às famílias destas pessoas, que características considera terem contribuído positivamente para o desenvolvimento de uma trajetória de sucesso? ²
13. Que características da personalidade e/ou que competências dessas pessoas considera terem sido importantes para os seus trajetos de vida? E quando surgia algum obstáculo, como reagem essas pessoas?
14. Acha que essas pessoas tiveram e têm bons relacionamentos com os outros?
15. Tem conhecimento se essas pessoas participam em atividades na sua comunidade ou com as pessoas que lhes são próximas?
16. Crê que essas pessoas têm uma rede de suporte disponível? Julga que essas pessoas se sentem satisfeitas com a disponibilidade dos outros e com o suporte que receberam/recebem?
17. Que pessoas ou Instituições/serviços considera terem sido importantes na vida dessas pessoas? Em que medida foram importantes? Apoiaram-nas? De que forma? Que efeitos supõe que estes apoios tiveram nas vidas e nas próprias pessoas?
18. Recorda-se ou tem conhecimento do motivo que levou essas pessoas a serem acolhidas?
19. Na sua opinião, o que é que viver numa Instituição trouxe de positivo para a trajetória de vida dessas pessoas?
20. Como é que essas pessoas se relacionavam com os outros utentes? E com os adultos? Que efeitos acha que essas relações tiveram na vida dessas pessoas?

Sigla pela qual o Participante será designado: _____

Data: ____/____/____

² Adaptar à situação do sujeito.

TABELA DE ESPECIFICAÇÕES

Questões	Sub-questões	1º Nível (Dimensões)	2º Nível (Sub-dimensões)	3º Nível (Categoria)	4º Nível (Sub-categoria)	Indicadores	Referências bibliográficas	Questões do Guião
O que se considera ser uma trajetória de sucesso em indivíduos com um passado de vivência prolongada num contexto institucional?	O que é considerado uma trajetória de vida de sucesso em indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional?	Caracterização do construto	(Caracterização do construto)	Representações sociais de sucesso	Sentidos atribuídos às trajetórias de vida de sucesso	Trajetória associada ao sucesso profissional Trajetória associada ao sucesso baseado no cumprimento de objetivos/sonhos Trajetória associada ao sucesso financeiro Trajetória associada ao sucesso familiar Trajetória associada ao sucesso baseado na saúde física e mental Trajetória associada ao sucesso escolar/académico Trajetória associada ao sucesso baseado na promoção do bem para a sociedade Trajetória associada ao sucesso das relações sociais Trajetória associada ao sucesso baseado no gosto pelo que se faz Trajetória associada ao sucesso baseado na sorte Trajetória associada ao sucesso baseado na fama Trajetória associada ao sucesso baseado na posse de bens materiais (à exceção de dinheiro) Trajetória associada ao sucesso emocional Trajetória associada ao sucesso a nível cultural	Souza, Trindade, Coutinho & Menandro (2007); Correia (2012)	Atendendo à sua experiência profissional, o que entende por uma trajetória de vida de sucesso em adultos ou jovens adultos que estiveram institucionalizados durante um longo período da sua infância e/ou adolescência?

Quem são os indivíduos com passado de vivência prolongada numa instituição, considerados bem-sucedidos?	Identificação e reconhecimento de indivíduos detentores de uma trajetória de sucesso	(Identificação e reconhecimento de indivíduos detentores de uma trajetória de sucesso)	(Identificação e reconhecimento de indivíduos detentores de uma trajetória de sucesso)	Existência de exemplos de indivíduos bem-sucedidos	(Referências de sucesso)	Correia (2012)	Conhece alguém que estivesse estado institucionalizado durante algum tempo e que para si seja uma trajetória de sucesso? Quem? Mantém contacto com essas pessoas?
Que motivos e fatores contribuem para o reconhecimento dessa pessoa como detentora de uma trajetória de sucesso?	Motivos conducentes à perspetiva de sucesso	(Motivos conducentes à perspetiva de sucesso)	Fatores internos	Características da personalidade	Traços de personalidade que fazem a pessoa parecer bem-sucedida	Correia (2012)	Quais os motivos que o/a levam a considerar essas pessoas casos de sucesso?
				Ocupação	O que a pessoa faz profissionalmente que a faz parecer bem-sucedida		
				Nível de educação	Atribuição de sucesso à escolaridade da pessoa		
				Evolução na vida	Atribuição de sucesso a uma evolução gradativa na trajetória de vida da pessoa		
				Ações desempenhadas	O que a pessoa faz em concreto que a faz parecer bem-sucedida		
	Fatores externos	Sucesso familiar	Implicação do êxito familiar no sucesso da pessoa	Martins (2005b)			
		Fatores associados ao percurso institucional	Oportunidades fornecidas pelas instituições de acolhimento				
	O percurso da pessoa enquanto esteve acolhida na instituição						
Identificação de fatores que tenham contribuído para o reconhecimento de sucesso	Fatores internos	Atribuições	Esforço despendido (ao longo da vida)	Existência/ausência de esforço	Weiner (1974, 1979, 1985, 2000)	Na sua opinião, estas pessoas esforçaram-se na vida? De que modo?	
			Capacidade	Existência/inexistência de capacidades	Weiner (1974, 1979, 1985, 2000)	Considera estas pessoas capazes e inteligentes? Em que medida?	

			Fontes de autoeficácia	Experiências de mestria	Existência de situações concretas de sucesso	Bandura (1986, 1997); Pajares (2005); Correia (2012)	Consegue indicar-me exemplos concretos em que essas pessoas tenham tido sucesso? E na sua opinião o facto de terem tido sucesso nessas situações levou a que tivessem ainda mais sucesso?	
				Estados fisiológicos e psicológicos	Ansiedade	Bandura (1986, 1997); Pajares (2005); Correia (2012)	Como acha que estas pessoas se sentiam aquando dessas situações? Como se comportavam? Porque acha que se comportavam assim?	
					Stress			
					Calma/descontração			
					Humor positivo			
					Dor			
				Energia				
			Fatores externos	Atribuições	Destino: Sorte/Azar	Sorte	Weiner (1974, 1979, 1985, 2000)	Considera que o sucesso dessas pessoas se deveu a uma questão de sorte? Porquê?
						Não foi influência da sorte		
				Dificuldade da tarefa ou da vida da pessoa	Dificuldades	Weiner (1974, 1979, 1985, 2000)	Acha que essas pessoas tiveram a vida facilitada ou dificultada? Em que sentido?	
					Facilidades			
				Fontes de autoeficácia	Experiências vicariantes	Existência/inexistência de Modelos	Bandura (1986, 1997); Pajares (2005)	Considera que essas pessoas foram influenciadas por alguém ou tiveram algum modelo?
Persuasões/Pressões sociais	Presença/ausência de atitudes de encorajamento por parte de pessoas significativas	Bandura (1986, 1997); Pajares (2005)			Essas pessoas foram ou têm sido elogiadas ou criticadas pelos outros? Que efeitos julga que esses elogios ou críticas tiveram na vida dessas pessoas?			
	Elogios por parte de pessoas significativas							
Presença de críticas por parte de pessoas significativas								

Que fatores protetores do desenvolvimento estiveram presentes nas trajetórias de vida de sucesso, dos indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional?	Que fatores protetores do desenvolvimento estiveram presentes nas trajetórias de vida de sucesso, dos indivíduos com passado de vivência prolongada em contexto institucional?	Identificação de fatores individuais	(Identificação de fatores individuais)	Estratégias de coping	Atividades agressivas	Presença/ausência de agressões físicas, verbais e manifestações de raiva	Dell'Aglio (2000); Fonseca (2004); Schenker & Minayo (2005)
					Evitação	Presença/ausência de evitamento, afastamento ou isolamento da situação desestabilizadora	
Busca de apoio social	Existência/inexistência de procura de apoio social						
Ação direta	A pessoa age ou não diante da situação						
Aceitação	A pessoa aceita a situação e submete-se						
	A pessoa não aceita a situação nem se submete						
Inação	A pessoa não emite nenhum tipo de comportamento perante a situação						
Expressão emocional	Manifestação do estado emocional ligado à situação (chorar, rir, gritar e outros)						
Autonomia	Níveis de autonomia da pessoa	Alto nível de autonomia	Poletto & Koller (2008)				
		Nível médio de autonomia					
		Baixo nível de autonomia					
Autoestima	Níveis de autoestima	Alto nível de autoestima	Fonseca (2004); Shenker & Minayo (2005); Poletto & Koller (2008); Freitas, Simões & Martins (2011)				
		Nível de autoestima médio					
		Baixo nível de autoestima					
Autoconceito	Níveis de autoconceito da pessoa	Alto nível de autoconceito	Shenker & Minayo (2005)				
		Nível médio de autoconceito					
		Baixo nível de autoconceito					
Otimismo	(Otimismo)	Presença/ausência de uma atitude positiva perante os obstáculos	Fonseca (2004)				

Que características da personalidade e/ou que competências dessas pessoas considera terem sido importantes para os seus trajetos de vida?
E quando surgia algum obstáculo, como reagiam essas pessoas?

			Temperamento fácil	(Temperamento fácil)	Presença/inexistência de um temperamento fácil	Fonseca (2004); Martins (2005); Schenker & Minayo (2005); Poletto & Koller (2008)
			Desempenho ou sucesso escolar	(Desempenho ou sucesso escolar)	A pessoa apresentava bons desempenhos escolares	Fonseca (2004); Martins (2005a); Shenker & Minayo (2005)
					A pessoa apresentava médios desempenhos escolares	
					A pessoa apresentava maus desempenhos escolares	
			Autocontrole	(Autocontrole)	Existência/inexistência da capacidade de adiar a satisfação imediata das necessidades	Fonseca (2004)
					Existência/inexistência da capacidade de planificação de atividades a médio e longo prazo	
					Existência/inexistência da capacidade de reflexão e introspeção	
					Existência/inexistência da capacidade de persistir na realização de tarefas	
			Capacidades emocionais	Inteligência emocional	Existência/inexistência capacidade de perceber, avaliar e expressar emoções	Salovey (1997, ref. por Woyciekoski & Hutz, 2009); Fonseca (2004); Shenker & Minayo (2005); Poletto & Koller (2008)
					Existência/inexistência capacidade de perceber e/ou gerar sentimentos	
					Existência/inexistência capacidade de controlar emoções	
			Capacidades sociais	(Capacidades sociais)	Existência/inexistência de comportamentos não verbais adequados	Fonseca (2004); Shenker & Minayo (2005); Poletto & Koller (2008); Vale (2009)
					Existência/inexistência de comportamentos assertivos	
					Existência/inexistência de procura de relações positivas	
					Existência/inexistência de cuidado com o outro	

					Existência/inexistência de capacidade de resolução de problemas					
		Relações de proximidade emocional	(Relações de proximidade emocional)		Presença/inexistência de relações de proximidade emocional	Schenker & Minayo (2005); Coelho & Murta (2007)	Acha que essas pessoas tiveram e têm bons relacionamentos com os outros?			
Identificação de fatores familiares	(Identificação de fatores familiares)	Aceitação e suporte por parte da família	(Aceitação e suporte por parte da família)		Presença/inexistência de aceitação e suporte por parte da família	Fonseca (2004); Martins (2005a); Shenker & Minayo (2005)	Relativamente às famílias destas pessoas, que características considera terem contribuído positivamente para o desenvolvimento de uma trajetória de sucesso?			
		Harmonia e coesão familiar	Níveis de harmonia e coesão familiar		Família com nível alto de harmonia e coesão					
					Família com médio nível de harmonia e coesão					
					Família com baixo nível de harmonia e coesão					
		Práticas parentais educativas	Estabelecimento de responsabilidades		Existência/inexistência do estabelecimento de responsabilidades					
				Expressão de afeto	Existência/inexistência de expressão de afeto					
				Estabilidade	Existência/inexistência de estabilidade					
				Confiança	Existência/inexistência de confiança					
		Identificação de fatores ligados ao percurso da pessoa enquanto acolhida	(Identificação de fatores ligados ao percurso da pessoa enquanto acolhida)	Facilidade de acessos a serviços de apoio comunitário	Facilidade de acesso à saúde			Facilidade/dificuldade no acesso à saúde	Canha (2003); Martins (2005b)	Na sua opinião, o que é que viver numa Instituição trouxe de positivo para a trajetória de vida dessas pessoas?
					Facilidade de acesso à educação			Facilidade/dificuldade no acesso à educação		
Facilidade de acesso a atividades extra curriculares	Presença/inexistência de participação em atividades extracurriculares									
Apreensão de normas e valores sociais	Oportunidade de apreensão de normas e valores sociais			Existência/inexistência de apreensão de normas e valores sociais						
Relações com os pares	(Relações com os pares)			Presença/ausência de relações positivas com os pares	Canha (2003); Martins (2005b)	Como é que essas pessoas se relacionavam com os outros utentes? E com os adultos? Que efeitos acha que essas relações tiveram na vida				

		Relações com os adultos	(Relações com os adultos)	Presença/ausência de relações positivas com os adultos		dessas pessoas?	
Suporte Social	Facetas	Suporte social percebido	Disponibilidade	Existência/ausência de disponibilidade por parte dos outros	Ribeiro (1999); Seco, Pereira, Dias, Casimiro & Custódio (2011)	Crê que essas pessoas têm uma rede de suporte disponível? Julga que essas pessoas se sentem satisfeitas com a disponibilidade dos outros e com o suporte que receberam/recebem?	
			Satisfação	Satisfação/insatisfação com a disponibilidade e com o apoio recebido			
		Envolvimento Social	Grau de envolvimento social da pessoa	Participação em organizações comunitárias, estado civil, contactos com pessoas da família, amigos e outros (encontros sociais)	Barrera (1981, ref. por Ornelas, 2008)		Tem conhecimento se essas pessoas participam em atividades na sua comunidade ou com as pessoas que lhes são próximas?
		Suporte ativo	Suporte que a pessoa recebeu na realidade	Evidências do suporte real recebido	Ribeiro (1999); Neves & Pinheiro (2009)		
	Fontes	Tipo de fonte	Informais/pessoais	Presença/ausência de apoio por via de fontes informais/pessoais	Singer & Lord (1984, ref. por Ribeiro, 1999)	Que pessoas ou Instituições/serviços considera terem sido importantes na vida dessas pessoas? Em que medida foram importantes? Apoiaram-nas? De que forma? Que efeitos supõe que estes apoios tiveram nas vidas e nas próprias pessoas?	
			Formais/impessoais	Presença/ausência de apoio por via de fontes formais/impessoais			
	Formas	Apoio Emocional (Apoio afetivo e emocional - Serra, 1999)	(Apoio Emocional)	A pessoa sente ou não que é estimada e aceita	House & Kahn (1985, ref. por Cohen, 2004)		
				A pessoa recebe ou não expressões de amizade e de empatia			
		Apoio Informacional (Apoio informativo e percetivo - Serra, 1999)	(Apoio Informacional)	A pessoa obtém ou não ajuda a reavaliar situações	Serra (1999); House & Kahn		
				A pessoa recebe ou não informações e conselhos			
Apoio instrumental	(Apoio instrumental)	A pessoa recebe ou não ajudas materiais ou de serviços					

				A pessoa recebeu ou não ajuda na realização de tarefas	(1985, ref. por Cohen, 2004)	
		Apoio do convívio social	(Apoio do convívio social)	Participação/ ausência de participação em atividades de lazer e/ou culturais	Serra (1999)	
	Funções	<i>Attachment/ vinculação</i>	<i>(Attachment/ vinculação)</i>	Existência/inexistência de ligações próximas que conferem ao sujeito um sentimento de segurança e bem-estar	Weis (1974, ref. por Serra, 1999); Moreira & Canaipa (2007); Ornelas (2008)	
		Alianças estáveis	(Alianças estáveis)	Existência/Inexistência de pessoas com as quais o indivíduo pode contar para o ajudarem quando este necessita		
		Orientação	(Orientação)	Existência/inexistência de pessoas com quem o indivíduo pode falar acerca de decisões importantes na sua vida		
		Integração Social	(Integração Social)	Presença/ausência de laços sociais significativos		
				Presença/ausência de partilha de interesses e atividades sociais		
		Reconhecimento do valor pessoal	(Reconhecimento do valor pessoal)	Existência/ inexistência de relações próximas que promovem a valorização de capacidades, aquisições e competências do indivíduo		
		Oportunidade de prestação de cuidados	(Oportunidade de prestação de cuidados)	Existência/inexistência de pessoas que contam com o apoio do indivíduo quando precisam		